



Natália Cucinello Albuquerque

Mulheres na fila de visitação: a construção
discursiva da inocência de parentes presos em
narrativas vicárias

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Programa de Pós-graduação em
Estudos da Linguagem

Rio de Janeiro

Maio de 2017



Natália Cucinello Albuquerque

Mulheres na fila de visitação:
A construção discursiva da inocência de
parentes presos em narrativas vicárias

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras/Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Liana de Andrade Biar

Rio de Janeiro
Maio de 2017



Natalia Cucinello Albuquerque

***Mulheres na fila de visitação:
A construção discursiva da inocência de
parentes presos em narrativas vicárias***

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo
Programa de Pós-graduação em Estudos da
Linguagem da PUC-Rio. Aprovada pela
Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Liana de Andrade Biar

Orientadora
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Liliana Cabral Bastos

Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Elizabeth Sara Lewis

UNIRIO

Profa. Monah Winograd

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2017.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Natália Cucinello Albuquerque

Graduada em Letras Português/Inglês pela Universidade Estácio de Sá, em 2012. Especialista em Língua Portuguesa pela UERJ (área de concentração Letras/Linguística) em 2014 e especialista em Revisão de Textos pela AVM (Faculdades Integradas) no mesmo ano. Sua área de interesse compreende Sociolinguística Interacional, Análise de Narrativas, Estigma, identidade e exclusão no contexto prisional.

Ficha Catalográfica

Albuquerque, Natália Cucinello

Mulheres na fila de visitação : a constru o discursiva da inocência de parentes presos em narrativas vicárias / Natalia Cucinello Albuquerque ; orientadora: Liana de Andrade Biar. – 2017.

165 f. ; 30 cm

Disserta o (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2017.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Narrativas vicárias. 3. Intera o. 4. Estigma. 5. Contexto prisional. I. Biar, Liana de Andrade. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

A todas as mulheres envolvidas no contexto prisional e,
em especial, àquelas que aceitaram fazer parte desta
pesquisa.

Agradecimentos

A querida Professora Liliana Cabral Bastos, pelos ensinamentos valiosos e pela acolhida que proporcionou meu ingresso na PUC.

A minha competentíssima orientadora Liana de Andrade Biar, pelas brilhantes críticas e sugestões dispensadas ao trabalho e pelo lindo sorriso reconfortante nos momentos difíceis.

Às professoras da banca, pela paciência e apreço dispensados à leitura do trabalho, mesmo submetidas a atribulações da rotina e pelas valiosas contribuições.

Aos meus companheiros de turma pelas dúvidas sanadas e pelo apoio prestado.

Aos meus pais, pela minha educação.

Ao meu amado marido, pela paciência e por ter me proporcionado uma pesquisa dessa natureza.

A minha amada e prestativa mãe, pela presença indispensável. Sem ela, não teria conseguido chegar até aqui.

Resumo

Albuquerque, Natália Cucinello; Biar, Liana de Andrade. ***Mulheres na fila de visitação: a construção discursiva da inocência de parentes presos em narrativas vicárias***. Rio de Janeiro, 2017. 165p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa é resultado de um "encontro misto" (Goffman, 1988), proporcionado por entrevistas de pesquisa realizadas por mim com mulheres envolvidas no contexto prisional, especificamente na condição de parentes/visitantes de homens presos. O encontro se deu nas periferias de um presídio do Estado do Rio de Janeiro, em novembro de 2015, com o propósito aplicado de reverter a invisibilidade social dessas mulheres, em sua maioria negras, pobres, mães e moradoras de zonas periféricas do estado. Ao narrarem a causalidade da prisão de seus pares, narrativas de experiência vicária (Norrick, 2013) emergem na interação, com o propósito interacional de inocentá-los e construí-los favoravelmente. É objetivo do trabalho investigar, à luz do campo de Análise de Narrativa (Bastos e Biar, 2015), informado pela Sociolinguística Interacional (Gumperz, 1982; Goffman, 1974), como se constituem tais narrativas de inocentação produzidas pelas entrevistadas, e que tipos de sistemas de coerência emergem dessas histórias. A análise dos dados indica que as entrevistadas “animam” discursos que desvinculam a agência de seus pares dos respectivos crimes, construindo-os positivamente, e, ao fazerem isso, reivindicam para si mesmas *selves* favoráveis que funcionam como explicação para estarem ali. Além disso, predominantemente, as participantes costumam relações de causalidade para a prisão de seus pares a partir de frágeis relações silogísticas amparadas no senso comum.

Palavras-chave

Narrativas vicárias; interação; estigma; contexto prisional.

Abstract

Albuquerque, Natália Cucinello; Biar, Liana de Andrade (Advisor). ***Women in the visitors' queue: the discursive construction of the innocence of incarcerated relatives in vicarious narratives***. Rio de Janeiro, 2017. 165p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research is the result of a "mixed contact" (Goffman, 1988), made possible through research interviews conducted by me with women involved in the prison context, with particular focus on relatives/visitors of incarcerated men. The encounters took place in the outskirts of a prison in the state of Rio de Janeiro in November 2015, with the applied purpose of reversing the social invisibility of these women, who were mostly black, poor, mothers and residents of peripheral areas of the state. Through building external causalities for the imprisonment, the women clear their peers and portray them favorably, in narratives of vicarious experience (Norrick, 2013), which emerge from the interactions. Rooted in the field of Narrative Analysis (Bastos and Biar, 2015) and informed by Interactional Sociolinguistics (Gumperz, 1982; Goffman, 1964), this work aims at investigating how these "narratives of innocence" are produced by the interviewees and what types of coherence systems emerge from the stories. The analysis of the data indicates that the women "animate" discourses which disassociate their peers from any agency in relation to their respective crimes, constructing them positively. In doing so, the women claim for themselves *favorable selves* that function as an explanation for being there as visitors. Furthermore, the participants predominantly set up causality relations to the imprisonment of their peers from fragile syllogistic relations supported by common sense.

Keywords

Vicarious narrative; interaction; stigma; prison context.

Sumário

1. Introdução	14
2. Metodologia	19
2.1. Orientação metodológica	19
2.2. O contexto de pesquisa	21
2.2.1. Descrição do campo	22
2.2.2. Rotina da visitação	25
2.2.2.1 Relatos oficiais	26
2.2.2.2 Relatos <i>oficiosos</i>	27
2.3 Geração dos dados	29
2.3.1 1º dia de geração dos dados	29
2.3.2 2º dia de geração dos dados	30
2.4 As entrevistas de pesquisa	32
2.5 Participantes da pesquisa e caracterização dos dados	35
2.5.1 Participantes que inocentam seus pares	36
2.5.1.1 Sílvia: <i>“Eu tenho maior amor por ele, ele não é isso”</i>	36
2.5.1.2 Neide: <i>“Eu sou revoltada, eu tô revoltada”</i>	37
2.5.1.3 Glauce: <i>“...pode mentir pra quem quiser, menos pra mim...”</i>	37
2.5.1.4 Juliana: <i>“...é uma coisa que a gente só pode pedir a ajuda de Deus mais ninguém né”</i>	38
2.5.1.5 Fabiana: <i>“...e:: aconteceu que o barato saiu caro pra caramba...”</i>	39
2.5.1.6 Inês: <i>“é isso, não tem como a gente ficar tranquila né”</i>	40
2.5.2 Participantes que não inocentam seus pares	40
2.5.2.1 Júlia: <i>“...aí dentro só entra mesmo quem ama de verdade”</i>	40
2.5.2.2 Jéssica: <i>“...mas a gente quando gosta...”</i>	41
2.5.2.3 Sônia: <i>“...NAda tá fazendo sentido sem ele...NADA...NAda tem graça...”</i>	42
3. Teorias e suas relações com a análise	43
3.1 Primeira Parte	43
3.1.1 Sociolinguística Interacional	43

3.1.1.1 A teoria na prática de análise	45
3.1.2 Face, <i>self</i> e estigma	46
3.1.2.1 A teoria na prática de análise	49
3.1.3 O formato de produção das elocuções: a noção de falante	53
3.1.3.1 A teoria na prática de análise	54
3.1.4 <i>Footing</i> e enquadre	55
3.1.4.1 A teoria na prática de análise	56
3.2 Segunda Parte	57
3.2.1 Narrativas e análises de narrativas	57
3.2.1.1 A teoria na prática de análise	61
3.2.2 Estrutura narrativa laboviana	62
3.2.3 Avaliação	63
3.2.3.1 Tipos de avaliação	65
3.2.3.2 A teoria na prática de análise	67
3.2.4 Pequenas histórias	69
3.2.4.1 A teoria na prática de análise	70
3.2.5 Narrativas de experiência vicária	70
3.2.5.1 A teoria na prática de análise	73
3.2.6 Discurso reportado na narrativa	74
3.2.6.1 A teoria na prática de análise	75
3.2.7 Histórias de vida, sistemas de coerência e causalidades	76
3.2.7.1 Causalidades <i>adequadas</i> e <i>inadequadas</i>	78
3.2.7.2 Crenças de senso comum	79
3.2.7.3 A teoria na prática de análise	80
 4. 8x8: Oito relações de causalidades para a inocência em oito excertos narrativos	 83
4.1 O formato de produção da interação	85
4.1.1 Aspectos interacionais e narrativos	86
4.1.2 Estratégia discursiva: componentes sintáticos	88
4.2 Construção negativa de um estuprador e testemunho de autoridade	88
4.2.1 Aspectos interacionais e narrativos-avaliativos	89
4.2.2. Aspectos da criação da causalidade da inocência	90
4.3. Polarização de imagens dos 'outros' e reversão de papéis	91
4.3.1 Aspectos narrativos e formato de produção	92

4.3.2 Avaliação na construção do outro e aspectos interacionais	93
4.4 Revelação narrativa da própria experiência e construções positivas do acusado	94
4.4.1 Aspectos narrativos e avaliativos	95
4.4.2 Sistema de Coerência, causalidades e aspectos interacionais	97
4.5 Narrativas e avaliações no “desenquadre” de um paradoxo	99
4.5.1 Sistema de coerência e aspectos interacionais	102
4.6 A construção de um embate de perfis - um reflexo da própria experiência	103
4.6.1 Sistema de coerência e aspectos interacionais	106
4.7 Avaliações positivas, pequenas histórias e relatos de testemunho	107
4.7.1 Causalidade, sistema de coerência e aspectos interacionais	111
4.8 Construção discursiva da inocência em três movimentos narrativos	112
4.8.1 Sistema de Coerência: causalidades místicas	116
4.9 Conclusões do capítulo	117
 5 “Olha aí, é o meu guri”: a regra de três em um encontro misto com Neide, Glauce e Juliana	 121
5.1 Pequenas subnarrativas, polarização de imagens dos “outros”, testemunho de autoridade	122
5.1.1 Formato de produção da interação	123
5.1.2 Aspectos narrativos e avaliativos	124
5.1.3 Aspectos interacionais, sistema de coerência e causalidades	129
5.2 Diálogo construído, reversão de papéis e reenquadre da situação	134
5.3 Culpabilização do Estado e autoavaliações	138
5.4 Outras entrevistas	142
5.4.1 Glauce: diálogo construído e causalidades específicas	143
5.4.2 Juliana: testemunho de autoridade e construção negativa do outro	147
5.5 Conclusões do capítulo	151
 6. Considerações Finais	 155
6.1 Questionamentos, implicações e limitações da pesquisa	158
 7. Referências bibliográficas	 162

Lista de Tabelas

Tabela 1	Construção de perfis - um embate identitário	117
Tabela 2	Um espelhamento da própria experiência	117

Convenções de Transcrição

Convenções de transcrição sugeridas por BASTOS e BIAR (2015) – convenções baseadas nos estudos de Análise da Conversação (Sacks, Schegloff e Jefferson, 1974), incorporando símbolos sugeridos por Schiffrin (1987) e Tannen (1989).

...	pausa não medida
.	entonação descendente ou final de elocução
?	entonação ascendente
,	entonação de continuidade, enumeração
-	parada súbita
=	elocuições contíguas, enunciadas sem pausa entre elas
MAIÚSCULA	ênfase maior
	<u>palavra sublinhada</u> ênfase menor
	>palavra< fala mais rápida
	<palavra> fala mais lenta
	°palavra° palavra em voz baixa
: ou ::	alongamentos
[	início de sobreposição de fala
]	fim de sobreposição de fala
()	fala não compreendida
(())	comentário do analista, descrição de atividade não verbal
	“palavra” fala relatada, reconstrução de um diálogo
↑	subida de entonação
↓	descida de entonação

*Chega no morro com o carregamento
Pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador
Rezo até ele chegar cá no alto
Essa onda de assaltos tá um horror
Eu consolo ele, ele me consola
Boto ele no colo pra ele me ninar
De repente acordo, olho pro lado
E o danado já foi trabalhar, olha aí
Olha aí, aí o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri*

Chico Buarque, *O meu guri* (1981).

1

Introdução

“...eu acho que é uma vida muito triste isso, eu acho que o Ministério Público tinha que...olhar com mais carinho porque antes eu tinha um preconceito muito grande com penitenciária, né, quando eu via na televisão...o meu pai, meu falecido pai sempre falava que dentro duma penitenciária também tinha muitas pessoas inocentes, que não tinha feito o delito e tava dentro de uma penitenciária; e eu não via isso com os mesmos olhos que ele via e hoje eu vejo que tem muitas pessoas inocentes sim dentro do sistema penitenciário, muitas pessoas inocentes, e se não tem uma família que luta, a pessoa vai, se definha aí, morre aí dentro.”

Trecho extraído da entrevista com Sílvia (adaptado sem recursos de transcrição)

Esta pesquisa foi realizada nas periferias de uma cadeia pública masculina do Estado do Rio de Janeiro, onde estive por dois dias observando a rotina e práticas típicas dos dias de visitação. Nessa ocasião, entrevistei nove mulheres parentes de presidiários dessa mesma instituição, as quais aguardavam em uma fila o horário previsto para visitá-los. Em tais entrevistas, mães, companheiras e tias de homens presos puderam narrar os “comos” e “porquês” da prisão de seus pares, além de detalhes sobre a sua condição de visitantes frequentes de uma instituição prisional. A presente dissertação abraça, então, a tarefa de analisar discursivamente essas entrevistas. Mais especificamente, devido a caminhos de pesquisa detalhados no que se segue, constituíram-se como objeto de interesse as narrativas vicárias de inocentação, isto é, narrativas em terceira pessoa que tematizam a prisão alegadamente injusta dos parentes visitados. É objetivo geral deste trabalho, portanto, observar como essas mulheres constroem discursivamente a inocência de seus pares em narrativas vicárias.

Há um número considerável de estudos acadêmicos sobre relações entre crime e o sistema penitenciário; entretanto, ainda são escassos os que focalizam o papel da mulher nesse contexto (Biar, 2015). Mais raros ainda são os que se atêm às mulheres visitantes de presidiários. Esses poucos trabalhos, comumente oriundos dos campos das Ciências Sociais, da Psicologia e do Direito, geralmente se encarregam de análises que apontam, a um só tempo, para descrições etnográficas e censitárias sobre as mulheres do contexto prisional e para a ligação

social e afetiva que mantêm essas mulheres, respectivamente, com o tráfico (Barcinski, 2009) e com seus parentes aprisionados (Duarte, 2013; Piffer e Bezerra, 2016). Além disso, esses estudos apresentam uma natureza descritiva acerca da rotina de visitação e do tratamento dispensado às mulheres visitantes durante as revistas às quais estão submetidas nos presídios (por exemplo, Bassani, 2011).

Dentre esses trabalhos, destaco, no entanto, o estudo de Guimarães, et al. (2006)¹, que, apesar de pertencer ao campo da Psicologia, oferece algumas aproximações importantes com esta pesquisa, já que se debruça sobre o *estigma* (Goffman, 1988) de “parentes de bandidos” e a discriminação que as mulheres dos presidiários carregam. Em seu estudo, os autores abordam também o acúmulo de responsabilidades inerente às mulheres que visitam seus parentes, e suas estratégias de resistência diante das adversidades e dos estigmas que enfrentam.

Nenhum desses estudos, porém, dispõe um olhar para narrativas e histórias de vida de mulheres visitantes de presídios, tampouco para narrativas de inocentação dos pares visitados, as quais julgo ser objeto de pesquisa inédito no campo dos estudos discursivos. Dessa forma, o presente trabalho preenche uma lacuna no universo acadêmico e visa a chamar atenção para a invisibilidade social dessas mulheres, que são, em grande maioria, negras, pobres e moradoras de zonas periféricas do estado.

A epígrafe que abre o presente capítulo, trecho de uma entrevista realizada com uma das participantes, é bastante representativa de um dos achados do percurso analítico deste trabalho e que explica o recorte em torno da questão da “inocência”: o esforço dessas mulheres em construir uma justificativa adequada (Linde, 1993) para frequentarem com afinco o ambiente prisional. Em outras palavras, o discurso de inocentação promove discursivamente a motivação e a justificativa que essas mulheres encontram para frequentarem o presídio, submetendo-se às mazelas da rotina de visitação.

Acredito que o presente estudo seja dotado de relevância social na medida em que denuncia questões sobre o sistema penitenciário brasileiro e a relação mantida entre seus frequentadores, especificamente, na condição de visitantes de presos, que são diretamente afetados pelas falhas desse sistema. Essas questões

¹ O referido estudo foi realizado nos presídios públicos da região do Vale dos Sinos, no estado do Rio Grande do Sul.

tornam-se ainda mais problemáticas quando se referem a mulheres nesse contexto, que, por estarem submetidas a discursos do patriarcado e por serem talvez as únicas fontes de amparo dos homens encarcerados, se dispõem a enfrentarem rotinas degradantes.

Identificada essa particularidade discursiva, a inocentação, e tendo em vista a relevância do estudo de narrativas para o entendimento de como organizamos nossas experiências – nos termos de Bastos (2008), de como “tornamos compreensível o que acontece em nossas vidas cotidianas” (p.77) – realizou-se, à luz do campo de Análise de Narrativa (Bastos e Biar, 2015), informado pela Sociolinguística Interacional (Gumperz, 1982; Goffman, 1974), uma análise micro-analítica das histórias que contam a história do outro – as narrativas vicárias, nos termos de Norrick (2013). Com isso, pretendo responder a primeira pergunta de pesquisa elaborada para esta pesquisa: *como se constituem as narrativas de inocentação?*

Enquanto Labov (1972) se preocupava com a forma do texto narrativo e com sua estrutura temporal, como um produto pronto fora de contexto, engajo-me, em contrapartida, na visão de narrativa como parte do contexto em que é gerada, uma construção social integrante da interação e que produz relatos de eventos no lugar de meramente representá-los. Aproprio-me, no entanto, de termos tradicionais das categorias labovianas, como *orientação*, *ação complicadora* e *avaliação*, assim como das noções de pequenas histórias de Bamberg e Georgakoupoulou (2008) como um alicerce para identificação discursiva das narrativas sob escrutínio neste trabalho.

Tendo em vista a própria estruturação em terceira pessoa das narrativas vicárias, e o fato de que as mulheres não só “*animam*” (Goffman, 1979) as experiências dos parentes, como se esforçam para “validar” a inocência deles, uma segunda pergunta de pesquisa, que se deriva da primeira, foi formulada: *quais estratégias discursivas são utilizadas por essas mulheres para legitimarem a inocentação de seus pares?*

Porque as entrevistas se caracterizam como “encontros mistos” (Goffman, 1988), ou seja, encontros que reúnem face a face identidades hegemônicas e estigmatizadas, o trabalho de face (Goffman, 1980) realizado na interação também estará sob a lente de análise desta pesquisa, uma vez que representa o elemento ritual envolvido na produção do *self* que um interactante reclama para si

durante a interação. Tomando emprestada a reflexão Goffmaniana sobre face proponho, nesta dissertação, considerando a particularidade desses dados, o conceito de “face mútua indireta”, já que as entrevistadas projetam uma luz favorável a quem não se encontra presente na interação: seus pares visitados. Ao inocentá-los e, por manterem com eles relações estreitas de parentesco, as mulheres projetam, indiretamente, uma luz favorável a elas mesmas.

Dedicando um olhar mais macro para o conteúdo discursivo das entrevistas, alimento esta pesquisa também dos estudos de Linde (1993), sobre sistemas de coerência, pilares que sustentam os discursos emergentes de qualquer interação social, conjunto de crenças socialmente compartilhadas que dão sentido a eventos. Assim como a autora, proponho investigar as histórias de vida das mulheres visitantes como uma forma de olhar para como elas aplicam princípios relativamente abstratos para produzirem coerência em suas narrativas de inocentação. Com isso, delinea-se a terceira pergunta de pesquisa, também derivada da primeira: *que tipos de sistemas de coerência emergem desses discursos?*

Acerca dessa questão, Linde (1993) considera que os eventos da vida de uma pessoa são construídos como motivados por uma causalidade *adequada* não só para o falante, mas também para o ouvinte, que deve aceitá-la como uma boa razão para explicar o evento narrado. Baseada nesse conceito e no discurso das entrevistadas, dedico atenção às causalidades construídas para a inocência dos pares aprisionados, que parecem estar embasadas em sistemas de coerência muito específicos, em raciocínios indutivos e em certas relações silogísticas, a que chamarei de *relações silogísticas de causalidade*.

Para examinar detalhadamente cada uma dessas questões, esta dissertação se divide entre as seguintes seções:

O capítulo 2 aborda a metodologia empreendida para a realização desta pesquisa, que se ampara no paradigma qualitativo e interpretativista típico das pesquisas sociais dessa natureza. Nele, abordarei algumas considerações, incluindo minhas impressões pessoais, sobre o campo e as participantes da pesquisa, bem como a descrição de todos os elementos necessários à devida contextualização e consequente compreensão da análise dos dados aqui proposta.

No capítulo 3, abordarei os pressupostos teóricos que sustentam esta pesquisa e a análise dos dados, dividindo-os em duas partes. Na *primeira parte*,

serão abordadas as categorias da ordem interacional das entrevistas e na *segunda parte*, os elementos de natureza discursiva. Ao final de cada subseção, costuro uma correlação entre a teoria apresentada e os dados selecionados para análise, intitulado por *A teoria na prática de análise*.

O capítulo 4 será o primeiro de análise dos dados e será dedicado inteiramente à entrevista com Sílvia, uma das participantes desta pesquisa, por considerá-la a que mais revela os objetos de análise investigados aqui. Coincidentemente, dos oito excertos narrativos de Sílvia, contemplados nesse capítulo, oito *relações silogísticas de causalidade* foram depreendidas.

O capítulo 5, também de análise dos dados, abrange um compacto de três entrevistas, sendo elas com Neide, Glauce e Juliana. A relação de parentesco que elas mantêm com seus pares difere da de Sílvia. Enquanto Sílvia visita seu marido preso, Neide e Glauce são mães visitantes, e Juliana, tia. Essa peculiaridade contribuiu no critério que adotei na divisão desses capítulos.

Finalmente, no capítulo 6, apresento as considerações finais deste trabalho, incluindo implicações, a contribuição social, as limitações e futuros encaminhamentos propostos por esta dissertação.

2

Metodologia

Neste capítulo, descrevo os procedimentos metodológicos envolvidos na pesquisa relatada nesta dissertação, que se encarrega de analisar os discursos inocentadores de mulheres que visitam seus pares presos em um presídio no Rio de Janeiro. A fim de contextualizar o leitor sobre a cultura e o ambiente social da fila de visitação do presídio que me serviu de campo, apresento a partir de agora algumas considerações relevantes que descrevem todos os elementos necessários à devida compreensão da análise dos dados aqui proposta: os membros participantes, o espaço físico externo do presídio, a rotina de visitação das mulheres e algumas normas definidas para essa atividade. Abordarei também minha impressão pessoal sobre a hostilidade desse ambiente em que se deu a pesquisa.

2.1

Orientação metodológica

A presente dissertação é resultado da análise de entrevistas² provenientes da interação face a face em um encontro misto - a que Goffman (1988) define como o encontro entre um estigmatizado e um não-estigmatizado - com mulheres³ que mantêm relação com o contexto prisional, especificamente, na condição de parentes/visitantes de homens presos. A escolha do contexto prisional como escopo de minha pesquisa se deu através de trabalhos anteriores sob a mesma temática, os quais me fizeram atentar não só para a denúncia social que emerge desse tipo de pesquisa - por se tratar de uma classe “esquecida” socialmente - mas também pela escassez de trabalhos sobre esse tema no universo acadêmico.

Trata-se de uma pesquisa que se enquadra dentro do paradigma qualitativo e interpretativista de pesquisa social por se aproximar da perspectiva do sujeito estudado a partir da entrevista e da observação minuciosa dos fatores extralinguísticos pelo pesquisador (Denzin & Lincoln, 2006). Segundo os autores, “a pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso de materiais empíricos – estudo de

² O conceito de entrevista será especificado neste capítulo na seção 2.4.

³ A escolha de mulheres, especificamente, está atrelada ao projeto de pesquisa “A neutralização do desvio no encontro interacional misto” do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), elaborado pela profa. Dra. Liana de Andrade Biar.

caso, experiência pessoal, introspecção, história de vida, entrevista... – que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos” (p.17). Baseada nisso, entrevisto mulheres que, através de seus discursos, trazem à tona narrativas que discorrem acerca do que seus pares fizeram, ou seja, a causalidade de estarem presos, bem como relatos da rotina e da experiência da visitação, eventos que se revelam como episódios problemáticos na vida delas. Além disso, por se tratar de uma realidade construída social e localmente no discurso dessas mulheres, os significados e as interpretações dos dados são mediados pela interpretação da pesquisadora e, por isso, não estão isentos de outras significações, alinhando-se, assim, à abordagem qualitativa em detrimento de uma abordagem positivista, que busca uma verdade única e objetiva.

Denzin & Lincoln também abordam o caráter interpretativo da pesquisa ao dizer que a forma como o pesquisador observa o mundo e age nele é influenciado por um sistema de crenças ou “premissas epistemológicas”, um esquema interpretativo adquirido, o qual os autores denominam de *paradigma*.

Toda pesquisa é interpretativa; é criado por um conjunto de crenças e de sentimentos em relação ao mundo e ao modo como este deveria ser compreendido e estudado. Algumas crenças podem ser incontestadas, invisíveis, apenas supostas, ao passo que outras são extremamente problemáticas e controversas. Cada paradigma específico exige esforços específicos do pesquisador, incluindo as questões que ele propõe e as interpretações que traz para elas. (2006, p.34)

Dentre os quatro tipos de paradigma caracterizados pelos autores, o que se encaixa nesta pesquisa é o construtivista-interpretativo por seu caráter relativista, ou seja, apesar de esse paradigma buscar uma realidade que aparenta emergir nos dados de análise, a partir de uma rede de crenças que constituem a formação ontológica⁴ do pesquisador, ele também considera, repito, a possibilidade da existência de outras realidades. Além disso, o paradigma construtivista, como o próprio nome sugere, supõe uma “epistemologia subjetivista” (p.35), na qual o pesquisador e o entrevistado constroem juntos o universo de compreensões,

⁴ Segundo Denzin & Lincoln, ontologia está ligada a crenças que respondem a perguntas como “que tipo de ser é o ser humano?” e “qual é a natureza da realidade?” (p.34).

partindo do método aqui utilizado: as entrevistas. Nesse sentido, é possível perceber a co-construção das narrativas que emergem em nossas entrevistas.

Nesta dissertação, o mapeamento do contexto está ancorado em técnicas e métodos provenientes da etnografia, que entende que a impossibilidade de o pesquisador se colocar exatamente no mesmo lugar do indivíduo estudado pode ser amenizada pela interação e pela ambientação por parte daquele, o que mobiliza o processo de transição daquilo que é “exótico” para o “conhecido” (Velho, 1981). É através dessa tentativa de se aproximar o máximo possível do indivíduo e do ambiente estudados que se amplia o leque de possibilidades de significações que embasa nossas interpretações.

Segundo Biar (2012), “a etnografia pode ser definida como uma forma de descrição social verbal e detalhada do modo de vida de uma determinada unidade social” (p.59). É através dessa descrição que depreendemos sentidos e interpretações que emanam das interações e dos comportamentos de determinadas comunidades pesquisadas. Nesse sentido, métodos de base etnográfica orientam esta dissertação, pois comportam a observação direta da pesquisadora, registrada em notas de campo, sobre o campo de pesquisa, as relações sociais dos sujeitos vinculados a ele e suas características físicas e comportamentais. A Sociologia, a Linguística e os estudos discursivos se entrecruzam, então, na análise sociodiscursiva do trabalho em questão.

2.2

O contexto de pesquisa

Nesta subseção, partimos para a parte contextual da pesquisa. Descreverei o espaço físico do presídio, como se forma a fila de visitação, bem como a rotina dos visitantes. Sinto-me à vontade, aqui, para “pintar”, como um quadro vivo, o cenário visto por mim no campo estudado, com o intuito de construir, na mente do leitor, o ambiente hostil que comporta aquelas pessoas sofridas. Trata-se, pela natureza mesma da pesquisa, de uma descrição baseada em uma interpretação pessoal, e que, por isso, constitui um quadro parcial e aproximado do contexto de vida e de luta dessas mulheres visitantes/frequentadoras desse ambiente prisional.

Cabe relatar que a escolha desta instituição, especificamente, não se deu aleatoriamente, mas sim pela conveniência da fácil acessibilidade e de

informações prévias adquiridas através de um familiar da pesquisadora que é funcionário da referida instituição. Todas as dúvidas e informações relevantes para esta pesquisa, como horários e rotina da visitação no presídio, além de estarem contidas nas entrevistas, foram fornecidas também por esse familiar.

2.2.1

Descrição do campo

O cenário que comportou esta pesquisa é uma cadeia pública⁵ masculina localizada no estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma instituição que abriga mais de cem celas coletivas, projetadas, em princípio, para comportarem seis detentos em cada uma. Entretanto, no período de realização das entrevistas, comportavam quinze presos em uma única cela. Esses detentos são homens maiores de idade, que aguardam sentença e que pertencem a nenhuma facção criminosa, sendo, portanto, considerados presos *neutros*⁶. O presídio localiza-se em um campo aberto, isolado, sem comércios ou prédios ao redor, à única exceção de duas cantinas, uma ao lado da outra, que ficam em frente à portaria do presídio, mantida sempre sob vigilância de agentes penitenciários. A distância entre o ponto de ônibus, na rodovia, e essa cadeia pública é de aproximadamente 2 km, distância percorrida a pé por muitas mulheres visitantes.

As cantinas vendem artigos de higiene, comida, aluga roupas (para quem eventualmente não utiliza a vestimenta prevista na visita) e, ainda, aluga um espaço por R\$3,00 para guarda-volumes (a entrada de bolsas é evitada pelas visitantes, pois são submetidas à revista de detectores de metal). Não raras são as reclamações sobre a exploração financeira com a qual sofrem os visitantes, que não dispõem de outra opção aos arredores. Ao lado da primeira cantina, um terreno baldio é coberto por carros estacionados, que aumentam consideravelmente de número conforme o horário da visitação se aproxima.

⁵ De acordo com a lei de execução penal nº7.210, de 11 de julho de 1984, as cadeias públicas são destinadas aos presos provisórios, que aguardam sentença transitada em julgado. Entretanto, na prática, observa-se a superlotação dessas cadeias também com condenados definitivos.

⁶ Devido à guerra declarada entre integrantes de facções criminosas diferentes, o Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro (e também de alguns estados onde esse tipo de rivalidade comparece), a fim de preservar a segurança dentro das instituições, separa os presos de acordo com suas respectivas facções. Aqueles que não pertencem a nenhum tipo de facção são encaminhados aos presídios “neutros”, a exemplo da instituição desta pesquisa.

O contingente visitante é composto por uma maioria esmagadora de mulheres. São poucos e raros os homens que visitam, ao menos pelo o que pude observar nesses dois dias de pesquisa. O cenário do lado de fora do presídio é montado por mulheres carregadas de sacolas pesadas contendo comida e artigos para seus afins. Todas as sacolas são identificadas com os nomes e as celas dos respectivos. Muitas se sentam no chão, por falta de assentos; umas permanecem em pé desde a hora da chegada; outras exibem em suas fisionomias o cansaço de uma noite mal dormida no “acampamento” ali instalado na noite anterior. “*Nós não dorme, nós só cochila*”, disse uma delas em entrevista.

As cantinas, aos arredores do presídio, ficam lotadas, e é comum a compra de quentinhas e sobremesas, não só para levarem aos presos, mas também para comerem na hora do almoço, já na visita (muitas vezes a comida trazida de casa azeda na ação do tempo). Pastéis e café são o cardápio do desjejum de muitas que saem tão cedo de casa, ou pernoitam no local, que não dispõem de melhores condições ou opções para comer.

A maioria das mulheres presentes era negra⁷ e apesar de não comprovadamente, aparentavam ser de classe muito baixa, pobre, que financiavam seus gastos com as visitas (e que são muitos) com muita dificuldade. Essa última informação foi dada pela maioria delas durante as entrevistas. Uma das entrevistadas era dependente do programa Bolsa Família. Outras aparentavam ter condições um pouco, apenas um pouco melhores. Algumas conseguiam caronas de conhecidos ou familiares, que aguardavam do lado de fora do presídio o final da visitação.

Destoando daquele cenário “pobre” e da maioria ali presente, encontrava-se uma mulher branca, de olhos azuis, loira, bem vestida, aparentando ser de classe média. Ao prender minha atenção nela e em seu casal de filhos, também brancos e loiros, fiquei me perguntando qual seria o caso dela. A menina devia ter uns quatro anos, no máximo, e era muito simpática, risonha, encantadora. Foi através dela, inclusive, que me atentei à incompleta família. Talvez faltasse o pai. Situação comum naquele local. Havia muitas mulheres com crianças pequenas para visitar os pais. Faltavam muitos filhos também.

⁷ Por observação da própria pesquisadora.

É um clima misto de sofrimento, esperança e cansaço. Sobre tudo cansaço. O sofrimento, proveniente da impotência diante das circunstâncias; a esperança, diante de uma provável resolução (alguns casos); e o cansaço, diante da difícil rotina fatigante. Muitas mulheres têm família em casa para cuidar, ou um emprego para honrar e, ainda assim, empenham-se em arcar com a responsabilidade de serem, muitas vezes, o único amparo de homens encarcerados.

Ao passar por aquelas pessoas, ouvi um diálogo aleatório, que foi rápido, mas que resumiu uma constatação já feita por mim a partir das entrevistas, e que, posso dizer, estampou uma marca registrada do clima existente naquele lugar e do desgaste físico e mental daquelas mulheres: uma mulher chegava de mototáxi, carregada de bolsas, esbaforida, quase que atrasada para a abertura dos portões e início da visita, quando outra que passava lhe indagou: “*já estava preocupada com você ... cansada?*”, e aquela respondeu: “*Ôh... não aguento mais isso aqui!*”

Discursos como esses são recorrentes nas narrativas das entrevistadas. Como o do trecho abaixo, que transcreve o desabafo de uma delas:

...a gente fica-é uma situação que a gente fica angustiada que a gente fica...é uma coisa que a gente só: pode pedir a ajuda de Deus mais ninguém né...só a ajuda Dele pra nos ajudar porque:: a gente: passamos por tudo isso tudo isso e:: mais um pouco né porque às vezes a gente vê na televisão ((voz embargada)) a gente: não imagina como é aqui dentro ((chorando)) às vezes a gente vê um fil::me, vê alguém (.) passando por uma situação que...assim...vê a gente falando na televisão, ouve (.) mas é pior quando a gente vive na carne não sabe a ideia. não sabe a ideia do que a gente passa do que a gente...muito sofrimento ((enxugando as lágrimas com a mão)) muitas vezes...somos tratadas que nem cachorro que nem lixão (.) a verdade é essa.

(trecho retirado da entrevista com Juliana)

Na concepção das próprias mulheres, a cadeia “é uma escola de marginal”⁸. Outra mulher critica o tratamento dispensado aos presos e que resvala a elas, por manterem relações parentescas com eles:

Desnecessária, entendeu, é difícil é muito sofrimento muito só que::m conyi:ve porque a gente é discriminada pra quem vê de fora a gente somos pessoas que tá fechan:do <com eles errado> que pra:-pra quem vê de fora e não passa por isso acha que tem que deixar eles aí igual a um BIcho <abandonados> e não é assi:m eles são gente também eles têm sentimento eles têm famí:lia entendeu a gente não

⁸ Trecho extraído da entrevista com Fabiana.

tá aqui não é que a gente apoia o errado não, a gente tá aqui porque a gente SAbE que eles estão precisando da gente e a gente QUER ajudar eles em questão dele:s botar a mão na consciência e falar: ‘olha o que que a minha filh-família tá passan:do, eu vou sair daqui v-vou fazer uma nova histó:ria vo:-vou viver tudo diferen::te’ entendeu? porque:: quem vê de fora acha que a gente somo tudo um bando de safada <mais safada> do que e:les porque estamos aqui e não é assim.

(Trecho extraído da entrevista com Jéssica)

É nessa oportunidade de serem ouvidas que credito, talvez, a anuência dessas mulheres em me concederem as entrevistas. Em homenagem a elas e atendendo à demanda contextual que orienta e constrói o sentido das interpretações discursivas sob escrutínio nesta pesquisa, discorro, a seguir, além da rotina de visitação, sobre alguns relatos narrados por essas mulheres, extraído das entrevistas, que denunciam alguns aspectos presentes na rotina delas e de seus parentes presos e que corroboram e justificam discursos como os transcritos no parágrafo anterior.

2.2.2 Rotina da visitação

Para descrever a rotina de visitação considero a dicotomia entre *relatos oficiais* – aqueles previstos em regulamentação ou informados pelo familiar colaborador desta dissertação, muitos deles também contidos nas entrevistas – e *relatos oficiosos* – os que foram narrados pelas entrevistadas e que fazem parte de ações que, por extrapolarem as regras, tornam-se socialmente inesperadas.

Toda a movimentação de chegada dos visitantes gira em torno de um caderno, que fica disposto em uma mesa ao lado da cantina externa, e é destinado ao registro dos nomes dos visitantes por ordem de chegada. Essa ordem é rigorosamente respeitada no momento de formar a fila para a entrada ao presídio. Desse modo, quanto mais no topo do rol estiver o nome da pessoa, mais cedo é garantida sua entrada na visitação. Por isso, registrar o nome na lista é a primeira coisa que se faz ao chegar ao local.

Muitas mulheres, por morarem distante do presídio, pernoitam ali (levam colchonetes, lençóis e comida), garantindo, assim, suas inscrições no topo da lista desse caderno. Outras não chegam a pernoitar, mas pelos mesmos motivos e até mesmo pela ansiedade causada pelo medo de perderem a hora, madrugam no local, o que torna a rotina de visita ainda mais cansativa.

É interessante ressaltar que a adoção desse caderno partiu de uma organização própria do grupo de visitantes e não da administração penitenciária, caracterizando, assim, uma ação de cunho “oficioso”. Essa iniciativa, por organizar melhor a fila dos visitantes no horário previsto de entrada, acabou se adequando aos interesses da administração do presídio.

2.2.2.1 Relatos oficiais

As informações contidas nesta seção são oficiais, retiradas da regulamentação interna que dispõe sobre a rotina das visitas, informada pelo funcionário da instituição colaborador desta dissertação. Algumas informações, como as vestimentas previstas, foram retiradas de uma resolução da SEAP⁹ (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária), que regulamenta a visitação dos presos.

As visitas acontecem às terças, quartas e quintas, de 9 a 16hs. A entrada, porém, só é permitida até 12hs. Cada grupamento de celas tem um dia específico para visita, com o intuito de evitar tumultos causados por um número expressivo de visitantes diários. Às 9h, em ponto, o portão se abre e as visitas se perfilam no dispositivo da ordem de chegada registrada no caderno. Só entra no presídio para visitar quem tiver a carteirinha¹⁰ de visitante ou quem tiver a autorização expressa do diretor do presídio. Após entrarem, os visitantes passam por uma revista com detectores de metal e inspeção das bolsas. Geralmente essas bolsas carregam itens aos respectivos visitados (nessa cadeia pública, não se faz mais a revista “vexatória”)¹¹. A visitação é coletiva, isto é, homens e mulheres visitantes ocupam ao mesmo tempo o pátio destinado à visitação.

Todos os produtos destinados aos presos devem ser retirados de suas embalagens originais e dispostos em sacos plásticos transparentes, com o nome e a cela do presidiário, inclusive os cigarros. As quentinhas também são revistadas e

⁹ Resolução nº 584, de 23 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seap/principal>>.

¹⁰ Todos os visitantes são obrigados a fazer uma carteira de identificação de visitante. Sem ela, é proibida a entrada no presídio. Essa carteira é confeccionada em uma instituição específica para esse fim.

¹¹ Nessa revista, chamada de revista “vexatória”, parentes de internos do sistema carcerário tinham que retirar a roupa e mostrar os órgãos genitais para agentes penitenciários para poderem entrar nos complexos prisionais durante as visitas. Essa revista atualmente está proibida por lei específica.

a vestimenta das mulheres é detalhadamente observada pelos agentes penitenciários responsáveis pela revista. O tipo de vestimenta é bem peculiar: vestidos longos ou saíões abaixo do joelho, blusas sem decotes, calças não muito apertadas, ou sem quase detalhes de metais ou bolsos, e chinelos de dedo.

Além disso, é proibido o uso de brincos e acessórios. A cor vermelha também é proibida¹², mas isso já se trata de um relato oficioso, fruto de um acordo interno entre os presos. No discurso oficial, esses detalhes são importantes na facilitação da revista e na anulação de qualquer característica feminina que venha, porventura, chamar a atenção de outros presos que não seja a do respectivo visitado.

Por motivos de segurança e de organização dos próprios agentes penitenciários, os homens visitantes só entram após as 11h, e mesmo assim depois que já entraram todas as mulheres. Às 14h, quando todos estão no pátio destinado à visita, a saída é liberada somente para mulheres. Esse horário é devidamente anunciado pelo agente responsável, porém, quem não sair nesse momento, será obrigado a permanecer lá dentro até o término da visita. Ao final da visita, as mulheres saem antes dos homens. Esse procedimento fornece aos agentes a garantia de que o número de homens visitantes se mantém o mesmo do início da visita (eles chamam de “confere”), evitando também possíveis evasões dos presos que, porventura, queiram se aproveitar da situação para fugirem. Muitos familiares permanecem o tempo todo da visita sem almoçar.

2.2.2.2 Relatos oficiosos

Esses relatos foram extraídos das entrevistas e dialogam com o que as mulheres, durante minha estada no campo, contaram sobre eventos relacionados à rotina de visita e ao tratamento direcionado aos seus pares presos, não existindo, porém, sobre alguns desses eventos, por motivos óbvios, fontes oficiais regulamentares que confirmem essas informações.

No momento da revista, se houver alguma discordância das regras, seja pela entrada com produtos proibidos, seja por artigos em quantidade superior à permitida, o visitante é obrigado a retornar para fora do presídio. Alguns jogam

¹² A cor vermelha, além de ser considerada pelos presos uma cor “chamativa”, é também a cor oficial da facção criminosa do Comando Vermelho e, por isso, é proibida nesta cadeia pública.

fora, outros dão para os agentes penitenciários os petiscos sobressalentes. Biscoitos, por exemplo, só entram na quantidade específica de 400g. Oficialmente, os únicos alimentos não permitidos são os in-natura, porém, após a recente inauguração de uma cantina dentro do presídio, proibiu-se a entrada de alimentos repetidos, ou seja, que já estejam disponíveis para venda nessa cantina, como água, refrigerante e batata frita industrializada. Segundo as entrevistadas, os produtos são vendidos a preços abusivos: *“eles não quer deixar que a gente entra porque a gente tem que gastar lá dentro”*, denunciou uma delas.

Outro fato que se tornou alvo de reclamação por muitas mulheres durante as entrevistas é o descaso e a humilhação no tratamento dispensado a elas por parte de alguns funcionários da SEAP. Uma delas testemunhou uma visitante dando *“bom dia”* a uma funcionária responsável pela revista, ao que esta respondeu, grosseiramente: *“bom dia, por quê?”* Outro exemplo é quando, ao revistarem as quentinhas, os funcionários reviram, sem cuidado, a comida contida nos potes: *“revista as coisas da gente que nem bicho, joga o detector na bolsa da gente que nem bicho, a gente traz a comida bonitinha faz mó bagunça”*.

Muitas relatam que a salvação dos presos visitados é a comida levada a eles, pois a comida servida pelo Estado, além de ser em pouca quantidade, muitas vezes chega ao preso já azeda. O cardápio consiste, basicamente, em arroz, feijão (espumoso, quando azedo) e ovo cozido ou salsicha, e repete-se no almoço e no jantar. Houve, inclusive, segundo o depoimento de uma delas, um episódio de um rapaz que veio a óbito após ter ingerido a refeição estragada e não ter sido socorrido a tempo.

Os presos, segundo relatos, não dispõem de água para tomarem banho, apenas de vez em quando, na parte da manhã. Não possuem colchão ou qualquer outra roupa de cama a não ser as levadas pelas visitas. Sentem câimbras por estarem confinados em um espaço apertado. Bebem água quente de um tanque (água mineral é vendida na cantina). São vítimas de agressão física dentro do carro do SOE¹³ quando transportados para audiências e ficam com fome até o retorno ao presídio. Outras queixas ficam ao encargo da falta de estrutura externa na acomodação dos visitantes que aguardam o horário previsto, como a falta de

¹³ SOE- Serviço de Operações Externas. Esse setor é responsável pelo transporte dos presos sob custódia do Estado.

uma cobertura que os proteja de eventuais ações do tempo, como chuvas, e a falta de assentos que os acomodem o mínimo confortavelmente possível.

As queixas em relação a seus pares ajudam a construir a visão dessas mulheres sobre o sofrimento dos detentos, e, por consequência, sobre suas próprias vidas, já que elas não só arcam com despesas além de seus orçamentos (algumas gastam mais de R\$200,00 por semana), como também compartilham a dor e a angústia da situação em que se encontram.

2.3

Geração dos dados

O trabalho de campo e a geração dos dados foram realizados nos meses de novembro e dezembro de 2015, nos arredores de uma cadeia pública masculina, campo desta pesquisa, durante dois dias de inserção etnográfica no local. Detalho, a seguir, como se deu a geração desses dados nesses dois dias.

É importante frisar que em nenhum momento adentrei o presídio e, por isso, não foi necessária a autorização expressa de um responsável pela instituição para realizar minha pesquisa. As entrevistadas, no entanto, assinaram termos de consentimento livre e esclarecido. As entrevistas ocorreram na parte externa ao presídio, em frente à portaria, local de livre acesso no qual os visitantes aguardavam o horário de entrada para a visitação.

2.3.1

1º dia de geração dos dados

No primeiro dia de pesquisa no campo, cheguei ao local muito cedo, por volta de 7hs da manhã e já havia um número considerável de mulheres lá. Foi importante chegar nesse horário porque, além da necessidade de uma observação etnográfica para a descrição da pesquisa, as mulheres, conforme se aproxima o horário de entrada para a visita, começam a ficar ansiosas e acabam se dispersando, fato que comprometeria a continuidade e a qualidade das entrevistas.

Minha abordagem no primeiro dia foi inicialmente embaraçosa. Em primeiro lugar porque não fazia ideia de como seria a rotina e a recepção das mulheres. Em segundo porque os olhares direcionados a mim eram cheios de

interrogação, talvez por eu ter sido interpretada como uma *outsider*¹⁴ (Becker, 2009 in Lewis, 2016). Meu rosto não era familiar ali e minha vestimenta (calça jeans e sapato fechado) não condizia com a de uma visitante (a maioria usava saíões ou calças largas e chinelos de dedo, conforme já explicado).

A fim de me ambientar melhor ao local e de evitar uma abordagem que parecesse rude ou repentina, iniciei uma ação de inspiração etnográfica¹⁵, na qual observei o comportamento das mulheres presentes naquele momento: o que faziam, o que conversavam e como se comportavam. Pedi um café na bancada da cantina, com o intuito de puxar conversa com o dono-atendente. A série de encontros mistos iniciava-se ali: o homem era cadeirante, desprovido de suas duas pernas. Percebi que ele não quis me dar muita atenção, talvez por desconfiança da minha presença e das minhas perguntas. Prontamente, ele foi atender uma mulher que parou no balcão ao meu lado e lhe pediu sabonete, papel higiênico e pastéis. Fiz um comentário para testar a receptividade dela, que foi muito positiva. Sílvia, que fora visitar o marido, foi meu próximo “alvo”. E a minha primeira entrevista. Uma análise detalhada da minha entrevista com Sílvia encontra-se no capítulo 4 desta dissertação.

Após cada entrevista, perguntava à entrevistada se conhecia alguém que pudesse indicar para a entrevista seguinte. Na maioria das vezes obtive sucesso; apresentavam-me amigas ou perguntavam às pessoas que mantinham um pouco mais de afinidade. Nos poucos casos de insucesso, saía em busca de um grupo aparentemente receptivo, pedia licença, apresentava-me, explicava o objetivo do meu trabalho e perguntava quem gostaria de colaborar.

2.3.2

2º dia de geração dos dados

No segundo dia de pesquisa de campo, eu já estava ambientada e sabia exatamente por onde começar, o que fazer e como fazer. Minha abordagem inicial foi um pouco mais fácil. Ao adentrar, de carro, a rua de terra que dá acesso ao presídio, avistei uma mulher andando sozinha, carregando uma bolsa bem

¹⁴ Tomo emprestado esse conceito de Becker (2009 in Lewis, 2016) que se refere a pessoas que não vivem de acordo com certas regras estipuladas socialmente e que, por isso, são percebidas como pessoas que estão do lado de fora de um determinado grupo social, acrescento.

¹⁵ O conceito de etnografia aqui adotado foi explicitado na seção 2.1 deste capítulo.

pesada, em direção à instituição. Parei o carro e ofereci-lhe uma carona até lá, a qual ela aceitou prontamente. Aproveitei o episódio para abordá-la e explicar-lhe minha pesquisa. Foi assim que consegui a primeira entrevista do segundo dia, com Juliana, que fora visitar o sobrinho.

Nos dois dias de campo, estacionei meu carro um pouco distante das cantinas, com o intuito de chegar ao local a pé, para que não causasse estranhamentos e chamasse a menor atenção possível.

Por ter chegado com uma pessoa já conhecida, pelo menos de vista, meu acesso às outras entrevistadas tornou-se mais fácil. Considero uma delas, em particular, a mais custosa de todas. Sônia estava sentada no meio-fio da calçada da cantina em frente ao presídio, sozinha, e não falava com ninguém. Sentei-me no chão também, ao seu lado, e tive a necessidade de incentivar, com muitas perguntas, nossa interação.

De todas as mulheres abordadas neste dia, apenas uma se negou a me conceder entrevista, apesar de ter dito que gostaria de ajudar, pois achava um “trabalho lindo”, mas que precisava ter ordem do “patrão”. *“Deixa pra próxima”*, disse ela. Perguntei: *“patrão é seu marido?”*, e respondeu: *“claro! Quem mais poderia ser, se é patrão? Não faço nada sem o consentimento dele”*.

Em uma conversa de roda que mantive após o término das entrevistas, que não foi gravada, ouvi um relato sobre uma ocorrência no pátio do presídio durante um dia de visita que, talvez, justifique também a mitigação da agência instanciada no discurso reportado do parágrafo acima. Uma mulher, que visitava seu marido por medo das consequências de um possível abandono, permanecia sentada ao lado dele. Enquanto ele envolvia seus ombros com um dos braços e chamava-a de “piranha” e “vagabunda”, com a outra mão aplicava-lhe golpes como apertões e socos nas costelas, que lhe causaram grandes hematomas. Ela manteve sua cabeça abaixada, mas não o suficiente para que não vissem as lágrimas escorrendo-lhe dos olhos.

Considero relevantes esses e os relatos descritos no contexto de pesquisa, por julgar necessária a construção do sofrimento e da humilhação de mulheres envolvidas no contexto prisional, mesmo na condição de parentes/visitantes.

2.4

As entrevistas de pesquisa

O principal instrumento metodológico adotado para a geração dos dados deste trabalho foram as entrevistas qualitativas. Dialogando com o paradigma construtivista-interpretativo (Denzin & Lincoln, 2006), destaco o que Mishler (1986 apud Bastos e Santos, 2013: 10) considera sobre entrevistas: “um evento social, em que o discurso é cooperativamente construído”. As entrevistas estimulam os entrevistados a contarem suas experiências e tendo em vista que olhar para histórias e relatos de vida significa olhar para a narrativa como uma prática social co-construída (Bastos, 2005), as entrevistas foram feitas com o objetivo de estimular a emergência de narrativas de histórias de vida (Linde, 1993).

Mishler (1986) compreende as entrevistas de pesquisa como um tipo de discurso, um evento de fala, algo co-construído pelos envolvidos, e não unilateralmente (Bastos, 2005). Ou seja, esse tipo de abordagem considera a entrevista como um evento no qual os interactantes, tanto o entrevistador quanto o entrevistado, articulam suas identidades sociais e suas avaliações sobre o mundo, mostrando o que são e como se posicionam.

Frias (2013) aponta três modelos de entrevista utilizados no campo das Ciências Sociais. A *entrevista positivista*, que é estruturada na forma prototípica de pergunta e resposta e assegura a neutralidade do entrevistador, que considera o entrevistado somente como um depósito de experiências; a *entrevista criativa*, que valoriza a emoção e o sentimento contidos nas informações prestadas pelo entrevistado e, nesse sentido, o entrevistador também compartilha seus próprios sentimentos e experiências; e, por último, a *entrevista ativa*, na qual entrevistador e entrevistado executam um papel ativo na interação, isto é, colaboram juntos na produção de sentidos das informações.

Partindo da observação dos dados desta pesquisa, ainda sob uma perspectiva construcionista, proponho a noção de *entrevista ativa* como norteadora do tipo de entrevista aqui empreendida, por considerar minha co-participação relevante na construção dos relatos e narrativas contados pelas mulheres entrevistadas. Além disso, minha participação na interação estabiliza-se na intermediação entre neutra e emotiva. Frias (2013) aponta, ainda, mais esclarecimentos de como essa linha de entrevista considera o entrevistado:

O sujeito no lugar do entrevistado não é mais encarado como um sujeito passivo, um vaso de respostas prontas, sejam elas fatos positivos ou emoções, mas alguém que, em interação com o entrevistador, constrói conhecimento e produz sentidos no momento mesmo da interação, ao interpretar e reinterpretar experiências e dados em resposta às perguntas da entrevista. (p.52)

Nesse sentido, o entrevistador não mais se empenha em extrair experiências ou conhecimentos preexistentes do entrevistado, mas passa a interagir com ele. As narrativas que emergem de uma interação juntamente com outros elementos que envolvem a entrevista como “perguntas, respostas, contexto imediato, contexto macro, posicionamentos e alinhamentos” (ib., p.52) ajudam a constituir a forma como os sentidos são construídos.

Considerando essa visão de entrevista abordada por Frias, o que Bastos (2005) propõe sobre o papel exercido pelas narrativas de envolver “um processo dinâmico e situado de expor e interpretar quem somos” (p.81), e caminhando na mesma empreitada de Mishler, que utilizou narrativas em contexto de entrevistas para abordar questões de impacto das desigualdades sociais e econômicas (Bastos e Santos, 2013), optei por entrevistas sem roteiros prévios.

Considero que uma entrevista aberta favorece a emergência de narrativas, pois ao mesmo tempo em que cede um turno maior ao entrevistado, de modo que ele se sinta à vontade em usá-lo como quiser, também não o limita a respostas relativamente curtas por estar engajado no objetivo de responder perguntas prototípicas de um questionário.

Entretanto, como não poderia deixar de ser, ao entrevistar essas mulheres, vi a necessidade de obter uma orientação a respeito da coerência mantida na relação delas com o contexto prisional de que fazem parte. Perguntas como: “*o que aconteceu?*” ou “*como você veio parar aqui?*” e “*qual sua maior queixa daqui?*” foram perguntas comuns a todas as entrevistadas, momentos no quais me aproximei um pouco mais de uma perspectiva de entrevista estruturada.

Essas perguntas pedem implicitamente a explicação de como e por que seus familiares estão presos, por isso, narrativas de experiência vicária (aquelas que contam a experiência de outra pessoa) surgiram, então, nos discursos dessas mulheres. Entretanto, algumas narrativas de experiência pessoal também aparecem nos dados, mas só serão utilizadas aqui à medida que contribuirão para a análise das vicárias.

Ao animarem as narrativas de seus pares, a maioria das entrevistadas deu voz a histórias em que eles não se enquadram como autores dos respectivos crimes, ou seja, eles se constroem como inocentes. Elas não só animam esses discursos como também ajudam a construir essa inocência. Chamou-me, então, a atenção nos dados o conteúdo avaliativo empregado por essas mulheres a fim de reforçar, e até mesmo tentar legitimar a inocência de seus pares, invalidando as acusações contra eles.

Nesse sentido, procuro responder à questão norteadora deste trabalho, a saber, no âmbito micro da interação: *como se constituem as narrativas de inocentação?* E as sub-perguntas, uma de nível mais micro, outra de nível mais macro, derivadas desta: *quais estratégias discursivas são utilizadas por essas mulheres ao legitimarem a inocentação de seus pares? E que tipos de sistemas de coerência emergem desses discursos inocentadores?*

Cada entrevista utilizada nesta pesquisa, então, será considerada sob a ótica dessas duas dimensões, nível micro e macro, e serão analisados de acordo com os pressupostos teóricos e categorias analíticas já mencionados na introdução desta dissertação e que serão descritos no próximo capítulo.

Ao todo, foram realizadas nove entrevistas, com mulheres de faixa etária entre 25 e 57 anos, de etnias e classes sociais diversas, as quais tiveram seus nomes modificados nos dados por questões de ética e de segurança das mesmas. Os nomes dos lugares geográficos mencionados nas entrevistas também são fictícios. Como já se disse, todas assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, no qual aceitaram a utilização de seus áudios, que foram gravados com o celular pessoal da pesquisadora. Para as transcrições das entrevistas, foram utilizadas convenções adaptadas da Análise da Conversa, de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974), com incorporações de Loder e Jung (2009), a fim de abarcar não só a expressividade prosódica contida no discurso, mas também os elementos extralinguísticos da interação.

Dentre as nove entrevistas realizadas, somente três contêm narrativas vicárias que não inocentam seus parentes presos. Nessas, o amor se revela como a causa em comum que motiva essas mulheres a enfrentarem as mazelas às quais estão submetidas ao frequentarem o ambiente prisional. Nas outras seis entrevistas, as mulheres não só relatam a experiência vicária de seus pares, dentre eles, filhos, sobrinho e maridos, como também invalidam as acusações proferidas

contra eles. Por questões de espaço e de objetividade compreendidos em uma dissertação, somente quatro, dentre as seis, serão utilizadas nas análises dos dados desta pesquisa. Recortarei apenas os trechos de cada entrevista que dialogam com a perspectiva analítica aqui proposta, aos quais chamarei de excertos.

Apesar do tom espontâneo que conduziu as entrevistas, duas perguntas foram comuns a todas elas: *O que aconteceu?* – visando à emergência de narrativas que justificassem a relação das mulheres com o ambiente prisional, alvos de nossa análise - e *qual a maior queixa em relação ao presídio?* Esta pergunta torna-se relevante na criação de um parcial conhecimento sobre o contexto, a nível macro, ao partirmos do princípio que, a partir dos discursos dessas mulheres, que foram praticamente unânimes em suas respostas, uma denúncia social muito grave emerge a respeito das convenções sociais estipuladas sobre o objetivo primário de um cárcere: punir a fim de “resgatar” o infrator.

2.5

Participantes da pesquisa e caracterização dos dados

Nesta seção, discorro sobre o perfil e as histórias das participantes da pesquisa, dedicando uma subseção para cada entrevistada. Os títulos dessas subseções correspondem às frases mais representativas do discurso de cada uma delas. Tendo em vista o rápido contato com as entrevistadas (como já explicado, não me delonguei por respeitar o horário da visitação), as informações aqui expostas são condicionadas à minha impressão pessoal e aos relatos das próprias mulheres contidos tanto nas entrevistas como fora delas, nas conversas informais, alheias às gravações.

Conforme já mencionado, são nove entrevistas que contabilizam um tempo total de gravação de 140 minutos e 32 segundos. Os tópicos das entrevistas foram, basicamente: o motivo da prisão dos pares e o tempo em que estão presos; a rotina pessoal de visitação; o que as participantes conversam com seus pares durante a visita no pátio; e, as queixas relacionadas ao presídio e ao tratamento dispensado às parentes visitantes.

Iniciarei pela caracterização de Sílvia, Neide, Glauce e Juliana por pertencerem a elas os excertos recortados para o capítulo de análise. As outras três entrevistadas, que não inocentam seus pares, serão também caracterizadas a seguir

apenas para fins de apresentação. Coincidentemente ou não, os três casos são relações conjugais, e o amor, repito, é apontado como elemento-chave que parece mobilizar essas mulheres ao ambiente prisional. Ao final de cada subseção, indico o tempo de gravação de cada entrevista.

2.5.1 Participantes que inocentam seus pares

Apresento aqui as seis entrevistadas que inocentam seus pares.

2.5.1.1 Sílvia: “*Eu tenho maior amor por ele, ele não é isso*”

Sílvia aparenta ser de grupo econômico de baixa renda, tem 39 anos e visita seu marido de 57 anos, acusado de estuprar a própria filha, fruto de um casamento anterior. Apesar de dizer que normalmente trabalha com contabilidade, Sílvia, atualmente, trabalha como diarista e justifica isso para dispor de tempo livre não só para visitar o marido, mas também para acompanhar todas as audiências dele. Ela se mostrou uma mulher muito receptiva e tranquila e sua história de vida traça um paradoxo com sua situação atual: uma mulher que já sofreu um estupro, hoje defende um companheiro acusado do mesmo crime. Como se não bastasse o contexto sofrido sob o qual se encontra Sílvia, sua trajetória de vida é marcada, ainda, por muitos outros sofrimentos.

Ela tinha 18 anos na época em que sofreu o estupro e era virgem. Além dos ferimentos provenientes desse ataque, Sílvia engravidou e, por influência de seus pais, abortou legalmente a criança quando já estava com cinco meses de gravidez. Ela conta que não conseguiu se relacionar com nenhum homem, até conhecer seu marido atual (que está preso) no ônibus que ambos pegavam diariamente.

Durante uma conversa, já depois de entrevistá-la, Sílvia me mostrou uma cicatriz bem grande em seu antebraço esquerdo e me contou a origem da marca de um acidente que quase a matou: um dia, seu pai enfartou em casa. Desesperada e sozinha com sua mãe, ela foi abrir a janela para gritar por socorro, porém, essa estava emperrada. Ao forçá-la, o vidro se estilhaçou e cortou seu antebraço seriamente. Sílvia não deu muita importância no momento, pois seu foco era acalmar sua mãe e socorrer seu pai, mas como o corte foi bem profundo na veia, ela teve uma hemorragia severa e quase entrou em choque. Nesse mesmo

dia, Sílvia perdeu seu pai e ganhou uma cicatriz enorme e uma mãe depressiva que, atualmente, se trata de um câncer.

Alguns excertos da entrevista com Sílvia serão utilizados nos dados de análise. Sua entrevista revela questões sociais muito relevantes em torno da inocentação do marido e, por isso, é bastante representativa dos dados, o que demandou um capítulo inteiro de análise, o qual está disponível no capítulo 4 desta dissertação.

Tempo de gravação: 19'04''.

2.5.1.2 Neide: “*Eu sou revoltada, eu tô revoltada*”

Neide é uma senhora de 57 anos, viúva, mãe de três filhos e um deles está preso. Acusado de roubo, seu filho, de 30 anos, já era fichado pela polícia pelo mesmo crime e respondia em livramento condicional¹⁶ quando foi preso novamente. Segundo a entrevistada, ele era usuário de drogas, motivo pelo qual roubou pela primeira vez. Neide, que é evangélica, é uma mulher muito falante e revoltada com a atual situação do filho por acreditar em sua inocência. Talvez, por isso, sua entrevista seja uma das mais representativas dos dados de análise por revelar, assim como a de Sílvia, questões sociais relevantes na formação das causalidades da inocência do filho. Alguns excertos de sua entrevista, então, serão utilizados no capítulo 5 desta dissertação, ocupando sua maior parte. Ela foi a única entrevistada que fez questão de me cobrar o sigilo dos nomes.

Tempo de gravação: 14'48''.

2.5.1.3 Glauce: “*...pode mentir pra quem quiser, menos pra mim*”

Glauce é viúva, pensionista, aparenta ser de classe média baixa e tem, aproximadamente, 50 anos. Ela visita seu filho mais velho, de 34 anos, preso com um grupo que prestava serviços de moto táxi, suspeito de tráfico. Segundo a entrevistada, além de o filho alegar inocência, também não há provas contra ele. Ela mora em outro estado, com seus outros dois filhos (um casal), fato que dificulta seu acesso ao presídio. Pensando nisso, para dar assistência a seu filho preso, ela migrou temporariamente para o Rio de Janeiro, para o apartamento da mãe. Nesse apartamento, moram muitos membros de sua família. Glauce narra

¹⁶ O conceito de livramento condicional será explicado no capítulo 5.

que um de seus sobrinhos é usuário de drogas e furta objetos da casa para vendê-los e sustentar seu vício. Além disso, ele bate na própria mãe (irmã da entrevistada), quando essa se recusa a dar-lhe dinheiro. Certa vez, esse sobrinho pegou o próprio irmão no colo, que é ainda bebê, e ameaçou jogá-lo pela janela em troca de dinheiro. Ao tentar interceptar a situação, Glauce foi golpeada pelo sobrinho. Por causa desse ocorrido, ela se mantém hospedada na casa de uma amiga doente, que, em troca da hospitalidade, recebe seus cuidados. É desse local que, uma vez por semana, ela sai três e meia da manhã para estar às seis horas no presídio.

Glauce conta, ainda, que não leva seus netos para visitar o pai porque ele não quer. Ela mente para as crianças, dizendo que o pai está trabalhando em São Paulo. Seus netos não são filhos da mesma mãe (são quatro, dois de uma mulher e dois de outra), e uma das mães abandonou as crianças.

Alguns excertos da entrevista de Glauce também serão utilizados na análise do capítulo 5 desta dissertação.

Tempo de gravação: 17'09''.

2.5.1.4 Juliana: “...é uma coisa que a gente só pode pedir a ajuda de Deus mais ninguém né”

Juliana foi meu primeiro contato do segundo dia de entrevista, a quem dei carona durante o percurso rodovia x presídio. Tem 36 anos e tem três filhos. Entretanto, diferentemente dos outros casos, quem está preso é seu sobrinho, filho de sua jovem irmã, de 19 anos. Juliana chega cedo ao presídio para garantir a entrada dessa irmã, mãe do preso, que, por trabalhar à noite, chegaria muito tarde para incluir seu nome na lista de visitantes.

O sobrinho de Juliana é acusado pela esposa de assassinar a paulada o filho deles de nove meses. A entrevistada narra que o médico que socorreu a criança alegou no laudo que o óbito foi causado, na verdade, por queda. Segundo ela, quem deixou a criança cair foi a esposa de seu sobrinho.

Juliana foi uma das que mais se queixou do tratamento dispensado às visitantes e aos presos. Ela sempre acompanha seu sobrinho nas audiências. Seus excertos também serão utilizados nos dados de análise do capítulo 5.

Tempo de gravação: 16'38''.

2.5.1.5 Fabiana: “...e:: aconteceu que o barato saiu caro pra caramba...”

Fabiana é uma jovem de 27 anos, que visita seu marido preso, de 22 anos, apenas uma vez por mês, no dia de sua folga do trabalho. Ela e seu marido são usuários de maconha. Ele foi preso em flagrante em um dia que foi comprar maconha para eles a pedido dela (fato que a faz se sentir um pouco culpada pela situação), antes do carnaval, pois nesse feriado a droga fica mais cara. Entretanto, segundo ela, o flagrante foi forjado pelos policiais, que acrescentaram mais drogas à “carga” apreendida, descaracterizando-o como usuário.

Fabiana tem três filhos que não são de seu atual companheiro, mas que se relacionam bem com ele. Ela também vive um paradoxo, assim como Sílvia, pois quando tinha 10 anos, visitava seu pai no presídio, e diz se lembrar de todos os detalhes. Por essa razão, evita levar as crianças para visitar seu marido, a fim de evitar causar nelas o mesmo trauma adquirido com sua própria experiência. Ela conta que, certa vez, quando levou um dos filhos lá, a criança ficou olhando para o presídio e perguntou-lhe o que era aquilo. Fabiana inventou uma história, como um conto de fadas, no qual o presídio era um castelo e os agentes penitenciários eram soldados que protegiam o pai do dragão que poderia aparecer.

Apesar de o uso da maconha ter sido o pilar do encarceramento de seu marido, Fabiana, por ser usuária também, constrói um discurso, ao narrar sua rotina diária, que parece trabalhar para mantê-la sob uma luz favorável, nos termos de Goffman (1981), longe das possíveis sanções sociais que poderiam emergir do nosso encontro misto:

Até hoje eu fumo só que:: eu acredito assim eu acho que é você que faz-<eu acho que você> não POde deixar o negócio te fazer sou eu que fa:ço o bagulho porque:- eu sou usuária mas eu tenho o meu empre:go, eu tenho os meus fi:lhos, eu tenho minha casa pró:pria, eu tenho a minha mo:to, eu tenho as minhas coi:sas eu nunca deixei que:: pudesse interferir minha vida em NAda apesar de eu fumar hoje em DIa eu-eu-eu não fumo: o dia inteiro porque eu trabalho mas no domin:go tô no pega dia normal mas-eu chego em casa <primeira coisa que eu faço eu já entro no meu banhe:iro>, já meto a mão no meu ki::t, já faço meu bagulho, fumo, sa:io, vou fazer minha comi:da, dou banho nos meus fi:lhos, já:- nu-a-faço trabalho de colé:gio, lavo rou:pa, faço comi:da, já faço quenti:nha, vou deixar tudo arruma:do, pra poder trabalhar no dia seguinte que acordo seis horas da manhã: pra fazer aquela rotina toda com as crianças...

(trecho extraído da entrevista com Fabiana)

Ancorada na crença de senso comum de que usuários tornam-se indivíduos socialmente impotentes, incapazes de arcar com certas responsabilidades, Fabiana parece tentar desconstruir essa imagem, defendendo a possibilidade da coexistência de duas situações socialmente distanciadas: a mãe usuária é também uma mãe trabalhadora e responsável.

Tempo de gravação: 18'34''.

2.5.1.6 Inês: “é isso, não tem como a gente ficar tranquila né”

Inês tem três filhos e o do meio é o que está preso. Segundo ela, seu filho trabalha em uma loja de roupa e recebeu um telefonema de um desconhecido que queria saber o preço das “peças”. Seu filho orientou essa pessoa a ir pessoalmente ver essas “peças”, que supostamente seriam as roupas, para que pudesse escolher cor, tamanho, etc. A polícia prendeu esse desconhecido, que era traficante, e por meio do celular dele, rastreou as ligações recentes, chegando à loja do filho de Inês, que foi acusado de venda ilegal de armas, sob a acusação de que, ao usar a palavra “peça” no telefonema, fazia uso de um código linguístico que substitui “arma”.

Segundo Inês, o acusado foi inocentado por falta de provas concretas. Ela diz que o filho está revoltado e se ancora em um discurso de senso comum para justificar essa revolta: “ele tá muito revoltado:do que se você SAbe que você FEZ você:-...aceita agora quando você sabe que não fe:z você não ace:ita”. Inês não parecia muito à vontade em dar entrevista, a qual acabou sendo conduzida em grupo, pois outras participantes ouviam a nossa conversa.

Tempo de gravação: 12'42''.

2.5.2 Participantes que não inocentam seus pares

Apresentarei, a seguir, as entrevistadas que não inocentaram seus pares durante as entrevistas.

2.5.2.1 Júlia: “...*aí dentro só entra mesmo quem ama de verdade*”

Júlia, de 23 anos, visita seu esposo, de 24 anos, que está preso. Outrora envolvido no tráfico, respondia em regime semiaberto¹⁷, porém, um dia não

¹⁷ Regime semiaberto é aquele em que o preso se mantém em liberdade durante o dia, mas é obrigado a retornar à noite para dormir no presídio.

retornou mais ao presídio, tornando-se foragido. Nesse ínterim, eles se conheceram em uma sala de bate-papo na internet e casaram-se, até o dia em que foi recapturado. Segundo Júlia, ele deixou de retornar ao presídio por falta de dinheiro para custear o trajeto.

Ela é uma das que acampam no local, no dia anterior à visita. Júlia sabia que seu companheiro foi traficante e acredita que ele não estava mais envolvido com esse tipo de atividade, uma vez que estava trabalhando com carteira assinada. Estamos diante de mais uma relação construída pelo senso comum, dentre outras que serão exploradas neste trabalho: o trabalhador de carteira assinada não se alinha a uma pessoa de conduta desviante.

Assim como todas as entrevistadas que estão cientes dos crimes de seus respectivos e, por isso, não os inocentam, Júlia credita no amor a motivação de frequentar o ambiente prisional. Ela não se mostrou muito interessada em conceder entrevista, sendo pouco falante.

Tempo de gravação: 05'32''.

2.5.2.2 Jéssica: “...mas a gente quando gosta...”

Jéssica sai de casa às quatro da manhã para visitar seu marido preso pela segunda vez por porte ilegal de arma. Ambos têm 23 anos e eles têm uma filha de cinco, a quem Fabiana diz que o pai está viajando a trabalho. Segundo ela, seu marido foi flagrado em um carro clonado, com uma arma escondida.

Jéssica se mostrou ser uma das mais interessadas em me conceder entrevista, talvez porque foi a que mais detalhou os maus tratos dispensados às visitantes, atrelando a esse tratamento o estigma de parentes de bandidos que carregam essas mulheres. Um trecho da entrevista dela foi utilizado neste capítulo, na subseção 2.2.1, “Descrição do campo”.

Ela conta que o sentimento por ele é o que a move para o presídio. Mesmo sabendo de alguns casos extraconjugais do marido, ela se dispõe a apoiá-lo nesse momento. Ao perguntar-lhe se ela gosta dele, Jéssica me respondeu: “muito, de mais:, demais: porque: não é qualquer uma que: se sujeita a passar pelas coisas que a gente passa aqui não.”

Tempo de gravação: 19'00''.

2.5.2.3 Sônia: “...NAda tá fazendo sentido sem ele...NADA...NAda tem graça...”

Sônia é uma mulher negra, magra, com a aparência sofrida, dependente do programa Bolsa Família. Taciturna, encontrava-se sentada na beira da calçada, em frente ao presídio, onde me sentei ao seu lado. Curiosamente não perguntei sua idade, mas aparentava ser entre 35 e 40 anos. Considero sua entrevista a mais custosa de todas, pois nossa interação estava condicionada à minha insistência e iniciativa nos assuntos.

O marido de Sônia está preso por tráfico - “vida errada”, segundo ela. Por não ter relações documentais de sua união e nem ter filhos com ele, Sônia encontra dificuldade em confeccionar a carteirinha exigida na visitação, estando, com isso, oito meses sem vê-lo, fato que a deixa depressiva e dependente de remédios. Ela disse ser usuária de maconha, a única coisa que a acalma atualmente.

Sônia conta que tem um casal de filhos do seu primeiro marido, falecido. Ele era um homem possessivo, que bebia e batia nela todos os dias. Por essa razão, deposita em seu marido atual todo o amor que não teve em seu primeiro casamento, pois, segundo a entrevistada, ele trata a ela e a seus filhos com muito amor e carinho.

Ao perguntar-lhe se ela gosta do marido, Sônia me respondeu: “Muita co:sa...se eu não gostasse eu não taria aqui”. Pergunto, ainda, se, na hipótese de ele sair da cadeia e continuar na “vida errada”, ela ainda assim ficaria com ele: “contínuo, contínuo, contínuo quem gosta continua quem gosta fica (.) mesmo ele errando de novo e voltando pra cá de novo eu you continuar com ele”.

Tempo de gravação: 18’25’’

Após familiarizar o leitor com o contexto de pesquisa, com os empreendimentos metodológicos adotados e com os objetos de análise delimitados, apresento, no próximo capítulo, o aporte teórico que embasa nossa análise.

3

Teorias e suas relações com a análise

Este capítulo objetiva apresentar o aporte teórico que sustenta a análise proposta nesta pesquisa. São teorizações que encaminham a análise tanto a nível macro, de espectro mais amplo, como a nível micro, com uma ótica mais atenta à interação e seus aspectos organizadores. Desse modo, dividirei os aportes teóricos em dois grupos para organizar melhor o capítulo tendo em vista esses dois níveis.

Na *primeira parte* serão abordadas as categorias da ordem interacional relacionadas às entrevistas, quais sejam: a “Sociolinguística interacional”; as categorias de “Face, *self* e estigma”; “O formato de produção das elocuições: a noção de falante”; e “*Footing* e enquadre”. A *segunda parte* abrangerá categorias e elementos de natureza mais especificamente discursivos: “Narrativas, identidades e análises narrativas”; “Estrutura narrativa laboviana”; “Avaliação”; “Pequenas histórias e identidades”; “Narrativas de experiência vicária”; “Discurso reportado na narrativa”; e “Histórias de vida, sistemas de coerência e causalidades”.

Ao final de cada subseção, traço uma relação entre a teoria apresentada e os dados selecionados para análise, sob o subtítulo em comum “A teoria na prática de análise”.

3.1

Primeira parte

3.1.1

Sociolinguística Interacional

A presente pesquisa debruça-se sobre estratégias discursivas utilizadas por mulheres entrevistadas em uma interação. Por isso, torna-se relevante ancorá-la nos estudos da Sociolinguística Interacional (Gumperz, 1982; Goffman, 1974), que propõe um olhar para o uso da fala em contextos sociais específicos, focalizando a relação entre língua, sociedade e cultura, considerando a possibilidade de cruzamentos culturais, e/ou de classes e papéis sociais entre interactantes em uma interação.

Todos os gêneros que se manifestam na comunicação do dia-a-dia podem ser considerados como representações de interações sociais, como entrevistas,

conversas, debates, consultas, etc., que trabalham, a todo tempo, introduzindo ou sustentando mensagens que organizam o encontro social. Nesse sentido, a importância de se olhar para o fenômeno comunicativo se dá pelo papel que ele exerce no “poder, controle, produção e reprodução da identidade social” (Gumperz, 1982 in Pereira, 2002: 9).

Pereira (2002) destaca duas tendências dos estudos da Sociolinguística Interacional. A primeira delas está relacionada à compreensão do que acontece nas interações sociais, o que fazem os falantes e como a fala estabelece relações entre eles, focalizando a prática discursiva a partir de situações concretas de uso das quais emergem relações interativas e sociais. Nessa linha de pesquisa, pistas de contextualização¹⁸ (Gumperz, 1982) são consideradas a fim de investigar o conhecimento partilhado dos falantes, pois “nossos mundos sociais são moldados através da interação”.

A outra tendência desses estudos, sob uma ótica mais linguística, volta-se para as unidades linguísticas instanciadas no discurso e na fala. O pesquisador considera o conteúdo em si da fala, como as relações entre discurso e gramática, o estilo e o tópico das conversas, o uso de narrativas, de marcadores discursivos, as classes gramaticais etc.

O importante é que essas duas vertentes se entrecruzam na reflexão sobre a importância de se construir significados em comunicação, que, por se tratar de uma atividade social, não se resume apenas em elementos estruturais da língua, mas também em elementos simbólicos contextuais construídos social e culturalmente, refletindo significados tanto em nível macro (identidade de grupo, diferenças sociais etc.), quanto em nível micro (o que o falante faz e diz localmente na interação).

Segundo Gumperz (1982: 1-2 in Ribeiro e Garcez, 2002), “os participantes de uma conversa contam assim com inferências sobre o contexto, objetivos interativos e relações interpessoais para produzir enquadres em que podem interpretar o que está ocorrendo em uma dada situação”. O contexto é um elemento essencial para depreendermos os sentidos dos discursos provenientes de uma dada interação, bem como auxilia na observação de como se dá a relação social e interacional entre os interactantes de um encontro.

¹⁸ Pistas de contextualização são traços da forma linguística e/ou não-linguística que contribuem para assimilação de pressupostos contextuais (in Pereira, 2002).

Em relação a isso, o trabalho de Goffman a respeito de encontros sociais é extremamente esclarecedor e contributivo para análises desse tipo. Ele focaliza a situação social (“arena física na qual as pessoas presentes estão ao alcance visual e auditivo umas das outras” ([1979], 2002) na qual podem estar envolvidos os falantes em uma interação face a face, considerando recortes analíticos interacionais específicos que posteriormente foram usados como categorias de análise:

A conversa é socialmente organizada, não apenas em termos de quem fala para quem em que língua, mas também como um pequeno sistema de ações face a face que são mutuamente ratificados e ritualmente governadas, em suma, um encontro social. (Goffman, 1964: 15 in Pereira, 2002: 14)

Os sociolinguistas consideram um encontro social face a face como um campo de construção de significado social e da experiência que pode ser depreendido através da pergunta: “o que está acontecendo aqui e agora nesta situação de uso da linguagem?” (Ribeiro & Garcez, 2002). A Sociolinguística Interacional busca, então, dar conta da diversidade linguística e cultural na comunicação cotidiana e observar o impacto que isso tem na vida das pessoas.

3.1.1.1

A teoria na prática de análise

Baseado nas definições da Sociolinguística Interacional, considero o gênero entrevista de pesquisa o contexto social específico e representativo da interação social face a face em análise nesta pesquisa. Através de um olhar mais atento para o contexto que permeia meu encontro com as mulheres visitantes, é possível depreender como se dão nossas relações durante as entrevistas, bem como elas se posicionam e se relacionam com o que contam sobre elas e sobre seus pares presos.

Um encontro entre uma pesquisadora e mulheres pobres que mantêm relações de parentesco com homens encarcerados representa o que Goffman (1988) chama de *encontro misto*¹⁹. Como é esperado em encontros dessa natureza, são perceptíveis os cruzamentos culturais e de condições sociais que são instanciados em nossa interação face a face, que busca identificar como se dão a produção e a reprodução das identidades sociais que essas mulheres projetam de si e de seus pares e que pertencem a um grupo socialmente esquecido e penalizado.

¹⁹ Abordarei o conceito de encontro misto na próxima subseção deste capítulo.

Nesse sentido, é fundamental um olhar mais afunilado para os elementos constituintes do discurso dessas mulheres, ou seja, os recursos linguísticos utilizados localmente na interação que constroem seus posicionamentos, afinal, é através da língua que moldamos nosso mundo social e através dela que agimos no mundo. “O que está acontecendo no aqui e agora da interação?” : nas periferias de um presídio do Rio de Janeiro, um encontro misto entre uma pesquisadora e mulheres que visitam seus pares presos possibilita entrevistas de pesquisa.

3.1.2

Face, *self* e estigma

Goffman (1980) define encontro social como uma atividade de fala em que participam dois ou mais indivíduos. No decorrer desse encontro, os participantes se engajam em demonstrar seu envolvimento no que está sendo dito. Nesse sentido, as noções de ouvinte e de falante propostas pelo sociólogo se tornam essenciais no entendimento de como cada interactante negocia em interações face a face papéis sociais, alinhamentos e imagem do *self* que, conscientemente ou não, sustentam a linha seguida por eles, ou seja, como eles expressam “sua visão da situação e, através disso, sua avaliação dos participantes” (Goffman, 1980: 76).

Self é considerado por Goffman como o “sentimento de quem somos (ou acreditamos ser)” - tanto em personalidade quanto o que intencionamos demonstrar aos outros socialmente em situações nas quais nos engajamos rotineiramente. Esse sentimento do *self* é fruto de processos advindos não só de instituições sociais (como escola, família, etc.), mas também de encontros e situações que fazem parte do ritual do dia-a-dia. As imagens projetadas de si são usadas pelos participantes em uma interação como uma estratégia regulada que define uma situação e os consequentes comportamentos adotados em função dela.

O trabalho de face proposto pelo sociólogo dialoga com esse acordo cooperativo interacional que envolve a emissão e a interpretação de sinais de naturezas diversas pelos quais as identidades se manifestam (Biar, 2015). Face, para Goffman, é “o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico. Face é uma imagem do *self* delineada em termos de atributos sociais aprovados” (1980: 74-75).

Durante um encontro social, a pessoa tende a sustentar uma imagem de *self* à qual ela se liga emocionalmente (ib.: 79) e a atribuição de uma face é um elemento ritual que trabalha para isso. Cada um dos participantes reclama para si uma face que deve ser aceita pelos demais, ou seja, o falante não só deve manter uma face positiva, adequada à situação, “como há também o aspecto dialógico: a consistência da linha assumida deve estar apoiada nos juízos e evidências difusamente comunicadas pelo outro no fluxo de eventos da situação” (Biar, 2012: 88).

Goffman considera também que interactantes não só sustentam uma face para si como para os outros participantes, considerando a própria face e a face dos outros como “construtos da mesma ordem” (1980: 77), e aqui está em jogo a fluidez do ritual da interação. Esse ritual engloba a cooperação mútua entre os participantes na sustentação das respectivas faces, ou seja, cada qual sustenta a face alheia a partir de um acordo de natureza sociointeracional e cultural que, para manter a interação dentro dos padrões cooperativos de normalidade, não “permite” ameaçar a face do outro.

Considera-se que uma pessoa *está em face* quando ela consegue sustentar a linha de conduta adotada na interação, quando essa pessoa está na *face errada*, a imagem de si projetada torna-se ameaçada e se isso acontece, essa pessoa lança mão de recursos discursivos e/ou interacionais que trabalham para o salvamento da própria face. Nesse sentido, “estudar o modo como as pessoas salvam faces é estudar as regras de trânsito da interação social” (ib.: 82). Para tal empreendimento, dois pontos de vista são considerados por Goffman: a de *orientação defensiva*, na qual a pessoa salva sua própria face; e a de *orientação protetora*, na qual a pessoa salva a face de outros. O importante é que, ao salvar a própria face, a pessoa deve utilizar ações defensivas que não ameacem a face dos outros; e, ao defender a face alheia, a pessoa deve escolher ações que não levem à perda da própria face. A essa particularidade, o autor denomina de “conceito de face mútua”.

A manutenção de faces é uma “condição da interação”, no entanto, os motivos pelos quais interactantes salvam suas faces e a de outros são variáveis e indiscutíveis. Goffman exemplifica um desses motivos, que dialoga muito com esta pesquisa, dizendo que uma pessoa pode querer salvar sua própria face e a de outros devido a uma ligação emocional que ela mantenha com a imagem que tem

de si e do outro, ou “porque sente que seus co-participantes têm um direito moral a tal proteção, ou porque quer evitar a hostilidade que lhe poderia ser dirigida caso os outros perdessem a face” (ib.: 82), e estendo este último pensamento como cabível à própria pessoa.

No campo ainda dos encontros sociais, Goffman (1988) trata dos “encontros mistos”, aqueles que reúnem face a face estigmatizados e não-estigmatizados. Um estigma é um atributo depreciativo, físico ou não, que marca a pessoa como fora dos padrões de normalidade estipulados socialmente. Uma pessoa estigmatizada, então, é aquela que não está habilitada para a “aceitação social plena” (ib.: 7) por conta dessa marca social negativa que ela carrega, “voluntária ou involuntariamente, sobre si” (Biar, 2015: 117). Goffman enumera três tipos básicos de estigma: as deformidades físicas, os desvios de caráter e os relacionados à etnia ou religião, podendo esse último ser estendido a todos os membros de um determinado grupo de mesmas características.

Apesar de o autor enumerar tipos de estigma, é importante considerar que esse conceito está condicionado a relações sociais locais e não deve ser, portanto, aplicado como um rótulo aos que possuem as características apresentadas. A visão do estigma apresenta uma natureza relativa, que, nas palavras de Biar (2012), ao se referir sobre a rotulação dessas características depreciativas, considera que “embora elas sejam fortes candidatas à estigmatização nas sociedades urbanas ocidentais, há que se relativizar o que é tomado como depreciativo em diferentes grupos” (p.51).

Os estigmatizados convivem com os ditos “normais” e partilham das mesmas matrizes de normalidade, expectativas e comportamentos sociais. Por isso, eles desenvolvem a consciência de que fazem parte de um grupo que é olhado ou tratado de forma desigual pelos demais (até mesmo de forma penalizada por alguns) e isso influencia diretamente no modo como interagem com os ditos normais, o que desestabiliza um encontro face a face. A tensão interacional proveniente dessa assimetria entre os interactantes do encontro, instanciada nele e por ele, caracteriza o estigma, não sendo o estigma, portanto, como se disse, um rótulo que independe de relações sociais.

Em um encontro misto, o estigmatizado, se não possuir símbolos estigmatizantes sensorialmente perceptíveis, tentará manipular seu estigma através de estratégias discursivas que omitam, mintam ou até mesmo amenizem o atributo

(Biar, 2015). Nesse sentido, torna-se muito mais complexo o trabalho de face em interações dessa natureza, pois os interactantes lutam por manter a fluidez conversacional mesmo diante da presença de um estigma, de modo que nenhuma das faces seja, em qualquer momento, ameaçada.

Goffman chama de “informada” as pessoas com status de “normais” que simpatizam e procuram conhecer melhor os estigmatizados, concretizando encontros mistos. Nessas ocasiões, dois caminhos são possíveis na mitigação do constrangimento interacional: o estigmatizado se empenha na ação de controlar ao máximo o seu estigma; ou o “informado” se empenha em tratar o seu interlocutor como “normal”. O fato é que “todos querem apresentar-se sob uma luz favorável, porque estão particularmente interessados, cada um na sua esfera de atividade, em aceitação social” (Biar, 2015 :118).

Para um indivíduo se projetar sob uma luz favorável, entra em jogo a “ordem ritual”, na qual os interactantes se engajam na convenção do “como agir” na interação. As estratégias de manutenção da face estão contidas também em desconstruções discursivas dos signos estigmatizantes utilizadas pelo estigmatizado ao se construir (e construir o outro) positivamente. Nessa vertente de estudo, a Sociologia e a Linguística trabalham juntas, então, “no entendimento de como a linguagem (des)constrói as tensões interacionais” (Biar, 2015 :119).

3.1.2.1

A teoria na prática de análise

O trabalho de face e os elementos ritualísticos interacionais de Goffman talvez sejam as categorias mais significativas dos dados de análise desta dissertação. Fazendo analogias às teorias apresentadas, vejamos o porquê.

Considero a interação em questão, as entrevistas, um ambiente interacional no qual ficou muito tradicionalmente disposta a organização dos elementos que envolvem as relações entre os participantes desse tipo de comunicação. Como entrevistadora, era eu quem guiava os tópicos da conversa, por exemplo, e imediatamente, assim como as entrevistadas, eu me posicionava como uma ouvinte ratificada.

Entretanto, em alguns momentos das entrevistas, ao abrir um tópico de conversa, ou ao requerer alguma informação específica às entrevistadas, posiciono-me de forma muito diretiva, o que poderia ameaçar a face delas e inibi-

las de darem continuidade à interação. Felizmente, isso não aconteceu. A maneira diretiva que lidei com elas em certos momentos pareceu causar um efeito inverso, ou seja, elas não só retribuíam minhas indagações como se apropriavam delas para a criação de mais narrativas e informações, permitindo com isso, manter o fluxo legítimo de um *estado de conversa* (Goffman, 1980).

Sobre isso, Goffman estabelece:

Em qualquer sociedade, sempre que surge a possibilidade física de uma interação falada, um sistema de práticas, convenções e regras de procedimento que funciona como um meio de guiar e organizar o fluxo de mensagens parece entrar em jogo. Uma compreensão acerca de quando e onde será permissível iniciar a conversa, entre quem, e através de que tópicos, prevalecerá. Um conjunto de gestos significativos é empregado para iniciar um jorro de comunicação e para que as pessoas interessadas deem umas às outras crédito como participantes legítimos. Quando este processo de ratificação recíproca ocorre, as pessoas ratificadas entram no que se poderia chamar um *estado de conversa* – isto é, declararam-se oficialmente abertas umas às outras para propósitos de comunicação falada e garantem juntas a manutenção de um fluxo de palavras. (idem, 1980: 98)

O conceito de *estigma* representa meu encontro social misto com essas mulheres, que, além de conviverem com o estigma da conduta criminal de seus pares presos, carregam também involuntariamente, por frequentarem um ambiente prisional, o próprio estigma de mulheres, mães ou parentes de “bandidos”. Eu ali era a “informada”, que simpatizava e procurava conhecer melhor aquelas mulheres estigmatizadas. Talvez essa maneira diretiva com que lidei com as entrevistadas representou o meu empenho em me posicionar como “informada”.

Considero que há, nesse cenário, dois tipos de estigma envolvidos na situação. O primeiro é o de caráter de desvio de conduta: a prisão dos pares presos, que, teoricamente, cometeram alguma infração e sofrem sanções sociais por isso; este estigma leva ao segundo, no qual as mães, esposas, parentes, etc., por serem do grupo em comum dos respectivos “infratores”, acabam se “contaminando” com o estigma deles como membros da família (Goffman, 1980: 14).

Por se tratar, então, de um encontro misto, questões de mitigação ou anulação dos signos estigmatizantes tornam-se relevantes nesta pesquisa, pois, ao investirem na inocentação discursiva de seus pares, as entrevistadas parecem estar lutando para desconstruir discursivamente, através de causalidades muito específicas, tudo aquilo que sustenta os estigmas já citados. Se seus pares são realmente inocentes, eles não são desviantes e presidiários e elas não são parentes

de bandidos, todos estão ali injustamente e tudo fica desconstruído. Nesse sentido, elas estabelecem certos padrões discursivos que trabalham a favor dessa desconstrução, como o salvamento de faces, afinal, o estigmatizado conhece os padrões de normalidade sociais estipulados.

Goffman diz que o interesse por salvar a face de outros pode estar relacionado à ligação moral que o falante tem com os co-participantes da interação, por isso investem nessa proteção por julgar que eles mantêm um “direito moral” a isso; ou para evitarem a possível hostilidade sancionada a eles, caso perdessem a face. O autor define a elaboração da face como uma ação condicional a uma interação na qual estão presentes todos os participantes envolvidos.

Entretanto, destaco, como particularidade teórica desta dissertação, que nas interações aqui contempladas, há a proteção da face do outro, mesmo com esse outro não presente, por existir uma forte ligação emocional das entrevistadas com sobre quem se fala. Ou seja, nosso encontro vai além da interação face a face e passa para um plano interacional triangular no qual o terceiro elemento (seus pares) não está presente.

Além disso, parte-se do pressuposto de que essas mulheres entrevistadas não constroem somente o *self* delas, mas também, e sobretudo, o *self* de seus pares presos. Em outras palavras, essas mulheres constroem primariamente seus pares sob uma luz favorável e, ao fazerem isso, constroem a si mesmas, “por tabela”, também positivamente, adotando, assim, a um só tempo, as duas orientações de proteção da face sugeridas por Goffman, a *protetora* e a *defensiva*. Proponho, neste trabalho, considerar esse conceito de *face mútua*, estendendo-o a um conceito de *face mútua indireta*.

A orientação *protetora* é tão arraigada no discurso de Sílvia, uma das entrevistadas (o marido está preso por ser acusado de estupro), por exemplo, que ela parece não se importar em romper com a máxima de que, ao salvar a face do outro, deve-se escolher uma ação que não ameace a própria face e vice-versa. Isso se caracteriza, como veremos na análise, quando ela me conta que já foi vítima de estupro, criando, a partir da revelação de um evento constrangedor como esse, um paradoxo que acentua a assimetria de nosso encontro: uma mulher que já sofreu um estupro defende hoje um marido acusado do mesmo crime.

Veremos também como essa entrevistada trabalha discursivamente para desconstruir esse paradoxo formado e o “enquadre estigmatizador” que o envolve a partir de estratégias de salvamento das faces, projetando uma imagem positiva para si e para o outro; e projetando a imagem negativa das supostas vítimas envolvidas na acusação de seus pares, o que constrói a mudança de enquadre proposta pela inocentação. Isso dialoga com o que Goffman (p.82) considera sobre os objetivos do falante em uma interação:

Objetivos usuais como obter uma face para si mesmo, dar livre expressão a suas crenças verdadeiras, **introduzir informações depreciativas sobre outros** (*grifo nosso*), ou resolver problemas e desempenhar tarefas, são tipicamente perseguidos de forma a serem consistentes com a manutenção da face.

O que está em jogo nas entrevistas analisadas, em termos de trabalho de face, é o processo corretivo discursivo envolvido no resgate da face e da imagem positiva daqueles que não estão presentes para sua própria defesa, mas que contam com porta-vozes que, por estarem em “desgraça ritual” (p.87), não só *animam* como também justificam por seus próprios meios os discursos inocentadores emergentes.

Quando os participantes de um empreendimento ou de um encontro não conseguem evitar a ocorrência de um evento expressivamente incompatível com os julgamentos de valor social que estão sendo mantidos, e quando se trata de um tipo de evento difícil de ser ignorado, os participantes tendem a dar-lhe o *status* acreditado de incidente – para ratificá-lo como uma ameaça que merece atenção oficial direta – e tentar corrigir seus efeitos. Neste ponto, um ou mais participantes encontram-se num estado estabelecido de desequilíbrio ou desgraça ritual, e deve ser feita uma tentativa de restabelecer um estado ritual satisfatório para eles. Uso o termo *ritual* porque estou lidando com atos através de cujo componente simbólico o ator mostra o quanto é merecedor de respeito e o quanto, para ele, os outros o são. A imagem de equilíbrio se presta bem ao uso aqui porque a extensão e a intensidade do esforço corretivo são habilmente adaptadas à persistência e intensidade da ameaça. A própria face é, então, algo sagrado, e a ordem expressiva exigida para sustentá-la é, portanto, ritual. (ib., p.87)

Ao perguntar às entrevistadas o que aconteceu para a prisão de seus pares, ou, em alguns casos, se elas acreditavam na inocência deles, eu estimulo diretamente a intensidade e a persistência do esforço corretivo em que elas se engajam ao inocentá-los. Elas parecem assumir a incompatibilidade do evento (o possível desvio dos pares) com os julgamentos de valor social e assumem um posicionamento de quem se encontra em “desequilíbrio” interacional ou “desgraça ritual” ao tentar corrigir esses efeitos, e, ao fazerem isso, essas mulheres tentam mostrar o quanto elas e seus pares são merecedores de respeito.

3.1.3

O formato de produção das elocuções: a noção de falante

Vimos o que Goffman (1979, in Ribeiro & Garcez, 2002) descreve a respeito da interação e suas considerações sobre o paradigma conversacional. Ele ressaltava um dos elementos constituidores desse paradigma: a noção de falante. Para o sociólogo, o falante usa a boca como uma “caixa sonora” da enunciação, “é a máquina de falar, um corpo envolvido numa atividade acústica, (...) um indivíduo engajado no papel de produzir elocuções” (ib., p.133). Ou seja, o falante é um *animador* de elocuções, podendo ser também o *autor* e o *responsável* pelo o que está sendo dito na interação. Esses três conceitos, tomados juntos, elaboram o “formato de produção” de uma determinada elocução.

Considera-se *autor* o falante que não só anima palavras, mas também as escolhe de acordo com seus sentimentos e objetivos comunicativos empregados na interação. É do próprio falante a autoria das palavras. *Animador* e *autor* são partes do mesmo nível de análise, pois são funções específicas da encarnação da fala e se apresentam apenas como elementos funcionais em um sistema comunicativo, não podendo ser confundidos, então, com papéis sociais.

Já o conceito de *responsável* não se aplica somente a um corpo falante, mas também ao papel social específico que uma pessoa exerce ao animar uma fala. Goffman considera o seguinte sobre esse conceito:

(...) alguém cuja posição é estabelecida pelas palavras faladas, alguém cujas crenças são verbalizadas, alguém que está comprometido com o que as palavras expressam. Note que, nesse caso, não se lida tanto com um corpo ou mente, mas, sim, com uma pessoa que ocupa um papel ou identidade social específica, alguma qualificação especial como integrante de um grupo, posto, categoria, relação, associação ou qualquer fonte de autoidentificação socialmente referenciada: Muitas vezes, isso significará que o indivíduo fala, explícita ou implicitamente, em nome de um ‘nós’, não de um ‘eu’ (...). (ib., p.134)

Goffman expõe, ainda, o conceito de *figura*, o qual representa o protagonista ou o personagem principal de uma narrativa, normalmente representado pelo pronome pessoal “eu”.

O sociólogo dá exemplos de situações em que podemos animar palavras sem sermos os responsáveis por elas, no caso de um discurso memorizado escrito por alguém, ou na leitura de um depoimento. Nesses casos, falamos nas palavras de

alguém, que é o *responsável* pelo que está sendo proferido, mas nem por isso estamos totalmente impedidos de expressar opiniões de cunho pessoal.

Conforme veremos ainda neste capítulo, há, ainda, acrescento, situações interacionais nas quais animamos narrativas ou palavras de alguém e, nesse caso, o pronome pessoal empregado é o de 3º pessoa e a figura principal da história não é a pessoa que conta. Veremos os estudos de Norrick (2013) sobre narrativas vicárias, (subseção 3.2.5) em que o autor ressalta que: enquanto nas narrativas de experiência pessoal o *animador* (quem produz a elocução) é também *autor* (quem constrói a história) e *responsável* por aquilo que está sendo contado, nas narrativas de experiência vicária quem produz a elocução é o *animador*, mas este não é o único *autor* da história narrada. Além disso, um animador vicário não é a mesma figura principal da história que conta e suporta unicamente a *responsabilidade* social pelo que está sendo narrado.

3.1.3.1

A teoria na prática de análise

Quando ouvimos alguém falar, é natural que consideremos o falante não apenas como alguém que anima palavras, mas também como alguém que ocupa uma determinada “qualificação social” que lhe concede autoridade para isso, permitindo-lhe animar essas palavras. As mulheres entrevistadas selecionadas para a análise desta pesquisa creditam em suas “qualificações sociais” de mães, esposas e parentes - mais especificamente parentes que frequentam um ambiente prisional hostil para visitar seus pares - a autoridade e responsabilidade pelo que contam e avaliam sobre seus pares e sobre os envolvidos nas narrativas vicárias.

Ao contar histórias vicárias, as entrevistadas *animam* experiências e comportamentos das figuras principais dessas histórias, sendo as únicas *responsáveis* pelo que contam ao fornecer pleno comprometimento com o que expressam seus discursos. Entretanto, por se tratar de narrativas de outras pessoas, as mulheres entrevistadas não são as únicas *autoras* dos relatos, pois ao narrarem histórias alheias, utilizam suas próprias palavras e expressões que denotam também avaliações de caráter pessoal.

3.1.4

Footing e enquadre

Goffman (1979) afirma que quando optamos por contar relatos de outras pessoas em detrimento dos nossos, mudamos o *footing* na interação. O sociólogo considera *footing* como “o alinhamento, ou porte, ou posicionamento, ou postura, ou projeção pessoal do participante de uma interação” (p.113 in Ribeiro e Garcez, 2002) manifestos através de pistas e marcadores fornecidos pela linguagem. Em outras palavras, durante a narração de histórias, o falante se destitui de seu posicionamento de falante de uma conversa (ou de um entrevistado, posição que designa a ele um turno maior) e mantém um posicionamento equivalente a um contador de histórias, inserindo em suas elocuções o discurso e as ações dos respectivos personagens.

De acordo, ainda, com o sociólogo, essas não são as únicas formas de mudança de *footing* durante uma narração. Nas palavras do autor:

Durante a narração de uma história, (...), o contador provavelmente quebrará o enquadre da narrativa em pontos estratégicos: para recapitular para ouvintes recém-chegados; para incentivar ... os ouvintes a esperarem o desfecho, ou fornecer caracterizações gratuitas de vários protagonistas da história; ou para fazer uma correção de algo já dito a fim de não comprometer os requisitos da narrativa, tais como detalhe contextual, sequencia temporal adequada, construção dramática, e assim por diante. (p.143)

Através do *footing*, negociamos as relações interpessoais que cabem no evento proposto na/pela interação. Se o evento é uma entrevista, por exemplo, o participante interessado em fazer as perguntas poderá adotar posicionamentos (linguísticos, comportamentais, etc.) inerentes ao papel de um entrevistador que consequentemente incentivarão o outro a adotar o papel inerente a um entrevistado. Esses alinhamentos sustentam o enquadre proposto, mas são passíveis de mudança ao longo da interação, o que acarreta o reenquadramento de determinado evento. Em outras palavras, ao mudarmos nosso *footing* durante uma determinada interação, podemos mudar também o enquadre do(s) evento(s) envolvido(s):

Uma mudança em *footing* implica uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros presentes, expressa na forma em que conduzimos a produção ou recepção de uma elocução. Uma mudança em nosso *footing* é outra maneira de falar de uma mudança em nosso enquadre de eventos. (Goffman, 1981: 128 in Pereira, 2002: 15)

Enquadre, então, é um termo introduzido por Bateson (1972) e reproduzido pelos seguidores de seu trabalho, dentre eles, o próprio Goffman (1974), que desenvolve o termo sob um olhar mais sociológico, ou seja, sob uma perspectiva situacional da interação, na qual ele considera que os princípios de organização de uma dada situação comandam eventos.

O enquadre pode ser definido pela pergunta proposta pelos sociolinguistas que procuram interpretar a interação como “cenários de construção do significado social e da experiência”: “o que está acontecendo aqui e agora nesta situação de uso da linguagem?” (Ribeiro & Garcez, 2002, p.7). Sem essas orientações não seria possível, de acordo com o empreendimento interacionista, interpretar elocuções.

3.1.4.1

A teoria na prática de análise

Uma das formas de mudança de *footing* prevista por Goffman é a quebra do discurso narrativo em pontos estratégicos pelo narrador. Um desses pontos é bastante utilizado pelas entrevistadas em questão: “fornecer caracterizações gratuitas de vários protagonistas da história”. As mulheres não só quebram narrativas para esse fim como se apropriam de pequenas histórias e relatos que cumprem também esse papel avaliativo.

Através dessas pequenas histórias que entrecortam narrativas maiores, as entrevistadas constroem positivamente seus pares e negativamente as supostas vítimas-acusantes. Esse movimento narrativo-avaliativo promove a mudança de *footing* na interação na medida em que essa polarização de imagens do “outro” reverte os papéis estabelecidos: o parente preso passa a ser a vítima/inocente e o acusante, o culpado.

Essa mudança de *footing* promove também, a um só tempo, a desconstrução do papel estigmático de mulher de “bandido” que carregam as entrevistadas. Com isso, elas reenquadram o evento encenado no “aqui e agora da interação”, que passa a ser a de um cenário que abriga mulheres que encontram na luta por justiça para seus pares a força de frequentar aquele ambiente hostil.

3.2 Segunda parte

3.2.1 Narrativas e análises de narrativas

Abordarei aqui, a um só tempo, perspectivas sobre o estudo de narrativas que serão contempladas nesta dissertação. Esse tipo de análise teórica se faz necessária já que estamos lidando com interação em entrevistas de pesquisa e, em situações interacionais, é comum organizarmos nossa experiência a partir de narrativas, tornando compreensível o que acontece cotidianamente em nossas vidas (Bastos, 2008). Ao contar eventos de experiências passadas, em diversos contextos, atribuímos diversos sentidos entre esses eventos, favorecendo alguns nexos em detrimento de outros, de acordo com nossos interesses interacionais.

Desse modo, por meio de histórias podemos nos reportar ao passado, nos projetar ao futuro, representar nossa fala e a de outros com quem nos relacionamos (Flannery, 2015). Assim, contar histórias revela-se fundamental como prática discursiva e como representação de como nos construímos e de como construímos o outro.

Esta pesquisa dialoga, portanto, com o que Bastos e Biar (2015) definem sobre o que é narrativa: “...pré-teoricamente, como o discurso construído na ação de se contar histórias em contextos cotidianos ou institucionais, em situações ditas espontâneas ou em situação de entrevista para pesquisa social” (p. 99).

Há, entretanto, muitas formas de se definir narrativas. Estudos fundadores de narrativas, por exemplo, abordam histórias apenas como uma forma de recapitular experiências. Labov (1972), precursor desse tipo de estudo, define narrativa como um método de recapitulação da experiência passada do falante formada por uma sequência de orações verbais ordenadas temporalmente e que representam eventos que se infere que realmente ocorreram (p.360). O sociolinguista define como uma narrativa mínima aquela composta por duas orações verbais ordenadas temporalmente. Uma mudança na ordem da sequência resulta na mudança da semântica original das sentenças.

Essa abordagem de Labov, entretanto, com o avançar dos estudos narrativos, apresentou-se como metodologicamente problemática, por considerar as narrativas fora de seu contexto de produção. Além disso, o autor considerava também a recapitulação de experiências apenas como uma narração de eventos representados

por formatos discursivos prototípicos e estanques. O autor acreditava que esses eventos aconteceram de fato, sem considerar, no entanto, que há histórias contadas em que os eventos não necessariamente ocorreram.

Os estudos narrativos, então, posteriores ao de Labov, vieram ampliar as definições formais ora estipuladas, incluindo segmentos de base não-canônica, como as pequenas histórias (Bamberg e Georgakopoulou, 2008), que consideram a relevância da emergência de pequenas narrativas em contextos e objetivos interacionais diversos (Sacks 1984, Garcez 2001, Mishler 1986, 2002, apud Bastos e Biar, 2015: 100-101).

Novos interesses, então, surgiram em pesquisas de cunho interacionista que abordam o estudo de narrativas, tais como: as relações entre o narrador e o ouvinte; a relação entre o narrador e a história contada; e a relação entre recursos empregados na organização da narrativa. Todas essas relações possibilitam um olhar para narrativas como um espaço de construção das identidades sociais, ou seja, um olhar para as percepções de como o narrador se constrói e se identifica em determinada cultura. Contar uma história é uma forma de ação que é vista como um “modo de criar uma realidade social, é também uma forma de controlar e manipular essa realidade e os interlocutores nos embates para legitimar sentidos” (Moita Lopes, 2001: 63).

Nesse sentido, Becker (1995) destaca que a nossa experiência narrada nos garante acesso a certas manifestações discursivas que, verbalmente e/ou culturalmente, marcam e identificam o grupo social ao qual pertencemos. Schiffrin (1996 apud Flannery, 2015) postula, sob a mesma lente analítica, que narrativas não só apresentam a identidade do falante como também o situam em determinado espaço social e cultural. A autora menciona inclusive a importância de se perceber, através da narrativa, as marcas que veiculam esses tipos de informações, tais como avaliações e comentários sobre o relato narrado, feitos explícita ou implicitamente, através de implicações contidas nas próprias histórias: “...narrativa supre um ‘retrato sociolinguístico’, ou ‘uma lente linguística’ através da qual percebemos traços da identidade cultural mas também do gênero, dos papéis sociais e das intenções locais daqueles que animam e atuam nas histórias enquanto autores ou figuras” (Flannery, 2015: 35).

Nesse viés teórico, Linde (1993) argumenta que “as histórias de vida são construídas mais em função de certos cânones culturais que de sua alegada

capacidade de representar eventos” (Bastos & Biar, 2015: 101). Nesse sentido, histórias trazem à tona causalidades e explicações entre os eventos narrados e suas sequencialidades buscadas em coerências estabelecidas socialmente. Isso representa como se dá nossa percepção de como construímos nossas identidades através de relatos que podem ser narrados e (re)narrados em diferentes momentos e espaços e para diferentes interlocutores, pois “quando se pergunta a alguém sobre sua identidade, uma história logo aparece, uma vez que nossa identidade não está separada do que se passou (Sarup, 1996:15 in Flannery, 2015: 65).

Entretanto, por se tratar de ações que se repetem em determinados contextos, podendo ser contadas outras vezes, histórias de vida (Linde, 1993) diferem do que Labov considera como narrativa. A autora destaca, inclusive, uma característica de narrativas de experiência pessoal, especificamente, na qual narradores contam frequentemente uma moral ou um comportamento que experienciaram como exemplo, sugerindo aos ouvintes como eles devem se comportar em circunstâncias similares (p.113). Veremos mais sobre histórias de vida em outra subseção deste capítulo.

Esta pesquisa dialoga, ainda, com o que Bastos e Biar (2015) comentam a respeito da *análise de narrativas*, uma área de estudo que abrange tanto a perspectiva estrutural das narrativas quanto a interacional em contextos discursivos. As autoras mencionam a chamada virada narrativa, “a tendência de, nas ciências sociais, se questionar o estatuto até então objetivo das descrições etnográficas de diferentes grupos sociais” (p.101). Essa tendência científica problematiza a visão do pesquisador, que por pertencer também a uma comunidade social e cultural, interpreta os objetos de sua pesquisa sob a perspectiva social sob a qual está submetido, construindo sobre o campo estudado “uma narrativa única”. O trabalho etnográfico em pesquisas dessa natureza torna-se, então, essencial para mudar, na medida do possível, a perspectiva do pesquisador sobre o objeto analisado, mas entende e considera que os sentidos apreendidos a partir do campo de pesquisa são sempre pessoais e subjetivos: “para a análise de narrativas, diferentemente da etnografia clássica, considera-se que a inserção no contexto de pesquisa e as descrições desse contexto devem ser densas o suficiente para ancorar as análises do discurso produzido no campo” (ib.: 103).

Ainda em relação às construções identitárias através da análise de narrativas, aspectos ligados a como os falantes projetam uma imagem de si, baseados em sentidos tomados com base em apropriações sociais, são extremamente relevantes, tais como: alinhamento, posicionamento, agência, etc. Essas noções são apreendidas através da análise de narrativas em contextos interacionais, que se articulam com contextos de ordem macro ou de natureza sócio-histórica, formando compreensões sobre de que forma “estereótipos são aceitos ou rejeitados, ou como as identidades localmente instituídas relacionam-se com discursos especializados ou de senso-comum que circulam na sociedade” (Bastos & Biar: 109).

Sob essa mesma lente teórica, sobre narrativas em interação, destaco o que Goffman considera sobre o empreendimento em que os falantes se engajam ao contarem relatos de vida e de como se dá o relacionamento entre ouvinte e falante, que obedecem ao que o autor chama de “ritual de interação” (voltarei a falar sobre isso em outra subseção deste capítulo):

...o indivíduo gasta a maior parte de seus momentos de fala em fornecer evidência da justiça ou injustiça de sua situação atual e outros motivos para simpatia, aprovação, absolvição, compreensão ou divertimento. E o que os seus ouvintes estão primariamente obrigados a fazer é mostrar algum tipo de apreço típico de uma plateia. Eles devem ser instigados não a agir, mas a mostrar sinais de que ficaram comovidos.

Porque aquilo que um falante normalmente faz é apresentar a seus ouvintes uma versão daquilo que lhe aconteceu. Num sentido importante, mesmo que seu propósito seja apresentar os fatos friamente como ele os vê, o meio por ele empregado pode ser intrinsecamente teatral, não porque ele necessariamente exagere ou siga um roteiro, mas porque é possível que tenha que empenhar-se em algo que é uma dramatização – o uso das artes de que ele dispõe para reproduzir uma cena, para *representá-la*. Ele reproduz uma gravação de uma experiência passada. (...) Uma narrativa ou uma anedota, ou seja, uma representação, uma reprise, não é simplesmente qualquer informe de um acontecimento passado. Em seu sentido mais pleno, é um relato expresso a partir da perspectiva pessoal de um participante real ou potencial, situado de tal forma que desse ponto de partida procede um certo desenvolvimento temporal e dramático do acontecimento relatado. Uma representação, portanto, será incidentalmente algo em que os ouvintes podem inserir-se com empatia, voltando a experimentar indiretamente o que aconteceu. Em resumo, uma reapresentação conta novamente uma experiência pessoal, não é uma mera informação sobre um acontecimento. (Goffman, [1974] 2012: 609-610)

Apesar das críticas apontadas aos estudos narrativos de Labov, seus conceitos são extremamente valorizados pela contribuição que até hoje fornecem a análises que abrangem essa temática. O arcabouço estrutural canônico das narrativas, estipulado por ele, a propósito abordado na próxima subseção, será de

grande valia para a análise desta pesquisa, por exemplo, na identificação de excertos narrativos.

3.2.1.1

A teoria na prática de análise

Baseado na premissa de que narrativas são discursos construídos em ações de se contar histórias também em contextos de entrevista, alinho a presente pesquisa nesta visão teórica, pois através das entrevistas de pesquisa aqui analisadas, as mulheres entrevistadas contam as histórias de seus pares e também as de experiência pessoal, reportando-se, assim, ao passado e se projetando ao futuro, em alguns casos. Através de narrativas, as entrevistadas organizam suas experiências a fim de construir sentidos que tornem compreensíveis e que até mesmo justifiquem os eventos e condições de vida em que estão submetidas ao frequentarem um ambiente prisional.

Sob a perspectiva de estudos mais recentes sobre narrativas, de cunho interacionista, destaco o olhar sobre a relação entre narrador e a história contada. Essa relação é especialmente focalizada nesta análise, pois as entrevistadas se engajam em avaliações e comentários sobre os relatos narrados que tipificam e acentuam suas identidades não só de mulheres parentes e visitantes de homens presos, mas também de mulheres que os inocentam discursivamente, manipulando a realidade de acordo com os sentidos que interessam a elas criar na interação.

Histórias de vida (Linde, 1993) emergem dos discursos dessas mulheres e são utilizadas não só para contarem a trajetória que levou seus pares à prisão, mas também para contarem narrativas de experiência pessoal que constroem uma moral ou um comportamento que ouvintes ou participantes dessas histórias deveriam adotar como exemplo, ou para formarem causalidades a eventos discursivos específicos.

Analogamente ao que Becker (1995) destaca, conforme dito anteriormente, que a “nossa experiência narrada nos garante acesso a certas manifestações discursivas que, verbalmente e/ou culturalmente, marcam e identificam o grupo social ao qual pertencemos”, as narrativas emergentes nos dados, ao mesmo tempo em que identificam as mulheres como integrantes de um grupo social específico, parecem também funcionar discursivamente na desconstrução de perfis identitários de “criminosos” ou “maus-caracteres”, na medida em que elas

destituem seus parentes de uma possível culpabilidade nos crimes. Apesar de esta pesquisa não se aprofundar, nas análises, em questões de identidade, segundo Santos (2013: 24), “em pesquisas de natureza interpretativista, a questão da identidade social, mesmo quando não tematizada, está sempre presente”.

Um último apontamento sobre a relação entre esse aporte teórico e a análise aqui proposta se relaciona à já mencionada observação de Goffman (1974): “o indivíduo gasta a maior parte de seus momentos de fala em fornecer evidência da justiça ou injustiça de sua situação atual e outros motivos para simpatia, aprovação, absolvição, compreensão ou divertimento” (p.609). O conteúdo discursivo das análises interacionais sob escrutínio nesta pesquisa alinha-se exatamente a essa observação de Goffman, pois as mulheres se empenham em justamente fornecer evidências que validem a inocência dos pares, atribuindo a seus discursos valores de justiça e consequente aprovação social.

3.2.2

Estrutura narrativa laboviana

Labov (1972) define o esqueleto de uma narrativa como uma série de orações ordenadas por temporalidade chamadas de orações narrativas. Alguns principais elementos são encontrados em diversos tipos de narrativas e ajudam a estruturá-las, são eles: *resumo*, *orientação*, *ação complicadora*, *avaliação*, *resolução e coda*. Vejamos cada um deles:

Resumo – constitui-se de uma ou duas orações que sumarizam toda a história e encapsula seu ponto.

Orientação – orienta o interlocutor a respeito de informações necessárias ao entendimento de certos elementos presentes na narrativa contada, essenciais para a formação de sentido das histórias, como personagens, lugar, tempo e atividades da situação. A orientação possui a peculiaridade de poder aparecer tanto no início quanto no final ou no meio de uma narrativa, pois são constituídas por orações livres.

Ação complicadora – é a ação propriamente dita dos eventos narrados, composta por uma sequência de ações verbais que se unem e se sucedem por uma junção temporal.

Avaliação – um dos componentes mais importantes de uma narrativa, segundo Labov, indica o ponto da narrativa, ou seja, sua razão de estar sendo

contada e quais as intenções que o narrador tem ao contá-la. Assim como a *orientação*, a avaliação também é livre, ou seja, pode aparecer em quaisquer momentos da narrativa. Voltarei a falar sobre avaliação na próxima subseção, tendo em vista a relevância que esse recorte teórico apresenta para esta pesquisa.

Resolução – é quando os eventos narrados atingem um clímax e chega-se a uma conclusão.

Coda – sinaliza que o narrador terminou a história, reinserindo-a ao contexto imediato da interação corrente; são, por isso, encontradas ao final de uma narrativa. Através da coda o narrador pode ressaltar a coerência entre o evento que foi narrado e o tópico da conversa em curso. Esse elemento narrativo é opcional. Além disso:

Os dispositivos utilizados em uma coda podem ser: a) dêixis (ex.: E foi *isso* que aconteceu.); b) um incidente que traz um dos atores para o momento presente em ações que podem não ser relevantes para a sequência narrativa; c) uma extensão do efeito da narrativa sobre o narrador para o momento presente. (Bastos & Oliveira, 2011: 122)

Uma narrativa completa, prototípica, segundo Labov, começa com orientações seguidas da ação complicadora, que é suspensa para se focar a avaliação antes da resolução ou junto desta (resolução avaliativa); conclui-se com a resolução e retorna ao ouvinte no presente com a coda, que também pode ser avaliativa.

3.2.3 Avaliação

Conforme já mencionado, é através das avaliações que o narrador apresenta a reportabilidade da história (o seu ponto) ao interlocutor de modo que prenda a sua atenção, criando um envolvimento do ouvinte. Esse elemento narrativo é o responsável por criar a coerência, o sentido dos eventos e das ações narradas. Por designarem a importância da história, as avaliações não possuem uma posição preestabelecida em narrativas, podendo surgir em qualquer momento enquanto os eventos são narrados, ou seja, uma narrativa está sujeita a avaliações o tempo todo.

Para se identificar uma avaliação na narrativa é necessário identificar o porquê de essa narrativa ser contada e reportada. O importante, segundo Labov (1972), é saber que eventos cotidianos ou que não violam uma expectativa de

regras de comportamento social não são reportáveis. Para ser reportável, uma narrativa tem de apresentar um caráter extraordinário. As avaliações nos transmitem exatamente isso, se a história é terrível, perigosa, estranha, maluca, hilária, em outras palavras, o que é incomum ou estranho. É importante ressaltar que o significado das avaliações é criado também culturalmente. O que parece inusitado a uma determinada comunidade linguística pode não parecer a outra.

A relevância das avaliações em narrativas é tanta que outros estudos posteriores ao de Labov focalizaram com mais detalhes esse componente. Georgakopoulou (1997), por exemplo, aponta que o modo como o narrador seleciona avaliar experiências em histórias discursivamente construídas representa sua interpretação do que aconteceu, seus sentimentos, atitudes e interesses emocionais e interacionais, acrescento, na história. Através das avaliações captamos as intenções do falante, as estratégias discursivas e seus efeitos no ouvinte (ib.:7).

A autora aponta, ainda, a importância de se olhar para a avaliação não somente como instrumento representado pela estrutura gramatical do discurso, mas também como instrumento específico que liga a história a seu contexto, sendo assim, necessário um olhar empírico e etnográfico do analista sobre o que está sendo avaliado. Algumas manifestações avaliativas são, no entanto, bastante recorrentes em narrativas estudadas em diversas culturas e são recorrentes, inclusive, nos dados de análise desta pesquisa, entre elas: repetições, presente narrativo, discurso/pensamento/diálogo de participantes da história (animação de vozes), paralelismos, detalhes, elipses, etc. (ib: 8). Todos esses componentes avaliativos colaboram no envolvimento que o narrador cria entre os eventos narrados e o ouvinte.

Labov (1972) diz que existem várias maneiras pelas quais o ponto da narrativa pode ser construído. Ele lista elementos sintáticos que podem denotar avaliação e considera que quase todos esses elementos contribuem para a formação do ponto narrativo, que, segundo ele, pode ser o autoengrandecimento do narrador. Nesse sentido, essa consideração de Labov dialoga com o que Georgakopoulou (1997) aponta sobre as propriedades contextuais de uma narrativa, conforme dito anteriormente.

Mais uma vez ressalta-se aqui a representatividade da construção do *self* através de narrativas, mais especificamente através das avaliações, que

possibilitam aos narradores criarem um suporte adequado para suas visões e crenças, construindo-as e, conseqüentemente, construindo-se a si mesmos (e/ou a outros) sob uma luz positiva.

3.2.3.1

Tipos de avaliação

Labov define dois tipos básicos de mecanismos de avaliação: externo e interno. São quatro os tipos externos de avaliação: avaliação externa, avaliação encaixada, ação avaliativa e avaliação pela suspensão da ação.

Avaliação externa – o narrador interrompe a narrativa para fazer observações e comentários explícitos ao ouvinte sobre o que aconteceu na história.

Avaliação encaixada – O narrador não interrompe a narrativa para expressar os sentimentos inerentes ao momento em que se passa a narrativa, ele utiliza elementos sintáticos e lexicais que expressam esse sentimento no momento em que narra. Bastos & Oliveira (2011) comentam que a avaliação pode ser encaixada, por exemplo, “através de inserção de diálogos entre os participantes do evento narrado, construídos pelo narrador no curso da narrativa” (p. 125). Outra forma de avaliação encaixada é o narrador introduzir uma avaliação de alguém a respeito das ações antagonistas do narrador, essa atitude, vinda de um observador neutro, projeta mais carga dramática ao evento narrado. Labov (1972) enfatiza que essa técnica é mais utilizada por narradores hábeis e que geralmente pertencem à classe trabalhadora. Narradores de classe média tendem a utilizar mais a avaliação externa (p.373).

Ação avaliativa – O narrador relata o que se *fez* em vez de relatar o que se *disse*. Esse tipo de avaliação também fornece carga dramática ao evento narrado.

Avaliação pela suspensão da ação – Esse tipo de avaliação também projeta dramaticidade ao que é contado. As emoções podem ser expressas instantaneamente ou simultaneamente às ações narrativas, mas quando são expressas em sentenças separadas, a ação é interrompida. Parar a ação chama atenção do ouvinte a essa parte da narrativa e indica-lhe que tem ligação com o ponto avaliativo. Isso faz, segundo Labov (1972), com que a resolução ganhe mais força.

Labov (1972) estabelece, ainda, os elementos sintáticos importantes na formação da estrutura das orações narrativas que representam as avaliações internas. O autor destaca oito delas, como:

i) conjunções, incluindo as temporais (então, e, mas, em seguida); ii) sujeito (pronomes, nomes próprios); iii) verbo auxiliar; iv) verbo no passado simples; v) complementos de variada complexidade (objetos diretos e indiretos); vi) advérbios de modo; vii) advérbios de lugar; e viii) advérbios de tempo. (Bastos & Oliveira, 2011: 125)

A partir desses elementos, somos capazes de observar certos desvios da sintaxe básica através da presença de outros elementos sintáticos que são formadores de sentenças mais complexas e que representam avaliações criadas internamente às orações narrativas em curso, sendo esses: *intensificadores* (reforçam ou intensificam o evento narrado); *comparadores*, que sinalizam comparação (negativas, modais, futuro, perguntas, imperativos, comparativos e superlativos), o narrador compara eventos que ocorreram com eventos que não ocorreram e vice-versa; *correlativos*, que “trazem juntos dois eventos que ocorreram de modo que eles constituam, em conjunto, uma única oração independente” (Bastos & Oliveira, 2011: 127); *explicativos*, explicação realizada através de orações encaixadas que denotam qualificações e causas de eventos narrados.

Os dispositivos sintáticos apresentados constituem avaliações da narrativa: intensificam certos eventos narrativos, comparam eventos que ocorreram com aqueles que podiam ter ocorrido mas não ocorreram, correlacionam a dimensão linear da narração por meio da superposição de um evento a outro e explicam o ponto da narrativa. (id., ib.: 128)

Alguns desses elementos descritos acima apresentam ainda subtipos que os especificam ainda mais, no entanto, não serão abordados aqui por não serem focados na análise proposta.

Um último apontamento sobre avaliações que se mostra pertinente a esta pesquisa é o fato de Labov (1972) mencionar que narrativas vicárias, isto é, aquelas que narram histórias relativas a outra pessoa que não o narrador, são desprovidas de avaliação (p.367). Nossa análise vem de encontro a esse pensamento, de base generalista, dialogando com os estudos de Norrick (2013) a respeito de narrativas vicárias, nos quais ele aponta não só a existência como também a relevância das avaliações nesse tipo de narrativa. Essa questão será

desenvolvida na subseção 3.2.5 deste capítulo, em “*Narrativas de experiência vicária*”.

3.2.3.2

A teoria na prática de análise

Enquanto Labov se preocupava com a forma do texto e com sua estrutura temporal, como um produto pronto fora de contexto, engajo-me, em contrapartida, na visão de narrativa como parte do contexto em que é gerada, uma construção social integrante da interação e que produz relatos de eventos. As narrativas presentes nos dados representam, portanto, em sua maioria, o previsto sobre as pequenas histórias (nos termos de Bamberg & Georgakopoulou, 2008), como veremos um pouco mais adiante.

No entanto, algumas narrativas possuem alguns elementos clássicos labovianos, como *orientação*, *ação complicadora*, *coda* e, sobretudo, *avaliação*, essa última como foco de minhas análises. Uma das participantes, por exemplo, utiliza recorrentemente, após contar uma narrativa, uma coda que sempre traz uma moral ao presente da interação, inocentando o marido preso acusado de estupro. Apesar de me apropriar desses termos categóricos tradicionais labovianos, como um alicerce na organização textual e semântica das narrativas/pequenas histórias, algumas narrativas estão mais e outras menos próximas desse modelo canônico.

A avaliação é o elemento mais recorrente nas narrativas aqui analisadas. Apesar de usar categorias de análise de avaliações de Labov, não considerarei, aqui, especificamente, a avaliação como recurso primariamente sinalizador do ponto da narrativa, nos moldes do autor, por entender que as narrativas vicárias presentes já possuem suas extraordinariedades em comum e previamente conhecidas por mim: a prisão dos pares. Nos dados desta pesquisa, a avaliação aparenta justamente desconstruir ou banalizar a extraordinariedade do ponto, pois, ao inocentarem seus pares, as mulheres parecem tentar desvincular a agência deles da situação na qual se encontram.

Se estar preso é uma condição socialmente reconhecida como extraordinária ou incomum, essa condição torna-se ainda mais inusitada se a pessoa que está presa é inocente. Ao buscar uma causalidade para a prisão dos pares, perguntando às entrevistadas o porquê de seus parentes estarem presos, outro ponto, agora de forma mais específica e individual, derivado de um ponto maior, vem à tona: a

inocência deles. Chama a atenção nos dados, conforme mencionado, o conteúdo avaliativo empregado por essas mulheres a fim de reforçar, e até mesmo tentar legitimar a inocência de seus pares, invalidando as acusações contra eles.

Destaco a importância que Georgakopoulou (1997), conforme mencionado, considera a respeito de se olhar para a avaliação como um elemento além de um componente gramatical do discurso, mas também como instrumento específico que liga a história a seu contexto. Algumas manifestações avaliativas enumeradas pela autora comparecem nos discursos das entrevistadas em escrutínio nesta pesquisa, como repetições, presente narrativo, animação de vozes de participantes da história, paralelismos e detalhes expressivos.

Esta pesquisa dialoga, ainda, com a consideração de Labov sobre a avaliação ser um elemento da narrativa que revela a atitude do narrador em relação à história, construindo, nesses moldes, sua própria identidade social e a identidade de quem ele avalia. Através dos elementos avaliativos empregados no discurso das entrevistadas é que podemos analisar a construção positiva de seus parentes presos (e consequentemente de si mesmas), a construção negativa da vítima acusadora e todos os recursos discursivos que operam na construção da inocência de seus pares, ou seja, a intenção discursiva das entrevistadas.

Nesse sentido, Labov (1972), conforme visto, defende que o ponto de uma narrativa pode ser o autoengrandecimento do narrador. As entrevistadas que inocentam seus pares trabalham no “engrandecimento” deles, construindo o outro sob uma luz favorável. Alguns elementos narrativos e avaliativos são utilizados por elas para fazer o parente parecer bom e a vítima acusadora má. Esse movimento discursivo será chamado nos capítulos de análise de “polarização da imagem do outro”.

Um dos recursos mais marcantes que as mulheres utilizam para avaliar as personagens e as experiências narradas é o recurso de *avaliação encaixada*, conforme definido por Labov (1972). Assim como o autor postula, as entrevistadas projetam uma maior carga dramática nas histórias que narram ao utilizarem esse tipo de avaliação. Nos dados de análise, as narradoras introduzem uma avaliação de alguém ou de algum evento a respeito das ações antagonistas da figura principal da história (seus pares). Esse recurso discursivo, ainda segundo Labov, é uma forma de avaliação muito utilizada por narradores de classe trabalhadora, mais pobres, exatamente o perfil das mulheres entrevistadas para

esta pesquisa. Veremos, nos capítulos de análise, a incidência dos mecanismos de avaliação, internos e externos, nas narrativas dessas entrevistadas.

3.2.4

Pequenas histórias

As pequenas histórias (Georgakopoulou & Bamberg, 2008; Bastos, 2008) são curtas e não seguem completamente os padrões estabelecidos pelas narrativas canônicas estudadas por Labov. São histórias que abrangem tópicos variados, atendendo melhor a demanda do narrar diário e cumprindo tarefas interacionais que nem sempre uma história completa no passado cumpriria.

Essas pequenas narrativas podem representar outras atividades discursivas que não só a recapitulação de experiências passadas, como relatos da vida cotidiana que não possuem *ação complicadora* e que ainda estão acontecendo, sem uma resolução ainda definida; relatos de eventos futuros ou hipotéticos ou até mesmo relatos muito recentes; podem servir para compartilhar notícias; e podem representar também o que considero mais sobressalente nas intenções discursivas das mulheres a partir da análise das entrevistas utilizadas nesta pesquisa: a elaboração de pontos argumentativos em determinadas conversas ou interações (Bamberg & Georgakopoulou, 2008).

Explorar essas diferentes formas de se contar uma história significa olhar para a narrativa como parte integrante da interação, ao contrário do modelo laboviano, que considera a narrativa isolada do seu contexto de produção, como um modelo textual prototípico preexistente à interação que a traz à tona. A interação é, então, um ambiente necessário para a narração de histórias cujos sentidos só poderão ser criados no contexto em que essa história está sendo gerada. É o “aqui e agora” interacional que determina a criação de uma narrativa e sua intenção discursiva ao ser utilizada por interactantes de uma interação.

Georgakopoulou (2007 in Flannery, 2015) destaca esse modelo de narrativa por assumir que:

- 1) a narrativa é parte do contexto em que é gerada e, como tal, não pode ser meramente ‘destacada’ ou funcionar por si só; 2) que uma narrativa é ‘montada’ sequencialmente, no desenrolar da interação onde se gera; 3) que uma narrativa não existe *a priori* à sua narração, mas que é gerada no aqui e agora interacional; 4) que uma narrativa deve ser interpretada levando-se em conta as particularidades e as especificidades do momento em que é gerada. Em suma, não se pode dar a conhecer o sentido de uma estória antes de seu desenrolar narrativo. (p.79)

Uma última observação a fazer sobre as pequenas histórias é a de que buscar uma narrativa canônica em uma análise interacional, seguindo os moldes “completos” labovianos, muitas vezes, leva o analista a ignorar outros modelos narrativos que dizem muito mais sobre a identidade do falante. As pequenas narrativas, por exemplo, também constroem um sentido de quem as pessoas são (Bamberg & Georgakopoulou, 2008).

3.2.4.1

A teoria na prática de análise

Considero que as pequenas histórias emergentes no discurso de algumas entrevistadas funcionam na construção e projeção da imagem de si e, principalmente em nossos dados, dos outros no âmbito da interação, conforme já mencionado. Veremos como o uso de relatos hipotéticos e que condicionam eventos futuros proferidos pelas entrevistadas contribui para essas projeções. Além disso, algumas pequenas narrativas formam também pontos argumentativos que trabalham discursivamente na validação da inocência dos pares presos dessas entrevistadas.

Nesse sentido, algumas dessas pequenas narrativas apresentam causalidades que se comparam à causalidade específica *temporal depth* prevista nos estudos de Linde (1993), nos quais o narrador se engaja na ação discursiva de remeter uma atividade ou atitude de seu passado (e então algumas estruturas narrativas correspondem aos moldes labovianos, recapitulando experiências) para mencionar uma situação do presente, criando assim uma relação de causalidade entre esses eventos. Veremos sobre isso mais adiante.

Cabe ressaltar que a maioria das pequenas histórias emergentes nas entrevistas também são vicárias, ou seja, relativas a uma terceira pessoa que não propriamente as narradoras, conforme veremos a seguir.

3.2.5

Narrativas de experiência vicária

Esta pesquisa vem a dialogar também com os estudos de Norrick (2013) sobre narrativas vicárias que, segundo o autor, são geralmente ignoradas, apesar de elas oferecerem importantes “insights” nas questões relacionadas ao narrador e nas que abrangem avaliações, autoridade e o direito reclamado para si ao se contar

uma história de alguém. Todos esses elementos estão fortemente presentes nos dados de análise. Veremos um pouco mais adiante o porquê.

Em contraste com narrativas de experiência pessoal, que é considerada por Labov (1972) um método de recapitulação da experiência passada, falantes de uma interação podem, ocasionalmente, se engajar na reconstrução de histórias de outras pessoas mesmo que não a tenham testemunhado diretamente. As narrativas vicárias fornecem um campo muito fértil para a co-narração entre participantes de uma interação e são contadas em 3ª pessoa (ele ou ela) e não em 1ª, como nas de experiência pessoal, e essa é uma das principais diferenças formais entre esses dois tipos de narrativas, segundo Norrick. Essa diferença acarreta outra: as laminações nos elementos funcionais do formato de produção das elocuções descrito por Goffman (1981).

Diante disso, retomo a noção de falante instituída por Goffman (1981) e abordada neste capítulo, na subseção 3.1.3, já que a transposição dessa noção para o contexto das narrativas vicárias faz surgir algumas implicações. Enquanto que em narrativas clássicas de experiência pessoal o *animador* (caixa sonora que produz a elocução) é também *autor* (responsável pela construção da história), *responsável* (quem responde socialmente pelo o que está sendo dito) e a *figura* (personagem principal) das histórias; nas narrativas vicárias, o narrador é o *animador*, porém não é o único *autor* (visto que a história é proveniente de outra fonte), é *responsável* também, mas não é a *figura* principal dessas histórias.

Um ponto em que convergem os estudos de Norrick e a presente pesquisa diz respeito a como as narrativas vicárias podem exercer as mesmas funções das pequenas histórias de experiência pessoal, ilustrando um ponto argumentativo ou compartilhando informações. Norrick (2013) aponta que, na maioria dos casos interacionais, os participantes costumam tratar narrativas de qualquer natureza, sejam reconstruções vicárias, sejam recapitulações pessoais, da mesma forma e intenção, isto é, assegurando que essas histórias satisfaçam as necessidades contextuais envolvidas e que contribuam com os tópicos conversacionais. Entretanto, ele aponta uma ressalva a essa observação: narrativas vicárias parecem servir como ilustração de um ponto específico de discussão, por pertencerem a outras fontes, quando não há uma experiência pessoal do falante que possa ser utilizada para esse fim.

Apesar de as narrativas vicárias exercerem basicamente as mesmas funções das de experiência pessoal, Norrick aponta algumas particularidades importantes desse tipo de narrativa. Em uma interação, para que uma narrativa vicária seja contada, é necessário que surja um tópico da conversa que estimule sua emergência. Já as narrativas pessoais não possuem essa condição vinculada, elas podem estar contidas implicitamente na interação, pois quando falamos de nós mesmos propiciamos naturalmente o surgimento de histórias pessoais. Nessas histórias aparecem tópicos sobre revelações de si mesmo ou de experiências muito íntimas, que, por outro lado, quando tratados a respeito de alguém pode parecer um ato de fofoca (ib.: 386).

A narrativa vicária opera como reprodução de uma narrativa de testemunho indireto e sua reportabilidade depende do interesse proporcionado pelo tópico da conversa introduzido por algum dos falantes no contexto interacional. Nesse sentido, considera-se que o conteúdo de histórias vicárias necessariamente precisa ser “engraçado, estranho, exótico ou ultrajante” (Fludernik 1996: 54 apud Norrick, 2013: 393). Além disso, Labov e Waletzky (1967 apud Norrick, 2013) dizem que narrativas de experiência pessoal são construídas geralmente com o propósito de designar elogios a si mesmo, construindo o próprio narrador sempre sob uma luz positiva e por ele ser a figura principal da história, as avaliações positivas acontecem naturalmente. Já as narrativas vicárias, por não ser o narrador a figura principal, ficam desprovidas de avaliações, por pertencerem a outras pessoas. Os autores entendem que há uma impossibilidade de se avaliar o outro em histórias nas quais o narrador não participa diretamente.

No entanto, ao delinear as narrativas vicárias de *família*, as quais Norrick (2013) considera ser de natureza bastante específica, o autor contraria essa observação de Labov e Waletzky. De acordo com Norrick, um narrador que eventualmente conta a história de um familiar, mesmo que não a tenha testemunhado, reivindica para si uma autoridade pertinente sobre a história e seu direito a contá-la em virtude de ser membro da família. Quando isso acontece, a narrativa vicária pode ser sim repleta de “detalhes, diálogos e avaliações” (ib.: 390). A diferença é que o contador de uma história de experiência pessoal possui uma autoridade natural sobre os eventos reportados, enquanto que na experiência vicária, o narrador precisa, de certa forma, construir essa autoridade por causa da

aquisição da experiência contada por meios indiretos, como ter ouvido, ter lido ou testemunhado a história.

3.2.5.1

A teoria na prática de análise

Vimos que a reportabilidade de uma narrativa vicária é requerida pelo tópico da conversa, localmente na interação, por isso, falantes, em algumas ocasiões, precisam empregar certos recursos linguísticos que forneçam a eles o campo necessário para demonstrarem seu direito e autoridade nas histórias vicárias pretendidas. Chamo atenção, nesta pesquisa, para a reportabilidade das narrativas vicárias emergentes que não só já está garantida pela situação de entrevista, como também está exteriorizada e garantida no contexto conhecido: a prisão dos pares das entrevistadas; eu busco apenas a causalidade disso.

Seguindo o que Norrick considera sobre as narrativas vicárias de família, especificamente, considero-as as mais fidedignas ao *corpus* deste trabalho pelo fato de as narradoras/animadoras se sentirem no direito de reivindicar certa autoridade sobre a história contada, que se constrói em 3ª pessoa, mesmo não a testemunhando, em virtude de manterem relação pessoal como membros próximos das *figuras principais* das histórias. A autoridade e o direito de contar essas narrativas, então, instanciam-se no momento em que as entrevistadas se identificam como familiares dos presos.

Além disso, elas proveem essas narrativas de detalhes expressivos, recursos avaliativos e diálogos reportados. Tal como descrito nos estudos de Norrick, a avaliação aqui está ligada à função que tem uma história e difere do pensamento de Labov e Waletzky (1967), que não consideram a presença de avaliações em histórias vicárias (Norrick, 2013). Buscarei empenhar-me na desconstrução desse pensamento a partir da análise dos processos linguísticos e extralinguísticos que, respectivamente, pertencem e perpassam aos discursos presentes nas entrevistas escolhidas para esta pesquisa. Esses processos parecem convergir para a formação de elementos extremamente avaliativos, apesar de se tratar de experiências vicárias.

Ainda relacionado a esse assunto, outro ponto previsto por esses autores diverge da pesquisa em questão e considero importante ser problematizado aqui: como já se disse, “narrativas de experiência pessoal são construídas geralmente

com o propósito de designar elogios a si mesmo, construindo o próprio narrador sempre sob uma luz positiva”. Veremos como as mulheres cujas entrevistas foram escolhidas para esta análise utilizam narrativas vicárias que operam na construção de seus pares sob uma luz favorável e como utilizam também narrativas de experiência pessoal com o mesmo fim, focalizando a luz positiva para o outro. Aliás, esse parece ser o foco discursivo das narrativas que tentam validar a inocência de um familiar que não está fisicamente presente na interação, e, por esse mesmo motivo, as narrativas vicárias emergentes nas entrevistas não são co-narradas.

Quanto ao formato de produção das elocuições, esta pesquisa também se configura nos moldes vicários de Norrick, visto que, por contarem uma história de seus pares, as entrevistadas não são as *figuras principais* dessas histórias, não sendo as únicas *autoras* também; porém, são *animadoras* e *responsáveis* pelo que é contado.

Outra questão que o linguista aponta a respeito das narrativas vicárias é que elas podem ser contadas para ilustrarem um ponto ou uma moral independente de quem conta, enquanto a força das narrativas de experiência pessoal reside na designação dos papéis concomitantes de narrador e protagonista da história. Uma das entrevistadas, por exemplo, se aproveita da condição de protagonista da história ao narrar suas experiências pessoais, utilizando-as como ponto argumentativo que justifica seu empenho em inocentar o marido.

3.2.6

Discurso reportado na narrativa

Discurso reportado é um recurso narrativo que pode ser usado quando o falante traz à interação uma fala supostamente produzida por outra pessoa em outra interação, recriando esse discurso. Flannery (2015) enfatiza a relevância que um discurso reportado pode trazer a uma narrativa oral, pois dá vida à história e pode exercer também uma função avaliativa. Nesse sentido, a representação de vozes é um recurso linguístico muito empregado na criação de um envolvimento maior ao relato narrado, pois pode fornecer ao narrador um modo eficaz de persuadir o ouvinte sobre determinado evento contado ou de reforçar seus argumentos.

Além disso, a autora menciona o caráter avaliativo que uma narrativa pode apresentar ao conter elementos verbais intensificadores que funcionam como estratégias discursivas representativas da participação ativa dos interactantes (Tannen, 1989 apud Flannery, 2015). Uma dessas estratégias é a representação verbal da fala de outros, a qual revela a posição do narrador em relação ao que é reportado. Analogamente a esse pensamento, Flannery menciona, ainda, que devemos ater nossa atenção, enquanto analistas, ao espaço da relação entre discurso reportante e discurso reportado. É neste espaço que o narrador constrói suas intenções interacionais ao utilizar essa estratégia linguística.

Tannen (1989) problematiza a nomenclatura “discurso reportado” por considerar que o uso da voz do outro em outra interação não se resume em apenas “reportar” um discurso alheio, mas também envolve condições que fragilizam esse tipo de estratégia, que pode assumir uma forma ou objetivo não-fidedignos ao discurso original. Por essa razão, Tannen prefere chamar esse recurso discursivo de “diálogo construído”, pois, segundo ela, a fala atribuída a outros pode: “1) nunca ter sido emitida por um falante em um momento anterior; 2) ser transmitida em um contexto corrente com um propósito diferente do original e, neste caso, existe como um componente do contexto atual, reportante” (p.70).

De qualquer forma, o uso do diálogo construído promove pelo narrador um envolvimento maior do ouvinte no que está sendo dito. Ao trazer uma determinada fala ou relato emitidos em um contexto anterior para outro momento em outra interação, automaticamente exercemos um trabalho avaliativo direcionado a essa fala e através dessa avaliação é que se apreendem sentidos que satisfazem nossas necessidades interacionais no “aqui e agora” de uma interação.

3.2.6.1

A teoria na prática de análise

É baseada nesse pensamento de Tannen (1989, apud Flannery, 2015) que chamo atenção às necessidades que as entrevistadas têm, em determinado momento da entrevista, de construir diálogos de terceiros para costurá-los aos seus próprios argumentos inocentadores, conferindo-lhes autenticidade.

Veremos como essas mulheres lançam mão do discurso reportado ou “diálogo construído”, nos termos de Tannen, em suas narrativas como estratégia discursiva que vai operar fortemente em duas funções defendidas por Flannery

(2015): a de *persuadir* o ouvinte sobre a inocência de seus pares e a de *reforçar* seus argumentos inocentadores.

3.2.7

Histórias de vida, sistemas de coerência e causalidades

Ainda no campo dos estudos sobre narrativas, Linde (1993) descreve histórias de vida como narrativas que conectam explicações a eventos marcantes da vida pessoal de alguém, como escolhas de profissão, casamento, divórcio, etc. Essas histórias devem obedecer a dois critérios: ter um ponto sobre o narrador e ser reportável, ou seja, ter um caráter incomum, que não sejam sobre acontecimentos cotidianos, de forma que possam ser recontadas várias vezes, em vários momentos, por um longo período de tempo. Tanto o conteúdo quanto a forma dessas histórias são produto de um membro em particular de uma cultura.

A autora aponta que essas histórias de vida formam causalidades do tipo: “Eu sou esse tipo de pessoa, desde o momento em que eu agi dessa maneira” (Linde, 1993: 21). Esse tipo de construção de causalidade sugere o tipo de pessoa que é o narrador, que cria uma identidade vinculada as suas ações, através de suas histórias de vida. Esses tipos de causalidades estão condicionados à aceitação cultural e social, ou seja, para serem aceitas como uma causalidade adequada, é preciso que os eventos sejam condizentes “com as expectativas e normas da vida em uma certa sociedade, em geral, e dos interlocutores, em particular” (Biar, 2012: 119).

Nesse sentido, Linde (1993) considera que histórias de vida são construídas socialmente desde o momento em que as regras sociais de uma determinada cultura, em uma determinada comunidade, pressupõem o que é ou não esperado através de normas e sistemas especiais de crenças que estabelecem coerência ao que é contado. A autora propõe a investigação de histórias de vida como uma forma de olhar para como as pessoas aplicam princípios relativamente abstratos para produzirem coerência às suas experiências de vida.

A autora define coerência como um acordo cooperativo entre falante e ouvinte de uma interação, em um determinado contexto, no qual o falante trabalha para construir um discurso que seja aceito e apreciado pelo ouvinte e, ao mesmo tempo, o ouvinte trabalha para alcançar e aceitar a interpretação desejada pelo

falante, respeitando o “ritual da interação” proposto por Goffman. Nas palavras de Biar (2012: 119-120), ao contar histórias de vida, estamos também “organizando o mundo que nos cerca, de modo a estabelecer relações de continuidade entre fatos e incidentes, de forma compatível com os valores e crenças básicas de nossa sociedade”.

Dois princípios básicos de coerência são apresentados por Linde: causalidade e sequencialidade. Desse modo, narrativas de história de vida propõem uma ordem que estabelece relações de causa e consequência a respeito de um evento biográfico do narrador e esse “account” deve ter um fundamento que ambos, falante e ouvinte, tomem como significativo. Assim, histórias de vida não são meramente uma coleção de eventos que aconteceram com alguém conhecido em uma ordem irrelevante.

Nesse sentido, as relações de causa e efeito construídas por uma história de vida devem obedecer a certos sistemas de coerência, ou seja, sistemas de crenças que determinam se uma sentença discursiva pode ser ou não considerada como causa de outra sentença. Linde (1993) considera sistema de coerência como uma instância que se apropria de crenças de *senso comum* (crenças sem respaldos científicos compartilhadas por qualquer membro de uma cultura e que qualquer um pode usar) e *sistemas de saberes científicos* (crenças e relações de conhecimentos de um domínio específico e científico). O sistema de coerência considerado pela autora em seus estudos sobre histórias de vida de escolhas de profissão (1993) deriva, então, desses dois campos de saberes descritos por ela: são crenças provenientes, de certa forma, de saberes específicos, porém, são utilizados por qualquer um que não seja credenciado para isso, criando-se, assim, versões populares que estruturam “experiências em narrativas socialmente compartilhadas” (Biar, 2012: 121).

Um sistema de coerência, então, é um sistema que atribui às experiências significados, avaliações e causalidades e, por isso, podem fornecer aos falantes um guia para comportamentos futuros (Linde, 1993: 164-5). Linde aponta, ainda, que os exemplos mais recorrentes de sistemas de coerência utilizados por narradores na formação de causalidades para certos eventos de suas vidas estão no campo da Psicologia de Freud, e outras teorias da Psicanálise, do Marxismo e da religião.

Linde chama a atenção para a tendência, ao analisarmos narrativas, em nos atermos somente a recursos lexicais que denotam marcas de causalidades e

explicações, como conjunções causais e explicativas. A seguir, veremos como a autora considera a criação de causalidades como prática social estabelecida por sistemas de coerência específicos, que transcendem a ordem lexical e assumem a importância do contexto sociocultural na criação da coerência em histórias de vida. Ela divide as causalidades em *adequadas* e *inadequadas*.

3.2.7.1

Causalidades adequadas e inadequadas

Causalidades adequadas são as mais recorrentes em narrativas de histórias de vida, pois constituem uma cadeia de causas que são aceitas pelos ouvintes como razões consideráveis para eventos particulares. Linde (1993) mostra que estabelecer causalidades adequadas para escolhas apropriadas de vida e/ou de sequência de eventos e até de escolhas de profissão, a exemplo de seu estudo citado, é uma atividade social e individual sustentada por crenças de base cultural. Paralelamente, constituir boas razões baseadas em crenças sociais e culturais também nos fornece a possibilidade de se fazer o contrário, ou seja, criar causalidades que não se encaixam em um “acordo cooperativo” firmado entre os falantes. Faz-se isso criando ordens incoerentes para uma sequência de eventos devido a um conflito de crenças partilhadas entre falante e ouvinte.

Nesse sentido, considerar as causalidades como adequadas ou inadequadas depende diretamente de como elas se encaixam em crenças de senso-comum assumidas no mundo social dos falantes da interação. Para que um narrador consiga criar causalidades adequadas a certas condições ou escolhas de vida, o ideal é que ele não extrapole esse limite estabelecido socialmente.

Ainda baseado nesse estudo de Linde (1993), resalto recursos que a autora descreve como típicos de cada causalidade citada. Para proveito desta pesquisa, destaco, como recursos da *causalidade adequada*, o uso de *características pessoais* (*character traits* - p.129) como causas óbvias em decisões de profissões. As características positivas são usadas para explicar escolhas positivas nas carreiras profissionais, enquanto as negativas são atribuídas às escolhas que levaram ao fracasso nas mesmas. Outro recurso utilizado é o “*temporal depth*” (p.197), na qual o narrador recorre a atitudes ou eventos de seu passado para justificar os eventos presentes.

Dentro das *causalidades inadequadas*, há algumas categorias que caracterizam a *descontinuidade* (p.140) entre a causalidade de um evento e o evento propriamente dito. Dentre as categorias consideradas por Linde (1993), ressalta-se aqui a estratégia de *self –distancing*, ou seja, a que considera a descontinuidade dos eventos um fator positivo que traz melhorias às condições de vida atuais, pois possibilitou uma mudança positiva. Ao utilizar essa estratégia, o narrador lança mão de recursos avaliativos que o distanciam de sua personalidade do passado e do presente.

De maneira análoga aos estudos de Linde (1993), esta pesquisa, assim como a da autora, por serem de natureza qualitativa e interpretativista, preocupa-se em analisar como os sentidos são criados através do discurso e como eles são apresentados na interação, não se atendo, portanto, a julgamentos de conceitos de verdade dos dados analisados, ou seja, se as causalidades da inocência criadas pelas mulheres entrevistadas estão corretas ou se os eventos narrativos descritos realmente ocorreram.

3.2.7.2 **Crenças de senso comum**

Linde (1993) descreve algumas implicações sobre as crenças de senso comum que, segundo a autora, sustentam explicações para escolhas de vida que não comparecem em sistemas de coerência comuns. Ela considera ingênuo pensar que, na ausência de um sistema de coerência, um conceito de verdade assuma o princípio explicativo do evento narrado. Nesses casos, o narrador, que pertence a uma determinada cultura, usa um sistema de crenças baseado em suposições assumidas e compartilhadas entre os integrantes de sua comunidade como verdades que parecem ser tão óbvias que deixam de operar como um sistema de crenças.

Labov (1976 apud Linde, 1993) aponta que o significado de “senso comum” se equipara ao de “bom julgamento” (p.193), no qual os conhecimentos não são adquiridos através de livros. Entretanto, esse conhecimento empírico pode ser utilizado por falantes de diversas formas: para indicar habilidade em resolver racionalmente problemas difíceis; para indicar habilidade em fazer julgamentos morais; ou para indicar o que todo mundo sabe e compartilha. Senso comum é, então, considerado como fundamento socialmente sancionado para construir

inferências e ações utilizadas por falantes em assuntos cotidianos e é utilizado pelos membros do mesmo grupo e da mesma maneira, mesmo que não o tenham experimentado. Assim, o senso comum sugere como algumas coisas deveriam ser, na medida em que representa percepções empíricas ou sociais comuns a indivíduos que se baseiam nesse tipo de crença ao agirem em uma determinada circunstância.

No entanto, padrões de normalidade são instanciados a todo momento por falantes através de críticas ou elogios. Essa instabilidade causada pela diferença de pontos de vista desconstrói a máxima considerada sobre senso comum: o que todo mundo faz ou sabe. Essa descrição torna-se relativa no momento em que falantes, na ausência de um respaldo de conhecimento científico, direcionam pontos de vista diferentes sobre determinadas questões. Linde (1993) postula, ainda, que o senso-comum é uma moralidade disfarçada de factualidade universal (p.195) e aponta estudos que investigaram a variedade de campos de saberes populares em que repousam as crenças de senso-comum, como comportamentos sexuais, escolhas alimentares, compreensão de doenças, etc. Esses estudos mostram o quanto esse tipo de crença aparenta ser natural, porém é revestida de cultura disfarçada.

3.2.7.3

A teoria na prática de análise

Em primeira instância, histórias de vida emergem nas narrativas das entrevistadas com o intuito de reportar o porquê de seus pares estarem presos. Essa iniciativa é provocada por mim, mas à medida que elas contam o que aconteceu, elas criam avaliações que transportam o curso da narrativa para outro ponto reportável: a inocência deles. Dessa vez, eu não peço causalidades para isso. Elas falam e constroem a inocência por si sós.

Considero algumas narrativas contadas por essas mulheres como histórias de vida por serem reportáveis, ou seja, elas têm um caráter extraordinário e podem ser recontadas em diferentes momentos e contextos. Além disso, elas possuem um ponto, não sobre o narrador, especificamente, nas histórias vicárias, mas sobre a figura principal das histórias. Analogamente ao trabalho de Biar (2012), no qual a autora analisa narrativas (de adesão ao tráfico) que “negociam explicações para o extraordinário das quebras de expectativas” (p.120), sob essa mesma perspectiva,

considero que o envolvimento com o crime e o consequente encarceramento, mesmo que involuntário, caracteriza um evento marcante na biografia de uma pessoa.

Apesar de Linde, em seus estudos, olhar somente para narrativas em 1ª pessoa, estendo suas teorias para as narrativas presentes aqui nesta pesquisa, as de 3ª pessoa, destacando, mais uma vez, a peculiaridade de algumas narrativas presentes nos dados: algumas são vicárias (nessas o ponto é sobre uma 3ª pessoa) e outras de experiência pessoal, que são recapituladas em função de algum objetivo que visa à construção positiva do outro.

Conforme visto, o modo como eventos da vida de uma pessoa se relacionam nas histórias é atribuído às causalidades e sequencialidades construídos discursivamente e socialmente. Analogamente ao exemplo básico que Linde elabora para tipificar as histórias de vida que formam causalidades para eventos pessoais: “*Eu sou esse tipo de pessoa porque eu agi desse modo*”, proponho a substituição da 1ª para a 3ª pessoa e de “tipo de pessoa” pelo adjetivo “inocente” para fins de adequação teórica aos dados de análise desta pesquisa, a saber: “*Ele é (inocente), porque ele é ou agiu desse modo*”. Ao inocentar seus pares, as mulheres entrevistadas elaboram histórias de vida com esse mesmo padrão argumentativo do exemplo previsto por Linde.

Quanto aos princípios de coerência que regem certas narrativas, os do campo da Psicologia e da religião são especialmente destacáveis para o recorte da análise aqui proposta, pois algumas causalidades construídas pelas entrevistadas para justificar a inocência dos pares repousam sobre argumentos de ordem comportamental e religiosa. Causalidades adequadas baseadas em traços característicos de personagens também são construtos bastante recorrentes nas narrativas analisadas, porém, os traços característicos avaliados pertencem aos personagens das histórias, construindo a polarização das imagens deles, isto é, uma imagem positiva ou negativa representa, respectivamente, a inocência ou a culpabilidade.

Crenças de senso comum formam um apanhado teórico de muita relevância para a presente pesquisa, pois essas crenças formam o sistema de coerência utilizado pelas entrevistadas nas construções das relações de causalidade e sequencialidade dos eventos. Algumas entrevistadas lançam mão deliberadamente de julgamentos morais que são sustentados por esse sistema de crença, dialogando

com o que Labov considera sobre o uso do senso-comum: para indicar habilidade em fazer esses tipos de julgamentos.

As causalidades da inocência dos pares emergem do discurso das entrevistadas de forma aparentemente natural e óbvia. Elas criam percepções de cunho social comum que justificam certas ações hipotéticas que adotariam seus pares, caso fossem culpados, ou seja, como seus pares se comportariam, o que sentiriam ou fariam em uma circunstância de culpa.

Após as teorias apresentadas, direciono, então, esta pesquisa para a prática de análise. Recapitulando o que está acontecendo no “aqui e agora” da interação: nas periferias de um presídio, mulheres visitantes animam e avaliam narrativas vicárias que inocentam seus pares presos. Essas narrativas são produzidas em torno de um evento específico (a prisão deles).

8x8: Oito relações de causalidades para a inocência em oito excertos narrativos

“...a minha maior queixa assim (...) como a gente é tratado, que a gente é penalizado como da mesma forma que eles é né (...) a maioria das pessoas que trabalha dentro do sistema penitenciário é olha no mesmo olhar como olha pro preso e muitas vezes se o preso errou ou não fez, a gente não tem culpa né? Porque às vezes eu vejo pessoas passar por coisas que me machuca como ser humano, como ser humano me machuca muito.”

Trecho extraído da entrevista com Sílvia (adaptado sem recursos de transcrição)

Neste capítulo, analiso os dados de minha entrevista com Sílvia. O trecho extraído para a epígrafe acima retrata a queixa da entrevistada quanto ao tratamento dispensado às visitantes dentro do sistema penitenciário e ressalta o *estigma* que essas mulheres carregam por serem parentes de detentos. O próximo capítulo de análise também será dotado dessa referência. Lembro que o foco desta análise é investigar as estratégias discursivas utilizadas pelas entrevistadas na inocentação de seus pares.

Relembro, também, a história de Sílvia: ela visita seu marido, aqui chamado de João, acusado de estuprar a própria filha de outra relação conjugal. A suposta vítima e a mãe dela, ex-mulher de João, foram as responsáveis pela acusação. Conforme já mencionado nesta dissertação, a entrevista com Sílvia revelou questões sociais muito relevantes, pontuadas na conclusão deste capítulo. Não à toa, este capítulo foi dispensado exclusivamente a ela.

Esta pesquisa é de natureza microanalítica, ou seja, está ancorada nos desmembramentos da interação. Entretanto, veremos que o micro nos fornece pistas contextuais que remetem a sistemas de coerência (e então estamos no âmbito mais macro da interação), que são formados e utilizados pela narradora na atividade discursiva de inocentar o marido.

Dividirei a entrevista em oito excertos, recortados para análise por conterem pequenas narrativas ou elementos sintáticos específicos que trabalham a favor da construção de causalidades da defesa que Sílvia impetra ao marido. Coincidentemente, nos oito excertos narrativos aqui presentes, oito relações de causalidade foram construídas no discurso da entrevistada. Para sistematizar,

disponho um resumo dessas relações ao final de cada análise, além de recapitulá-las na conclusão deste capítulo.

A análise de cada excerto foi dividida em duas subseções: a primeira se encarrega de mostrar as narrativas emergentes do discurso de Sílvia, suas peculiaridades e funções; a segunda se encarrega tanto de aspectos envolvidos na interação face a face (em alguns excertos), quanto das causalidades pertencentes a um sistema de coerência específico instanciado no discurso da entrevistada. A quantidade abundante de informações contida em cada um dos excertos talvez tenha me levado a essa escolha, e acredito que com isso mantenho a linearidade da leitura da análise sem arriscar uma possível interrupção do raciocínio e/ou uma repetição exaustiva causada por uma necessidade de referência a excertos iguais.

No decorrer da entrevista, Sílvia me conta como e por que o marido foi preso, as circunstâncias que envolvem a acusação, o tratamento carinhoso que o marido dedica a ela, sua própria experiência de estupro e as consequências disso, suas considerações sobre a suposta vítima e alguns outros pequenos relatos. Destacarei certos aspectos formais, tais como: o formato de produção das narrativas vicárias e o modo como a elas se encaixam avaliações do ponto de vista da narradora; aspectos envolvidos no ritual da interação; e o surgimento de pequenas histórias (vicárias e pessoais) que funcionam como pontos argumentativos para a inocentação.

Focalizarei também, ao longo deste capítulo, as principais estratégias discursivas de inocentação usadas por Sílvia, tais como nulidade da agentividade do personagem; uso de animação da voz de autoridade e relatos de testemunhos na narrativa; construção negativa e positiva de si mesma e dos outros, formando uma polarização de imagens tipo “nós e eles”; e a reversão de papéis de vítima x acusado.

A formação discursiva de Sílvia envolve um sistema de coerência bem peculiar na criação de causalidades de que ela se serve ao tentar validar a inocência do marido. Em vista disso, ao final de alguns excertos, estabeleço relações argumentativas de causa e efeito, tomando emprestado o formato do silogismo argumentativo estudado pelo filósofo Aristóteles, que denomino aqui de *relações silogísticas de causalidade*. Santos apud Garcia (2006) descreve silogismo como uma "argumentação na qual, de um antecedente que une dois

termos a um terceiro, infere-se um consequente que une esses dois termos entre si” (p.309).

Desse modo, um silogismo é constituído por três proposições, as duas primeiras chamam-se *premissas* e é preciso haver entre ambas uma ideia em comum; a última, *conclusão*. No caso dos dados de Sílvia, a conclusão recorrente que se tem na maioria dos casos é: *João não é estuprador*.

E se isso procede, *logo ele é inocente!*

Vejamos, então, o primeiro excerto.

4.1

O formato de produção da interação

Como já se disse, a atividade interacional aqui estudada é uma entrevista de pesquisa que pode ser compreendida como um *encontro misto*. Já foi definido nesta dissertação o que Goffman (1981) chama de “formato de produção” de uma elocução, que envolve os conceitos de *animador*, *autor* e *responsável*, ou seja, a função que um falante exerce em determinada interação tem influência na produção dos enunciados. É o que será analisado nesta seção.

Excerto 1: “Meu marido *foi acusado de estupro*”

- 01 **Natália** Então Sílvia conta um pouquinho da sua vi:da (.)
 02 como você: veio parar aqui: o que acontece:u
 03 **Sílvia** O que aconteceu? O que aconteceu é que meu marido
 04 foi acusado de estupro né né
 05 **Natália** Uhum
 06 **Sílvia** Ma:s graças a Deus tá tendo um bom desfecho
 07 **Natália** É?
 08 **Sílvia** É no-o juiz inocentou ele.
 09 **Natália** Inocentou?
 10 **Sílvia** [inocentou] porque não tem provas concretas
 11 contra ele né
 12 **Natália** Tem quanto tempo isso.
 13 **Sílvia** Ah já vai fazer UM ANO? vai fazer o que. agora
 14 oito meses até sa-ele sair vai fazer um ano
 15 porque vai entrar em recesso
 16 **Natália** Uhum ele vai sair final do ano agora? não.
 17 **Sílvia** Não (.) só ano que vem [...]

Sílvia, a entrevistada, exerce a função de *animadora*, uma das condições do falante em uma interação. O animador de uma história funciona como uma “caixa sonora” ou “um indivíduo engajado no papel de produzir elocuições” (Goffman, 1979 in Ribeiro & Garcez, 2013: 133).

Sílvia anima alguns discursos do marido, porém o formato de produção desses discursos se aproxima da peculiaridade prevista por Norrick (2013) a respeito das narrativas de experiência vicária: a animadora se mantém como *responsável* pelo o que está sendo dito, apesar de não ser a figura principal desses relatos, uma vez que não se mostra como alguém que apenas relata um acontecido, mas também está bastante comprometida com o que está sendo contado. Além disso, ela não é a única *autora* das elocuições, ao contrário do que ocorre nas narrativas de experiência pessoal, já que, apesar de ela narrar o acontecido com suas próprias palavras, trata-se de uma narrativa vicária, ou seja, foi protagonizada e contada previamente por alguém: seu marido.

Goffman considera, ainda, que o *responsável* por uma enunciação é alguém comprometido com o que suas palavras irão expressar e que fala em nome de um “nós” (idem, p.134). A narradora aqui é uma mulher que além de animar os relatos do marido, ocupa-se de sua “qualificação social” (p.137) de esposa para validar a autoridade das suas palavras utilizadas como estratégias discursivas na inocentação de seu par. Desse modo, ela assevera a *responsabilidade* pelo o que está sendo dito. Veremos como esse formato discursivo de Sílvia se mantém constante ao longo da entrevista.

A essa visão de Goffman convergem os estudos de Norrick (2013) sobre as narrativas vicárias, especificamente as de família, sobre as quais alguns animadores reivindicam certa autoridade sobre a história contada, mesmo que não a tenham testemunhado, em virtude de manterem relação pessoal como membros próximos das *figuras principais* dessas histórias. A atividade interacional de Sílvia extrapola para um plano “triangular” da interação, ou seja, ela não se limita somente a animar os relatos de vida de seu marido. Ao longo da análise poderemos perceber que a narradora também toma para si o consenso da inocência dele e forma causalidades que aparentam ser (re)criadas através, não só das experiências de João, mas também de suas próprias experiências pessoais.

4.1.1

Aspectos interacionais e narrativos

No excerto 1, que retrata o início da nossa entrevista, eu peço à Sílvia para contar o que aconteceu para ela estar ali, na tentativa de trazer à tona não só histórias de sua vida, mas também entendimentos sobre sua relação com aquele

contexto prisional. É importante ressaltar que, apesar de não estar em foco nesta pesquisa, a minha participação na interação opera a favor da co-construção das narrativas que emergem não só nesta, mas também em todas as entrevistas.

A construção verbal “foi parar” utilizada na minha pergunta (linha 02) representa uma tentativa de criar simetria no encontro misto ao não ameaçar a face de Sílvia. Essa construção promove uma interpretação de que a condição na qual Sílvia se encontra é fruto de forças passivas e alheias a sua agência, amenizando talvez o seu estigma de “mulher de bandido”.

Curiosamente, diante do meu pedido para que a entrevistada contasse um pouco da vida dela e de como ela “foi parar” ali (linhas 01-02), Sílvia vai direto ao ponto, preferindo narrar a experiência vicária em detrimento de sua experiência pessoal. Essa atitude, apesar de também falar sobre sua relação com aquele lugar, pode talvez ser um indício de seu descontentamento com a situação carcerária do marido que ela considera injusta.

Em “*meu marido foi acusado*” (linhas 03-04), o uso da terceira pessoa é, evidentemente, a marca mais proeminente da animação da experiência vicária. Seguindo os estudos de Labov (1972) a respeito das narrativas, nos quais ele menciona que para se ter uma narrativa é necessária a presença de pelo menos duas orações temporais e sequenciais, podemos observar neste excerto uma narrativa mínima formada pelas ações *foi acusado* e *inocentou ele*, com os verbos no passado (linhas 04 e 08, respectivamente).

Conforme o que Labov nos diz, é comum que os narradores comecem suas histórias com uma ou duas orações que resumam toda a narrativa. Em “*Meu marido foi acusado de estupro*” (linhas 03 e 04), podemos observar um resumo de uma narrativa. O *resumo*, segundo o autor, não só sintetiza a história como apresenta o ponto da mesma, ou seja, a sua reportabilidade. Ser acusado de estupro enquadra-se como uma ação extraordinária à norma, e, portanto, reportável. Essa acusação culminou na prisão de João, e a prisão dos pares é o ponto narrativo comum a todas as entrevistas envolvidas nesta pesquisa.

O interessante na análise dessa narrativa vicária de Sílvia, sobre a prisão de seu marido, é que o padrão canônico laboviano se mantém, com *resumo*, *orientação* (linhas 13-17), *ação complicadora e resolução* (o juiz inocentou ele- linha 08), mas apresenta uma especificidade: a *avaliação* não pertence ao mesmo plano das outras estruturas. Sílvia se destitui um instante do papel de

animadora da experiência vicária e introduz a avaliação de caráter pessoal sobre a história narrada: “Ma:s **graças a Deus** tá tendo um **bom** desfecho” (linha 06). Essa avaliação parece operar também como um *sumário avaliativo* da *resolução*, ou seja, o “bom desfecho” é a ação do juiz de inocentar seu marido. Sílvia avalia positivamente a decisão judicial de soltar João por falta de provas, o que supostamente confirma seu alinhamento à crença da inocência dele.

4.1.2

Estratégia discursiva: componentes sintáticos

É interessante observar a construção passiva em “meu marido **foi acusado**”. Essa escolha linguística de Sílvia em detrimento de uma construção ativa do tipo “cometeu um estupro” ou “estuprou a filha” remete a uma possível desvinculação de seu marido com a agência do estupro. Sílvia cria aqui uma distinção entre ser acusado e ter realmente cometido o crime e indica uma lacuna que carece de provas, nas palavras da própria entrevistada (linhas 10 e 11). A tentativa de anular a agentividade do marido representa a primeira estratégia discursiva emergente nesta entrevista.

Além disso, a constatação que Sílvia faz de que o juiz inocentou João por não haver provas concretas que o incrimine parece justificar e validar essa construção passiva de ele ter sido acusado (injustamente) por alguém. Esse tipo de argumento sobre a falta de provas, que coopera na construção da inocência dos pares presos, é recorrente no discurso de todas as entrevistadas contempladas nesta pesquisa, conforme veremos no próximo capítulo de análise.

4.2

Construção negativa de um estuprador e testemunho de autoridade

Na continuidade do excerto apresentado acima, Sílvia conta que a ex-mulher e a filha de seu marido, suposta vítima, foram as responsáveis pela acusação dele. Na época, a menina estava com 14 anos, e agora, segundo a entrevistada, beira os 25 anos de idade. Ou seja, essa acusação era um processo antigo pelo qual João não havia ainda respondido. Sílvia diz, ainda, que não o conhecia na época do evento e, ao me contar como eles se conheceram, pergunto-lhe se ele, em algum momento do relacionamento, havia contado a ela sobre a acusação, ao que ela responde que não. A partir disso, continua o excerto 2.

Excerto 2 – Perfil de um estupro

- 18 **Natália** Entendi e na época ele te contou que ele tava sendo
 19 acusa:do de:°estupro°?
 20 **Sílvia** NÃO ele não contou depois que ele falo:u que teve
 21 uma passa:gem que acusaram e:le mas não falou o que
 22 que e:ra e:: eu pensei que tinha moRRido né:? como
 23 qualquer outra pessoa pensou e: ele também se-
 24 pensou que tinha morri:do (.) né aí ele foi pego no
 25 Poupa-tempo mesmo quando ele chegou pra: fazer os
 26 documen:tos né renovação de:-documento <carteira de
 27 motorista essas coisas> chegaram os civil e
 28 prenderam ele deram voz de prisão a ele. até eles
 29 ficaram surpre:so porque >ele que pela a aÇÃO< e
 30 pelo o que ele foi acusa:do ele não tem perfil de
 31 estupro.
 32 **Natália** Por quê?
 33 **Sílvia** Hã?
 34 **Natália** Por quê?
 35 **Sílvia** <porque o estupro> tem perFI:L? né
 36 **Natália** qual seria o perfil assim.
 37 **Sílvia** Ah estupro:do a pessoa que é estupro:do ele tem
 38 a-pessoa é agressi::va, né? o olhar da pessoa é
 39 diferen::te, né.

A análise a seguir explora os aspectos interacionais e narrativos do excerto

2.

4.2.1

Aspectos interacionais e narrativos-avaliativos

Em um encontro misto, hesitações, omissões e encobrimentos de alguns termos geralmente são utilizados como estratégias de manutenção da face do falante e do ouvinte. Os prolongamentos fonológicos (acusa:do de:) presentes em minha fala e a supressão fonológica da palavra estupro, sinalizada entre colchetes (linha 19), marcam bem uma dessas estratégias, que se ampara na tentativa de manter o “tato interacional” (Biar, 2012) diante de um tópico constrangedor: um estupro.

Neste excerto 2, da linha 20 a 29, percebemos uma orientação a respeito do local e circunstância em que João foi pego pelos policiais. Observa-se também, da linha 25 a 28, a co-construção de uma narrativa vicária sobre essa circunstância em que João foi preso através de sequências verbais em 3ª pessoa organizadas temporalmente:

Ele falou que **teve** uma passagem que **acusaram ele**

Aí **ele foi pego...**quando **ele chegou** pra fazer os documentos
chegaram os civil...**prenderam ele...**

deram voz de prisão a ele...

Até aqui, Sílvia parece somente animar uma narrativa que diz respeito a João, funcionando, conforme já dito, como sua “caixa sonora”. Porém, sob um olhar mais atento, é possível observarmos uma sequência de avaliações que a narradora utiliza durante o narrar dessa experiência. Vejamos:

Nas linhas 22 a 24, Sílvia interrompe a narrativa de como ele foi preso e constrói uma avaliação externa em relação à acusação feita contra João: “eu pensei que tinha morrido né? como qualquer outra pessoa pensou e: ele também se-pensou que tinha morri:do”.

É possível identificar também, na linha 29, uma avaliação encaixada, dessa vez, em relação à reação dos policiais na imputação do crime: “ficaram surpresos”. O termo “até”, nessa mesma linha, em “até eles [os policiais] ficaram surpreso...” funciona como um mecanismo de avaliação interna à oração, por funcionar como um termo sintático que inclui os policiais como compartilhadores da opinião de Sílvia: “ele que pela a ação e pelo o que ele foi acusa:do ele não tem perfil de estuprador” (linhas 30 a 32). Ou seja, a informação de que João não tem perfil de estuprador é construída como se fosse uma avaliação que pertence a um só tempo à opinião da narradora e aos policiais.

Flannery (2015) menciona que a “citação das falas de outros pode também contribuir para conferir autenticidade ao que contamos” (p. 75). Essa parece ser mais uma estratégia discursiva da entrevistada. Baseada na contradição de que os mesmos agentes responsáveis pela prisão de João também o defendem, ao trazer a voz dos policiais ao seu discurso, a narradora fornece maior credibilidade ao seu ponto sobre o não-alinhamento do perfil de seu marido com o de um estuprador.

4.2.2.

Aspectos da criação da causalidade da inocência

Quando a entrevistada diz que estuprador tem perfil, eu busco uma causalidade para essa afirmação: “por quê?, Hã?, por quê?, porque...” (linhas 32 a 35) e promovo a co-construção, nas linhas seguintes, da descrição do perfil de um estuprador a partir de uma característica que Sílvia avalia negativamente: a agressividade. Linde (1993), em seus estudos sobre causalidades, conforme já

visto nesta dissertação, aponta a utilização de recursos lexicais que permitem inferir relações sintáticas de causalidades, como o uso de “*porquês*”.

Entretanto, segundo a autora, os princípios de uma adequada causalidade de um evento não repousam somente nas estruturas morfológicas e sintáticas dos discursos, mas também em esquemas de conhecimento baseados em relações e práticas sociais. Ou seja, para que uma causalidade seja aceita como *adequada* pelo ouvinte, é necessário que falante e ouvinte compartilhem uma mesma visão de mundo, inclusive de certas crenças de senso-comum (idem), foco desta análise. O uso de tantos *porquês* em nossa interação explicita a negociação por essa base comum.

Este excerto demonstra mais uma estratégia discursiva da entrevistada, que tenta buscar uma base racional para a inocentação do marido: se para ela, um estuprador é agressivo e seu marido não se alinha a esse perfil, automaticamente Sílvia constrói seu marido como não-estuprador. Esse embate de perfis de estuprador e não-estuprador opera na manutenção de João sob uma “luz favorável”. Esse tipo de argumentação, que tem como base um raciocínio dedutivo, isto é, parte de um evento geral para um particular, permite estabelecer uma relação de causa e efeito que dialoga com um silogismo. Essa é uma das relações silogísticas de que falávamos no início deste capítulo.

Disponho aqui, então, baseada no discurso de Sílvia, a 1ª relação silogística de causalidade da inocência de João:

Estuprador tem perfil agressivo;

João não se alinha a esse perfil;

logo, ele não é estuprador.

4.3.

Polarização de imagens dos ‘outros’ e reversão de papéis

Na sequência da entrevista, Sílvia conta a relação distanciada que o marido atualmente mantém com a filha e narra a suposta motivação das acusantes em fazer a queixa contra ele.

Excerto 3: Motivação da acusação

- 40 **Natália** E ele tem contato com essa fi:lha?
 41 **Sílvia** Não não tem
 42 **Natália** Não tem.
 43 **Sílvia** Não tem
 44 **Natália** Mas porque ela não quer vê:::lo ou [ele-]
 45 **Sílvia** [não] ele que não
 46 quer ver ele falou que tá muito magoado (.) né
 47 porque ele falou que neNHUM pai cria um filho pra
 48 isso
 49 **Natália** Mas foi a própria filha que fez a quei:xa?
 50 **Sílvia** Junto com a mãe
 51 **Natália** Meu Deus
 52 **Sílvia** A motivação disso tudo foi dinheiro, bens,
 53 entendeu?
 54 **Natália** Porque ele tem bens.
 55 **Sílvia** Te:m ele é uma pessoa assim ele não tem leitu:ra
 56 mas ele é uma pesso:a que ele tem a sabedoria então
 57 esse cir-por exemplo se você dá isso aqui a ELE
 58 isso aqui multiplica em ouro (.) entendeu? ele é
 59 muito esforçado [...]
 60 **Natália** [e elas quiseram] prejudicar ele
 61 **Sílvia** [prejudica::?r] <entendeu> foi um ATO de
 62 prejudicar. de se ver livre de:le

4.3.1

Aspectos narrativos e formato de produção

As repetições da construção “não tem”, das linhas 41-43, marcam a busca, por minha parte, de uma causalidade de João não ter contato com a filha. A informação de que a decisão de cortar relações parte de João e não da filha, suposta vítima, transfere razão a ele, o que constrói a vitimização do acusado. O diálogo reportado do marido confirma essa observação. Sílvia *anima* o discurso de João (linhas 45-48), através da fala reportada indireta, marcada pelo verbo *dicendi*²⁰ em 3ª pessoa, no pretérito perfeito (falou), seguido da conjunção “que”.

Nesse caso, o *autor* da fala “nenhum pai cria um filho pra isso” é João, e, levando em consideração a crítica de Tannen (1989 apud Flannery, 2015) por mais que a fala original não tenha sido exatamente assim, é pressuposto que Sílvia reproduz um discurso de inocentação, pré-existente ao dela, que se originou do próprio acusado. A avaliação “tá muito magoado” promove a reversão de papéis ao reforçar sua construção como vítima perante essa acusação e Sílvia reproduz e *anima* essa avaliação.

²⁰ Verbos *dicendi* são os de elocução, isto é, que indicam um diálogo, seja de forma direta ou indireta. Exemplos: *dizer, afirmar, perguntar, responder*, etc.

Nesse ponto de análise, podemos retomar a interseção já feita com o que Norrick (2013) menciona sobre as narrativas vicárias, nas quais, diferentemente das narrativas de experiência pessoal, os conceitos de *animador*, *autor* e *figura principal* de uma história ou de um relato não se concentram na mesma pessoa.

4.3.2

Avaliação na construção do outro e aspectos interacionais

Sílvia constrói uma causalidade para a incriminação de seu marido, ao dizer que mãe e filha, responsáveis pela acusação, foram motivadas a fazer isso por interesses financeiros: “A motivação disso tudo foi dinheiro, bens, entendeu?” (linhas 52-3). Ao dizer que elas quiseram prejudicar João, sugerindo que sejam gananciosas e mentirosas, a entrevistada *desacredita o self* das denunciantes, construindo-as negativamente.

Goffman, em seus estudos sobre a elaboração da face (1980), aponta três níveis de responsabilidade relacionada à pessoa que exerce uma ação de ameaça à face de alguém, no caso aqui, à face de alguém não presente na interação. A responsabilidade de Sílvia ao fazer isso parece atender à terceira enumerada pelo autor sobre ofensas eventuais e não planejadas: “ação que o ofensor desempenha apesar de suas consequências ofensivas, embora não tenha intuítos malévolos” (p.84). Sílvia não parece ter a intenção direta de unicamente ofender as denunciantes, mas o faz em nome de uma ação, um objetivo maior: construir a causalidade adequada que invalide a acusação contra o marido.

A entrevistada retoma a estratégia discursiva de comparação (antes construiu um embate de perfis a partir do perfil de um estuprador), ao construir uma polarização das imagens projetadas dos participantes do evento. Para isso, nas linhas 55 a 59, Sílvia utiliza avaliações positivas sobre João, construindo-o sob uma luz favorável:

...ele tem a **sabedoria**...

...**multiplica** em ouro...

...ele é muito **esforçado**...

A polarização de imagens do “outro” entre vítima e acusado, nesse discurso da entrevistada, constrói uma mudança de *footing*²¹ (nos termos de Goffman) ao, mais uma vez, reverter o papel social que João desempenha como acusado para o papel de vítima: “foi um ATO de prejudicar. de se ver livre de:le” (linhas 61-2), mudando o enquadre da acusação. O enquadre da situação de João passa a ser a de um pai magoado e injustiçado, acusado pela própria filha de um crime hediondo por interesses financeiros.

4.4

Revelação narrativa da própria experiência e construções positivas do acusado

Sílvia prossegue em sua narrativa sobre a acusação contra o marido, inserindo, dessa vez, uma narrativa pessoal: ela própria teria sido vítima de um estupro quando mais jovem.

Excerto 4: “Eu sofri um estupro e eu sei a dor disso”

- 63 **Natália** Quando você soube da notí:cia assim. que ele foi
 64 pre::so aí foi quando você descobriu que tinha
 65 acusação né
 66 **Sílvia** É:
 67 **Natália** Qual foi sua reação? Você acreditou na ho::ra
 68 **Sílvia** Nenhum momento eu acreditei sabe por que? porque eu
 69 sofri um estupro e eu sei a dor disso
 70 **Natália** É?
 71 **Sílvia** Né e ele que me deu VIda ele que me deu luz é por
 72 isso que eu luto por ele.
 73 **Natália** É.
 74 **Sílvia** É-eu tenho maior amor por ele ele não é isso
 75 **Natália** Você nunca mais conseguiu se relacionar com
 76 ninguém depois?
 77 **Sílvia** Nã:O quando eu sofri o estupro? não. eu tinha
 78 namorados mas não e:ra uma coisa como é que eu vou
 79 falar (.) uma coisa que eu ama:va <é mas o-> eu
 80 acho que eu MAIS usava as pesso:as do que:-
 81 entendeu?
 82 **Natália** Uhum
 83 **Sílvia** Mas com ele não com ele eu quis viver uma vi:da, né
 84 porque uma pesso:a ele é uma pessoa ilumina:da ele
 85 não é i:sso ele é uma pessoa que transmite pa:z, é
 86 um homem até pacífico de ma:is, é um homem que teve
 87 muita paciên:cia... comigo [...]

²¹“*Footing* representa o alinhamento, a postura, a posição, a projeção do ‘eu’ de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção” (Goffman, 1979, trad. Beatriz Fontana, 2013)., conforme visto nesta dissertação.

4.4.1 Aspectos narrativos e avaliativos

Podemos observar que até aqui as narrativas emergentes da entrevista com Sílvia funcionam em parte nos moldes labovianos de narrativas clássicas, com presença de elementos narrativos abordados pelo autor, como orientação, avaliação, coda, etc. Entretanto, alguns recortes narrativos apresentam características de pequenas histórias (apesar de não se tratar de eventos recentes) ao recontar aos poucos “pedaços da experiência” da vida de Sílvia. Essas pequenas narrativas ajudam a criar uma percepção de como a entrevistada se constrói (Bamberg & Georgakopoulou, 2008). É importante destacar novamente a minha participação na co-construção dessas histórias.

Na linha 69, “eu sofri um estupro e eu sei a dor disso”, Sílvia resume uma narrativa de estupro, que será desdobrada no próximo excerto analisado, e faz uma avaliação encaixada da consequência desse evento. Aqui a narradora se destitui um pouco da narrativa vicária e passa a utilizar sua narrativa de experiência pessoal como recurso discursivo na criação de causalidades. Veremos mais sobre isso adiante.

Recorta-se neste excerto três pequenas narrativas, sem contar com o resumo da linha 69, já mencionado. A primeira, na linha 71, não segue a ordem temporal do episódio do estupro: após algum tempo do ocorrido, João lhe deu vida e luz. Observa-se a sequência de ações verbais a respeito do que João fez e que Sílvia faz por ele: **deu** vida....**deu** luz...ela **luta** por ele. O uso metafórico das palavras “luz” e “vida” também funciona como uma avaliação encaixada que dá conta de construir o processo de cura pelo qual passou Sílvia.

A segunda pequena narrativa, nas linhas 77-80, retorna à sequência temporal do estupro: após o ocorrido, Sílvia não conseguiu se relacionar normalmente com nenhum homem. Ela credita a mudança na sua vida amorosa ao seu relacionamento com João e se utiliza dessa pequena narrativa para exemplificar isso. Destaco as ações verbais que caracterizam a narrativa: “...eu **tinha** namorados mas não **e:ra** uma coisa como é que eu vou falar (.) uma coisa que eu **ama:va** <é mas o-> eu **acho** que eu **MAIS usava** as pesso:as do que:- entendeu?” (linhas 77-81).

E, finalmente, a terceira narrativa, nas linhas 83-84, volta ao mesmo tempo cronológico da primeira: “...com ele eu **quis** viver uma vi:da...”. Sílvia

persiste, então, em construir João positivamente, mantendo-o sob uma luz favorável, através não só de avaliações encaixadas, como em “*ele é uma pessoa pacífica*”, mas também através de ações avaliativas (Labov, 1972) ao reforçar especificamente a importância das ações do marido para com ela na promoção de sua (re)confiança no amor e nos homens após um evento traumático, como em “*ele **teve** muita paciência comigo*”.

Bamberg e Georgakopoulou (2008) mencionam que pequenas histórias podem servir para elaborarem um ponto argumentativo necessário no decorrer de uma conversa. A entrevistada parece utilizar o resumo de sua narrativa de estupro e todos os relatos posteriores (presentes neste e em outros excertos) exatamente com esse propósito, a fim de validar a inocência de João a partir das avaliações positivas direcionadas a ele e baseada na autoridade que ela reivindica sobre o assunto.

Este excerto tem um fato muito curioso que converge e coopera com os propósitos desta pesquisa: Sílvia me contar que já foi estuprada. Foi estranho e surpreendente para mim, em um encontro misto no qual as participantes não se conheceram previamente, a entrevistada contar um episódio pessoal tão íntimo, violento e constrangedor como esse. Entretanto, sob uma análise mais atenta, é possível entendermos que Sílvia não me contou isso por acaso. Ao revelar ter sido uma vítima de estupro, a entrevistada se posiciona na conversa como autoridade no assunto. Trata-se, talvez, de mais uma estratégia discursiva da narradora que opera em função de juntar forças argumentativas que comprovem a inocência do marido. Vejamos:

Ao perguntar-lhe se ela acreditou na autoria de João no estupro (linha 67), Sílvia prontamente responde que não e usa sua própria experiência como causalidade para isso, criando, com aparente tranquilidade, e embasada na autoridade sobre essa temática, mais uma característica do perfil de um estuprador: a de alguém que causa dor. Ela faz, então, mais uma vez, um contraponto desse perfil com o de seu marido. Uma pessoa iluminada, que transmite paz (linhas 84-86), que devolveu “vida” a ela (linha 71-72), jamais poderia se alinhar ao agressor que outrora lhe causou dor e desesperança.

A polarização dos perfis estuprador x João, traçados por Sílvia, especificamente neste excerto, é sempre confirmada e reforçada com a avaliação “ele não é **isso**”, presentes nas linhas 74 e 85, respectivamente. Observa-se que a

narradora utiliza o pronome **isso** como ferramenta formadora de uma avaliação encaixada de natureza pejorativa que coisifica e reúne tudo aquilo que ela considera ser um estuprador.

Assim, o jogo de vaivém proporcionado pela polarização desses perfis comparece novamente e se mantém não só neste excerto, mas em outros (como veremos adiante), para explorar a construção da imagem positiva de João como justificativa da mudança também positiva da vida de Sílvia. Ou seja, ela se autoavalia nas duas condições inversas às quais foi submetida: depois do estupro; e depois de João.

Faço, abaixo, uma tabela ilustrativa desse esquema para ajudar na compreensão dessa análise proposta aqui:

Avaliação do estupro	Ação autoavaliativa	Avaliação de João	Ação autoavaliativa
Causa dor	Ficou sofrida	Deu vida e luz a ela	Tem muito amor e luta por ele
Traumático	Não via prazer nas relações amorosas pós-trauma	Pessoa iluminada, pacífica, paciente com ela	Com ele quis viver uma vida

logo, **ele não é isso.**

4.4.2

Sistema de Coerência, causalidades e aspectos interacionais

Aqui faço mais uma vez um paralelo com os estudos de Linde (1993), já abordados nesta dissertação, sobre as causalidades adequadas (*adequate causality*) nas histórias de vida de pessoas que, através de entrevistas, contam sobre suas escolhas de profissão. O que Linde chama de *temporal depth*, ou seja, remeter uma situação do presente a uma atividade ou atitude do passado, é uma boa forma de criar causalidades. Sílvia parece criar esse tipo de causalidade ao mencionar o episódio passado de estupro e suas consequências negativas para justificar o contraponto criado por ela entre um estuprador e João.

Além disso, a autora também considera os *traços característicos* como um dos tipos mais poderosos de *causalidade adequada* por serem tratados como uma causa óbvia utilizada pelos entrevistados para justificar as decisões de suas carreiras profissionais. Analogamente, Sílvia parece se empenhar na construção de uma causalidade adequada para a inocência de João, justificando a sua não-autoria do crime, baseando-se nos traços característicos do marido, especificamente os traços positivos.

Ainda alinhando esta análise aos estudos de Linde, resalto a estratégia que a autora sinaliza como *estratégia de self-distancing*. Considerada pela autora como uma *causalidade inadequada*, essa estratégia é aquela que promove o distanciamento do *self* correspondente a determinadas escolhas de vida para justificar a descontinuidade entre eventos. Conforme já mencionado no capítulo de teoria desta dissertação, é como se o narrador dissesse: “Eu sou uma pessoa diferente da pessoa que estava envolvida na profissão inicial” (1993: 156).

Traçando, então, um paralelo entre isso e a análise aqui proposta, Sílvia utiliza, através de recursos avaliativos a estratégia de distanciar seu *self* negativo, construído após sofrer o estupro, do *self* positivo agora estabelecido após conhecer o marido, conforme visto no esquema do quadro da subseção anterior. A entrevistada parece considerar essa *descontinuidade* entre os *selves* como um dos pontos-chave que justifica o não-alinhamento de seu marido com um estuprador, ou seja, ela se constrói como uma pessoa positivamente diferente daquela envolvida na situação traumática do estupro.

Faz-se, entretanto, necessário ressaltar as diferenças presentes entre o estudo apresentado e a análise de Sílvia aqui empreendida. Essa *descontinuidade* entre os *selves*, aqui, não representa uma ruptura entre causa e efeito de uma escolha propriamente, tal como nos estudos de Linde; mas sim uma ruptura entre autoavaliações construídas pela própria narradora em dois momentos diferentes de sua vida. Além disso, diferentemente da autora, considero essa *descontinuidade* entre os *selves* de Sílvia uma *causalidade adequada* para a inocência de João, na medida em que credita sua reconstrução positiva nas ações do marido.

Seu empenho em defender a inocência dele é tanta que a entrevistada parece abrir mão de salvar a própria face diante de um possível constrangimento interacional ao revelar-me o episódio do estupro, expandindo ainda mais seu estigma e, consequentemente, aumentando a assimetria do nosso encontro misto.

Além disso, a partir dessa revelação, um paradoxo ainda mais ameaçador à face de Sílvia emerge: uma mulher que já foi estuprada hoje defende um homem acusado de estupro. Essa característica vai de encontro ao que Goffman considera sobre o trabalho de face no ritual da interação: “Ao tentar salvar a face de outros, deve-se escolher uma ação que não leve à perda da própria face...”(1980: 84). Sílvia parece não seguir essa regra aqui, mas por um propósito argumentativo.

Uma característica marcante nessas relações de causalidade construídas pela entrevistada é o fato de serem elaboradas a partir de um sistema de coerência (Linde, 1993) ancorado em crenças de senso comum. Labov menciona que o senso comum pode ser usado pelos falantes para indicar a habilidade em fazer julgamentos morais (1966 apud Linde, 1993). Através de recursos avaliativos baseados em crenças dessa natureza, julgamentos de ordem moral é a atividade linguística mais marcante na fala de Sílvia, conforme constataremos nos outros excertos.

Por enquanto, e para resumir, a análise do excerto 4 nos deixa diante da 2ª relação silogística de causalidade emergente nos dados. É interessante notar que, segundo Garcia (2006), há comumente silogismos, e parece ser este o caso, que são “falsos” quanto à matéria, isto é, são construídos com base em uma premissa baseada em exemplos singulares, ou seja, baseada em um número restrito de experiências sensíveis, se enquadrando, assim, em uma “enumeração incompleta ou imperfeita” (p.305):

*Estuprador causa dor;
João trouxe “vida” e amor;
logo, ele não é estuprador.*

4.5

Narrativas e avaliações no “desenquadre” de um paradoxo

O próximo excerto apresenta, estimulado por mim, o desenrolar da narrativa do estupro, resumida no excerto anterior.

Excerto 5: “Estuprador faz horrores: jamais lutaria por alguém acusado de estupro”

88 **Natália** E como é que foi esse episódio do estupro?
 89 **Sílvia** Hum?
 90 **Natália** Como é que [foi].
 91 **Sílvia** [ah] esse estupro foi quando:? eu morava em Santa
 92 Catari:na logo que eu cheguei aqui: aí lá em Caldas
 93 Novas era muita ár:vore essas coisas esse-essa
 94 pessoa já observa:va né
 95 **Natália** Você já conhecia ele de vis:ta.
 96 **Sílvia** Já conhecia de vista que ele já me observa:va então
 97 quando ele me pegou ele me pegou assi:m de:: ele me
 98 pegou no pulo do gato entendeu?
 99 **Natália** Foi à noi:te?
 100 **Sílvia** Hm?
 101 **Natália** Foi à noite?
 102 **Sílvia** Não foi eu saindo pra trabalhar. [De ma-]
 103 **Natália** [De manhã] cedinho.
 104 **Sílvia** É: que ele me pegou e: e estuprador faz horro:res
 105 entendeu? é trauma que eu vou falar pra você que: é
 106 só DEUS pra cura:r porque enquanto você vi:ve por
 107 mais que você vive uma vida sadi:a você ainda
 108 continua com essa dor.
 109 **Natália** Com a ma:rca né
 110 **Sílvia** Com a dor da al:ma né porque é uma COISA que te
 111 marcou: uma coisa que:- VEIO violenta é por isso que
 112 eu não acredito que ELE seja ISSO (.) <eu não
 113 acredito que o João seja isso.> foi por isso que eu
 114 lutei com ele que jaMAIS EU- sendo Vítima eu VOU:
 115 luTA:R pela uma pessoa que é acusada de estupro (.)
 116 né que eu fui vítima então eu sei discernir muito
 117 bem quando a pessoa faz ou não faz. (.) isso [...]

Acredito que essa narrativa seja a mais aproximada dos moldes canônicos de Labov. Observamos, a exemplo disso, a presença de sequências de ações verbais no pretérito. Nas linhas 91 a 94, Sílvia constrói uma orientação a respeito da história narrada, desde a época em que aconteceu: “foi quando:? eu morava...”, passando pela descrição do lugar, “lá em Caldas Novas era muita ár:vore”, até a apresentação do estuprador, “essa pessoa já observa:va”.

Na linha 97, Sílvia faz uso de hesitação e prolongamentos fonéticos “ele me pegou assi:m de::...”. Ela parece lutar contra o constrangimento envolvido na interação pensando em articular da melhor maneira possível as palavras que iriam descrever a *ação complicadora* dessa narrativa, o momento do “ataque”: “me pegou no pulo do gato”. Pulo do gato é uma gíria utilizada para denotar uma ação na qual um indivíduo ganha destaque ou vantagem sobre outras

peessoas. O fato de o agressor já observar há algum tempo Sílvia forneceu-o certa vantagem no ataque a ela.

As linhas 101-103 funcionam como uma *orientação* co-construída: “...foi eu saindo pra trabalhar.” Seguindo a tradição laboviana, então, Sílvia se engaja na avaliação da narrativa de estupro, mas dessa vez, é uma avaliação pela *suspensão da ação*. Ela para a narrativa (dessa vez de experiência pessoal) e se dedica a (re)construir sua experiência pós-estupro, avaliando-a com termos sintáticos denotativos de sentimentos ruins:

...estuprador faz **horro:res**... (linha 104)

...é **trauma**... (linha 105)

...só **DEUS** pra **cura:r**... (linha 106)

...enquanto você **vi:ve**...você ainda **continua** com essa **dor**. (linhas 107-8)

...com a **dor da al:ma**... (linha 110)

...é uma **COIsa** que te **marcou:** uma coisa que:-**VEIO violenta**... (linhas 110-111)

Toda essa avaliação elaborada por Sílvia a respeito do abuso fornece, através do discurso, uma construção negativa do estupro e da condição de uma vítima de estupro, baseada na própria experiência da entrevistada. Essa construção é determinante na comparação com sua condição de vida atual. Esse contraste é estabelecido, neste excerto, a partir da *coda avaliativa* das linhas 111-114, que mais uma vez traz à tona o embate de perfis que Sílvia traça entre um estuprador e seu marido: “...é por isso que eu não acredito que ELE seja **ISso** (.) <eu não acredito que o João seja **isso**, foi por isso que eu lutei com ele”. Observa-se aqui a recorrência do pronome *isso* como um termo pejorativo, já analisado no excerto anterior.

A conjunção *por isso*, em “é por isso que eu não acredito que ELE seja **Isso**” (linhas 111-112) indica uma causalidade recorrente aqui e que reforça a causalidade adequada construída por Sílvia, em relação a sua atitude defensiva direcionada ao marido, nas análises anteriores: João trouxe “vida” a ela, então ele não pode se alinhar a “isso”. A partir deste excerto podemos observar mais claramente um padrão narrativo contido no discurso da entrevistada. Ela sempre conta uma história ou um relato, seguido de uma forte avaliação e que culmina em uma coda, também avaliativa, que traz uma moral para o presente, inocentando o marido. Esse padrão se repetirá em outros excertos.

A seguir, Sílvia tenta romper aquele paradoxo do estupro já mencionado no excerto anterior. Ela se constrói sob uma “luz favorável” ao querer desconstruir, resgatando a sua face, uma possível identidade contraditória que pode tornar seu *self* desacreditado perante mim: “...JAMAIS EU- sendo Vítima eu VOU: luTA:R pela uma pessoa que é acusada de estupro” (linhas 114-6). Esse discurso da entrevistada trabalha a favor da manutenção do ritual da interação. Além disso, Sílvia muda o enquadre do evento e promove uma mudança de *footing* ao reclamar para si uma tentativa de se desvincular da imagem paradoxal formada: o papel de uma vítima de estupro que defende uma pessoa acusada do mesmo crime. Ela, então, enfatiza mais uma vez sua autoridade no tema para dar credibilidade a isso: “eu fui vítima então eu sei discernir muito bem quando a pessoa faz ou não faz. (.) isso...” (linhas 116-8).

Entretanto, ao dizer que jamais lutaria por alguém **acusado de estupro**, Sílvia constrói um paradoxo mais “direto” em sua fala já que incorre em uma contradição. Afinal, João talvez até não seja estuprador, mas foi sim acusado de estupro.

4.5.1 Sistema de coerência e aspectos interacionais

Percebe-se nos argumentos da narradora que ela constrói uma generalização no que diz respeito ao comportamento de um estuprador, baseada em sua própria experiência: “estuprador faz horro:res” (linha 104). Nesse caso, trata-se de uma formulação argumentativa proveniente de um raciocínio indutivo, ou seja, a partir de uma experiência particular forma-se uma conclusão generalizada. Esse tipo de raciocínio é recorrente em outras relações silogísticas formadas neste capítulo.

Nas linhas 108, 110 e 111, respectivamente, Sílvia constrói uma relação de causa e efeito que ampara a causalidade adequada que justifica sua crença no não-alinhamento de João com um estuprador: “(...) continua com essa dor(...)uma coisa que:- VEIO violenta é por isso que eu não acredito que ELE seja Isso”. Essa relação faz também alusão à estratégia discursiva de *temporal depth*, retomando o mesmo raciocínio da análise do excerto anterior, reconstruindo a experiência passada com mais recursos avaliativos para validar a inocência do marido.

Dialogando, ainda, com os estudos de Goffman sobre a elaboração da face, Sílvia parece se empenhar nos dois pontos de vista ditos pelo sociólogo: a orientação protetora, aqui mantida primariamente, pois ela protege a face do marido; e a orientação defensiva, no momento em que ela tenta desconstruir o paradoxo da mulher estuprada que defende um homem acusado de estupro. A entrevistada parece reconhecer a estranheza que causaria a constatação da veracidade desse paradoxo e tenta desconstruí-lo, mas com bases argumentativas novamente frágeis, apoiadas apenas na confiança de sua autoridade, reivindicada pela sua experiência, em julgar o assunto.

Com isso, pensa-se na 3ª relação silogística de causalidade nesta análise:

*Sílvia foi vítima de estupro;
ela jamais lutaria por alguém acusado de estupro;
logo, ele não é estuprador.*

4.6

A construção de um embate de perfis - um reflexo da própria experiência

No excerto 6, Sílvia e eu continuamos a coconstruir a orientação para o episódio de estupro de que ela foi vítima.

Excerto 6 – “A pessoa não é normal cem por cento”

- 118 **Natália** Você tinha quantos anos quando aconteceu isso?
 119 **Sílvia** Quando aconteceu o estupro comigo eu tinha-
 120 dezanove pra vinte anos por aí:?[eu era muito no:va]
 121 **Natália** [nova né]
 122 **Sílvia** entendeu?
 123 **Natália** Você era vir:gem?
 124 **Sílvia** E:hhra minha filha porque naquele tempo a ignorância
 125 era muito grande né eu fui criada pelos meus pais
 126 então fui criada num regime muito fecha:do entendeu?
 127 onde se:-minha mãe falava pra mim que se perde:sse,
 128 Virgem Maria virava as costas. Hhh né? [antigamente-]
 129 **Natália** É hhh [aí cresce acreditando.]
 130 **Sílvia** É antigamente tinha muito esses precei:tos né? então
 131 quer dizer pra mim foi uma do:r uma marca muito
 132 gran:de então eu vivi no meu mundo fechado eu vivi:
 133 praticamente dez anos da minha vida parado eu me
 134 renunciei né
 135 **Natália** Você se sentiu culPAda pelo que aconteceu?
 136 **Sílvia** É eu me senti-é-se-quando você sofre um estu:pro você
 137 se sente SU:ja, você se sente como é que eu vou falar
 138 desmotiVA:da né? você tem muito no::jo, você te::m

139 MEdo de outros homens até pessoas da sua famí::lia
 140 **Natália** Vergo:nha
 141 **Sílvia** verGO:nha entendeu? é um MONte de sentimento
 142 misturado e o que eu estranhei da:: da filha DE:le
 143 foi porque: no relato dela relatar lá perante o
 144 jui::z né ela relatar que QUANdo ela entregou o PA:I
 145 ela tirou um PE:so da consciência dela. E quando você
 146 se-f-é:: ela não precisou fazer exame psicológico e
 147 quando você sofre um estu:pro pelo <resto da vida
 148 você tem que fazer um exame psicológico> porque p-hh
 149 você nunca a pessoa não é normal cem por cen:to.

Nas linhas 118-120, nós co-construímos uma orientação ainda sobre a narrativa do estupro: com qual idade Sílvia sofreu o abuso. Diante da avaliação também co-construída nas linhas 120-1, sobre Sílvia ser muito nova na época do evento, trago à tona uma nova orientação, dessa vez a respeito da virgindade dela. À confirmação de que Sílvia era virgem quando foi abusada, peço a atenção do leitor, uma vez que essa informação possibilita a inferência de um sistema de coerência específico de que Sílvia se utiliza ao formar uma causalidade emergente em outro excerto, que analisarei mais adiante.

Ao me responder, então, Sílvia narra uma pequena história, da linha 124 a 128, marcada por algumas características narrativas descritas por Labov. O padrão narrativo, como já visto anteriormente, parece se manter: pequenas narrativas representadas por sequências de ações verbais recorrentes no passado e que trabalham a favor de uma coda conclusiva, no presente, remetendo à inocência do marido.

O “porque” no início da resposta de Sílvia, na linha 124, E:hhrá minha filha **porque...**, é um item lexical que já remete a uma explicação, uma justificativa. Nos dias atuais, uma mulher de dezenove anos que ainda se mantenha virgem talvez seja alvo de sanções sociais. Essa pequena narrativa (linhas 124-8) parece funcionar como um ponto argumentativo para duas justificativas na vida de Sílvia: a primeira para explicar o porquê, em uma época mais atual, uma jovem mulher de dezenove anos ainda é virgem, fato que ela justifica avaliando a educação recebida pelos pais; a segunda, para construir, a partir dessa educação que ela recebeu, um sofrimento ainda mais acentuado por ter sido estuprada ainda virgem, como disposto nas linhas 130-134.

Mais uma vez, a narradora avalia como “antiquado” o modo de pensar dos pais: “naquele tempo a ignorância era muito grande” (linhas 124-5) e “antigamente tinha muito esses precei:tos né” (linha 130), e logo

emenda com uma expressão explicativa “então **quer dizer**”, que justifica, na crença desses preceitos, sua auto-renúncia e sua reclusão social pós-trauma (linhas 133-4). Sílvia demonstra que esses sentimentos ruins, que colaboraram para a construção de seu *self* negativo, se agravaram por achar que seus pais acreditavam que Virgem Maria virara as costas para ela.

Pergunto-lhe, diretamente, se ela se sentiu culpada pelo que aconteceu (linha 135). A omissão de um referente direto ao estupro se faz presente, talvez, para preservar a face de Sílvia e também para resguardar a minha, evitando o constrangimento e mantendo, assim, o fluxo do ritual da interação. Ela, então, começa a descrever como uma mulher se sente após sofrer um estupro através de avaliações negativas encaixadas em paralelismos enfáticos:

...se sente suja...

...se sente...desmotivada...

...você tem muito nojo...

...você tem medo...

...tem vergonha...

O principal dessa análise é perceber como Sílvia está construindo, novamente a partir de sua própria experiência, um modelo prototípico de vítima de um estupro, que vai funcionar como um contraponto ao perfil da suposta vítima, a filha de João. Nesse momento, a narradora começa a articular argumentos, sempre a partir da comparação de si mesma, através de avaliações que constroem negativamente a vítima acusadora.

A partir daqui, Sílvia parece manter sua estratégia discursiva de construir a polarização de imagens dos envolvidos na situação, porém ela alterna a pessoa a quem destina suas avaliações, passando a negatizar, em vez do estuprador personalizado por ela, a suposta vítima que acusou seu marido. Esse movimento discursivo já ocorreu no excerto 3, mas se repetirá com mais ênfase nos próximos excertos analisados.

Na linha 142, por exemplo, a entrevistada avalia o relato que a filha de João fornece ao juiz de ter tirado um peso da consciência ao acusar o pai. Sílvia avalia também o relato que ela mesma narra sobre a vítima não precisar de acompanhamento psicológico: “eu estranhei”.

Mais uma vez, Sílvia constrói seu argumento defensivo, baseando-se no reflexo de sua própria trajetória de vida, na qual ela necessitou de

acompanhamento psicológico após o estupro. Além disso, ela postula que uma vítima de estupro não mais se encaixa nos padrões gerais de normalidade, traçando um perfil espelhado, estável e fixo de uma vítima dessa natureza: “quando você sofre um estupro pelo <resto da vida você tem que fazer um exame psicológico> porque p-hh você nunca a pessoa não é normal cem por cento” (linhas 146-149).

4.6.1 Sistema de coerência e aspectos interacionais

A minha participação na interação, especialmente neste excerto, se apresenta de forma muito diretiva, contrariamente ao que geralmente acontece com um pesquisador em uma entrevista de pesquisa. Esse modo de conduzir as perguntas, recorrente em outras entrevistas, negligencia o “tato interacional”. Perguntas como: “Você era virgem?” (linha 123) e “Você se sentiu culpada pelo o que aconteceu?” (linha 135) poderiam desestabilizar o ritual da interação caso a entrevistada se sentisse com a face ameaçada. Entretanto, curiosamente, essa diretividade promoveu o aumento da simetria do meu encontro misto com essas mulheres e estimulou ainda mais a emergência de narrativas por parte delas. Com isso, nossa interação se aproximou de um “estado de conversa” (Goffman, 1980).

Conforme já visto, a narradora resgata o comportamento que ela teve como vítima, e que parece julgar inerente a todas as vítimas desse crime, e por esse comportamento não ter sido correspondido pela filha de João, Sílvia desconstrói a vitimização da acusante. A entrevistada novamente promove uma mudança de *footing* ao reverter os papéis sociais instituídos aos envolvidos. Esse movimento discursivo de Sílvia dialoga, em nível macro, com certos elementos dos discursos de descrédito a vítimas de estupro, que emergem também no próximo excerto.

O raciocínio indutivo, dessa vez baseado em sua própria necessidade de acompanhamento psicológico, novamente, parece dominar os padrões da construção de causalidades de que a entrevistada se apropria ao formular a defesa do marido. Entretanto, esse raciocínio indutivo representa, no discurso de Sílvia, a generalização do evento baseado em uma ocorrência só (a *enumeração imperfeita* novamente comparece). Ou seja, ela resgata sua própria experiência, utilizando argumentos de nível particular, outorgando-se autoridade sobre o assunto e não só

direciona suas auto-observações ao episódio exposto como as generaliza a outros casos: “quando você sofre um estupro...” (linhas 146-7).

Partimos, então, para a 4ª relação silogística formulada nos argumentos de Sílvia em nossas análises, mas que difere um pouco das outras por se relacionar diretamente à acusante, a filha de João, inocentando, então, indiretamente o marido:

*Quem sofre um estupro precisa de acompanhamento psicológico;
a filha dele não precisou;
logo, ela não foi estuprada.*

4.7

Avaliações positivas, pequenas histórias e relatos de testemunho

A entrevista com Sílvia prossegue, dessa vez encaminhando novos elementos para sustentar a crença da entrevistada na inocência do marido preso.

Excerto 7 – “Ele é uma pessoa inocente”

- 150 **Natália** Entendi então você acredita na inocência dele.
 151 **Sílvia** AH eu acredito na inocência dele. ele é uma pessoa
 152 inocen:te ele convive com a minha famí:lia
 153 entendeu? com a minha família a minha família é uma
 154 família muito grande rodeada por mulhe:r ninguém
 155 pelo contrário ninguém NUNca reclamou d-de:le todo
 156 mundo só fala bem dele e SOfre por ele estar aí a
 157 minha família sofre MUIto por ele estar aí sente
 158 muito a falta de:le? entendeu? ele é uma pessoa
 159 muito querida ele não é isso não? não é isso não
 160 porque-um perfil de um estuproado::r eu:-penso assim
 161 como ele i:-ia fazer-ia fazer isso com a FI:lha
 162 (.)e não ia fazer isso com a entea:da. se ele tinha
 163 uma menina que ele tinha adota:do[ele-]
 164 **Natália** [ah ele adotou] uma menina
 165 **Sílvia** Adotou uma menina ele ia poupa:r a Filha ele ia
 166 poupar a filha e ia pegar a enteada né?
 167 **Natália** É?
 168 **Sílvia** E no corpo delito dela não deu a única coisa que
 169 deu que na época ela não era mais vir:gem mas ela
 170 tinha um namorado que ela dormia com esse namorado.
 171 **Natália** Quantos anos tem essa enteada dele.
 172 **Sílvia** A enteada dele agora tá com que. tá com vinte e
 173 quatro anos ou vinte e cinco anos por aí
 174 **Natália** Uhum aí é só essas duas meni:nas.
 175 **Sílvia** Essa menina e um Filho
 176 **Natália** Ele tem outro homem
 177 **Sílvia** Tem um fi:lho que no filho dele rela:ta que essa
 178 menina ficou dois dias sumida e o pai procurando

- 179 junto com o ti:o? e que essa menina foi encontra:da
 180 na casa do namora:do né
 181 **Natália** Essa que acusou ele.
 182 **Sílvia** Essa que acusou ele? inclusive na:: nos reLAtos que
 183 tem que eu acompanho TU:do fa:la o menino fa:la que
 184 o pai não fez isso com e:la entendeu? porque ela já
 185 era uma menina que se envolvia com outros garo:tos
 186 **Natália** Entendi
 187 **Sílvia** entendeu? já era uma menina que tinha a vida ativa
 188 né sexualmente.

Neste excerto, a minha participação também é fundamental na construção discursiva da inocência, pois ao instigar a entrevistada a afirmar sua opinião sobre a inocência do marido anteriormente discorrida nos excertos, promovo na interação uma maior objetividade fornecida pelo uso da palavra “inocente” (linha 152) pela entrevistada, até então não mencionada no discurso dela. Estimulo também a emergência de mais narrativas que funcionam como causalidades, mais uma vez, construídas através de pequenas histórias. Este excerto é composto por quatro pequenas narrativas que carregam muitos recursos avaliativos. Descrevo-as a seguir:

A primeira segue o relato vicário da linha 152 “ele convive com a minha famí:lia”. Caracterizada por ações verbais no passado, a narrativa da família de Sílvia, que vai da linha 152 até a 159, tem como função construir a relação positiva que o marido mantinha com seus familiares. Apesar de alguns verbos se apresentarem no presente, eles denotam ações verbais contínuas que marcam um processo sentimental habitual desde a prisão de João: “minha família sofre MUIto por ele estar aí sente muito a falta de:le” (linhas 157-8).

Sílvia avalia sua família, através dos quantificadores “muito grande” e “rodeada por mulher”, na linha 154. Ao dizer que a família é constituída por muitas mulheres e que ninguém “nunca reclamou” de João, a narradora constrói o marido como um homem respeitoso, que não se alinha a um homem que mantenha comportamentos abusivos, ou seja, não condiz com o perfil de um estuprador, que, segundo ela conta anteriormente, observa e mantém olhares maldosos sobre a mulher desejada. Ao mesmo tempo, Sílvia constrói a imagem da mulher como a figura que mantém a qualificação social de julgar e distinguir características sociais típicas de um homem.

Nota-se também a tentativa de Sílvia em trazer à interação recursos avaliativos que representem a afetividade que João cativou na família dela, demonstrando que esse afeto não parte somente da entrevistada. Isso fornece,

através da construção dessa dimensão do acolhimento familiar para com João, maior credibilidade ao fato de ele ser querido. Para isso, ao contar como a família reage à atual situação carcerária do marido, ela lança mão de termos intensificadores que realçam não só a ação dos familiares, mas também a avaliação positiva direcionada a ele: “a minha família **sofre MUITO** por ele estar aí **sente muito** a **falta** de:le? entendeu? ele é uma pessoa **muito querida...**”(linhas 156-8). Aqui vemos a presença de uma causalidade: uma pessoa respeitosa e muito querida por todos da família, formada em sua maioria por mulheres, não pode ser um estuprador. Afinal, um estuprador não é querido.

Na linha 159, percebe-se que o padrão narrativo que ela utiliza, já comentado anteriormente, comparece novamente. A coda avaliativa “**ele não é isso não**” retoma, após a avaliação encaixada de ele ser querido, o presente que mais uma vez inocenta João. Após essa coda, temos a segunda pequena narrativa, dessa vez vicária sobre o marido, com verbos na 3ª pessoa, das linhas 160 a 166.

Nas linhas 162-3, “**ele tinha** uma menina que **ele tinha adota:do** [ele]”, Sílvia constrói para mim uma orientação vicária em relação a João ter adotado uma menina. Essa orientação atende à necessidade de formar a coerência para o seu argumento anterior: “como **ele i:-ia fazer-ia fazer** isso com a FI:lha (.)e não **ia fazer isso** com a entea:da” (linhas 160-2). O modo como ela conta essa pequena narrativa vicária dialoga com que Georgakopoulou (2007 apud Flannery, 2015) analisa em algumas pequenas histórias que não são constituídas por “narrativas de ações no passado, mas de projeções ou de ações hipotéticas” (p.82). É exatamente o que Sílvia faz, ela formula ações hipotéticas (ia poupar a filha/ ia pegar a enteada), mesmo envolvendo uma terceira pessoa, que parecem representar para ela um valor de verdade que desvincula João da agência do ato criminoso.

Essa pequena narrativa é, aparentemente, uma opinião da narradora e funciona como mais uma causa, marcada pelo termo causal “porque”, da linha 159, de João não se alinhar ao perfil de um estuprador. A esse perfil, Sílvia deposita mais uma característica. Através da pré-sequência “eu penso assim” (linha 160), Sílvia *anima* seu próprio pensamento, sendo, dessa vez, *autora e responsável* pelo o que está sendo dito e traz explicitamente para o plano individual a construção da nova causalidade emergente.

Da linha 168 a 170, temos a terceira pequena narrativa, também vicária, a respeito da acusante, com presença de ações verbais no passado. Essa narrativa marca a construção de outra causalidade, que explorarei na próxima subseção: “E no corpo delito dela não **deu** a única coisa que **deu** que na época ela não **era** mais vir:gem mas ela **tinha** um namorado que ela **dormia** com esse namorado” (linhas 168-170)

Se o corpo delito constata que ela não era mais virgem, isso poderia ser um indício de que a acusante realmente fora estuprada, “**mas** ela tinha um namorado” e dormia com ele. O uso da conjunção adversativa *mas* é fundamental para Sílvia criar a ênfase na causalidade de a filha de João não ser mais virgem: não por ela ter sido estuprada, mas sim porque ela já mantinha relações sexuais com o namorado.

As linhas 171 até a 176 funcionam como orientação a respeito da idade e da quantidade dos filhos de João, incluindo sua enteada. Nessa orientação, Sílvia informa que João tem um filho e *anima*, na interação, a quarta e última pequena narrativa deste excerto, também vicária, a respeito do depoimento desse filho sobre o caso, nas linhas 177 a 180.

É interessante observarmos como a narradora, ao animar o relato do rapaz, constrói essas sequências de elocuições narrativas de forma fidedigna a um formato de produção genuíno de um depoimento transcrito em um registro de ocorrência policial: “...relata **que**:

essa menina ficou dois dias sumida e
o pai procurando junto com o tio
e **que essa menina** foi encontrada na casa do namorado..”

Sílvia recorre à estratégia de trazer o diálogo construído ao discurso a fim de dar credibilidade às causalidades formadas. Animando o relato do testemunho do filho de João, ela tenta demonstrar a veracidade do seu argumento de que a acusante não era mais virgem por conta de sua livre e espontânea vontade e não por consequência de um ato violento como um estupro.

Na linha 182, ela continua então essa animação: “nos reLAtos que tem que eu acompanho TU:do o menino fala...” (linhas 182-3). Sílvia parece fazer questão de construir a avaliação encaixada “eu acompanho tudo” para informar sua autoridade e competência em animar esses relatos. Uma vez instaurada essa autoridade, ela parece não mais se engajar na reprodução do formato de um registro policial, reportando o depoimento mais informalmente. A

narrativa “o menino fa:la que o pai não fez isso com e:la...porque ela já era uma menina que se envolvia com outros garo:tos (linhas 184-5)...já era uma menina que tinha a vida ativa né sexualmente” (linhas 187-188) repete e confirma o conteúdo do depoimento do filho de João, sustentando a mesma causalidade da inocência criada pela entrevistada na terceira pequena narrativa, anterior a essa.

4.7.1

Causalidade, sistema de coerência e aspectos interacionais

A narradora parece operar com um sistema de coerência baseado no senso comum de que estupradores dão preferência a parentes ou pessoas que não sejam consanguíneos deles: “ele ia poupar a filha e ia pegar a enteada né?” (linhas 165-6). O “né” no final da fala parece fornecer um tom de obviedade no que está sendo proposto no discurso da entrevistada: estupradores não agem com parentes consanguíneos havendo outra opção. Ao projetar essa ideia, ela aparenta não levar em consideração elementos psicossociais que podem influenciar um sujeito a tomar atitudes como essas, simplificando como única fonte norteadora para um abuso sexual a “opção agentiva”.

Além disso, ao mudar o enquadre do crime, em que a vítima passa a ser uma enteada, ela banaliza a infração ao tratar dessa opção de escolha de vítima como um padrão de normalidade. A minha reação: “é?”, na linha 167, é uma mistura de pergunta com surpresa diante de tal argumento, que nos leva a 5ª relação silogística de causalidade:

*Estupradores não agem contra parentes consanguíneos se houver outra opção;
João tinha uma enteada que não foi estuprada;
logo, ele não estuprou a filha.*

Sílvia costura todas essas pequenas narrativas descritas neste excerto para construir argumentos que trabalham para um único objetivo: criar a persuasão adequada ao ouvinte para a inocência do marido, construindo a imagem positiva dele, protegendo a sua face e mantendo-o “sob uma luz favorável”. Em contrapartida, ela volta a fazer a polarização de imagens do “outro”, construindo uma imagem negativa da acusante e ameaçando a face dela ao expor sua vida íntima sexual.

Mais uma vez, essa polarização de imagens dos “outros” acarreta uma mudança de *footing*, ou seja, a desconstrução do papel de vítima desempenhado pela acusante: “E no corpo delito dela não deu a única coisa que deu que na época ela não era mais virgem mas ela tinha um namorado que ela dormia com esse namorado” (linhas 168-170). A narradora recorre a pequenas narrativas para elaborar um ponto argumentativo que justifique seu discurso inocentador pelo descrédito da vítima. O evento que Sílvia narra sobre a acusante não ser mais virgem, e já ser sexualmente ativa na época do acontecido, dialoga, como já mencionado, com discursos de descréditos a vítimas de estupro, especificamente com um certo discurso do senso comum segundo o qual uma mulher “promíscua” não pode ser ou não é escolhida para ser estuprada. Sílvia usa o fato de a filha de João ser sexualmente ativa como uma maneira de desqualificá-la.

E aqui relembro a orientação ressaltada no excerto 6 de que Sílvia era virgem quando foi estuprada. A partir dessa orientação e baseado nos argumentos deste excerto, ela faz uma analogia a sua própria experiência e constrói mais uma causalidade que compõe seu sistema de coerência: estupradores só agem contra mulheres virgens. Para reforçar esse discurso, ela utiliza o diálogo construído do relato de testemunho do filho de João que se articula e opera sob esse mesmo sistema de crença: “...o **menino** **fa:la** que o **pai** não **fez** isso com e:la **porque** (...) já era uma **menina** que **tinha** a vida ativa né sexualmente”. Novamente, a partir de um raciocínio indutivo, depreende-se outro silogismo, constituindo a nossa 6ª relação silogística, também diretamente relacionada à acusante:

*Estupradores só “atacam” mulheres virgens;
a filha dele não era mais virgem;
logo, ela não foi estuprada.*

4.8

Construção discursiva da inocência em três movimentos narrativos

No 8º e último excerto de análise da entrevista com Sílvia, alinhando-me com o discurso defensor que a entrevistada empreendeu até aqui, levanto a hipótese de João ser realmente culpado. Essa hipótese, que retoma e confirma o modo diretivo com que entrevisto Sílvia, poderia ter ameaçado sua face,

entretanto, mais uma vez, a entrevistada coopera para a simetria da interação, criando ainda mais causalidades.

Excerto 8: “Motivação da fé”

- 189 **Natália** Vamos supor assim só:: uma hipótese é: diga:mos que
 190 <sei lá> ele seja culpado você descobre depoi:s qual
 191 seria sua reação você voltari:a:
 192 **Sílvia** A minha reação é amar ele do mesmo jeito? eu acho que
 193 o amor não muda:va mas isso aí: é a consciência de:le
 194 acho que é a consciência de cada um eu não acredito?
 195 que ele seja culpa:do. né? porque ele é uma pessoa
 196 muito verdadei:ra tudo que ele faz ele fa:la né e ele
 197 nã::o não fez isso? né e eu acho que: a motivação da
 198 fé é muito lin:da porque nada fica escondido dos
 199 olhos de Deus né? TUdo é revela:do o oCULto é
 200 revelado e:: todas assim pessoas que são usadas por
 201 Deus pessoas que:-de espiritualidade que vem falar
 202 comi:go fa:la porque ele não É culpa:do ele NÃO fez
 203 isso entendeu?
 204 **Natália** Dá pra ver pelo jeito dele né.
 205 **Sílvia** Dá pra ver? o caráter de:le, a motivação de:le que a
 206 mesma firmeza-quando uma pessoa tem uma deformação de
 207 caráter de mentira essas coi:sas que fala que não
 208 fe:z não adian:ta porque a pesso:a acaba ch-acaba se
 209 entregan:do né? chega um momen:to que a pessoa não
 210 consegue manter aquilo até o final e: DESde que ele
 211 entrou no sistema penitenciá:rio <a mesma coisa que
 212 ele fala no início da prisão dele> na PoLINter²² pra
 213 mi:m ele continua a mesma coisa tanto pra mim quanto
 214 pro advogado tanto o próprio advogado falou pra mim
 215 que ac-acredita na inocência dele

Nas linhas 189-190, “Vamos supor assim só:: uma hipótese é: diga:mos que <sei lá>”, percebem-se hesitações e prolongamentos em minha fala que representam, conforme já se disse, a tentativa de não ameaçar a face de Sílvia e manter o tato interacional diante de uma hipótese contrária ao que, até aqui, ela defendeu plenamente. A minha ênfase em construir minha pergunta como uma hipótese, criando um distanciamento entre uma suposta descrença, confirma essa proteção da face que empreendo na interação. Georgakopoulou (2007) apud Flannery (2015), de acordo com o mencionado no excerto anterior, diz que algumas pequenas histórias não constituem ações no passado, mas projeções de imagens pessoais em ações hipotéticas (p.84). Analogamente, Sílvia constrói, a partir de minha contribuição na interação, uma pequena narrativa que conta sua reação diante dessa hipótese, proposta por mim, relativa a uma possível

²² Polinter – Polícia interestadual. Esse órgão funciona como um elo entre a Polícia Civil e a SEAP e é responsável pela captura e encaminhamento do preso sob custódia do Estado.

culpa de João: “A minha reação **é** amar ele do mesmo jeito? eu **acho** que o amor não **muda:va**” (linhas 192-193). Logo após narrar isso, Sílvia emenda uma avaliação externa “mas isso aí: é a consciência de:le acho que é a consciência de cada um” (linhas 193-4).

É interessante observarmos aqui como emerge novamente o paradoxo da mulher estuprada que defende alguém acusado de estupro. Mesmo diante da hipótese de ele realmente ter cometido o crime, Sílvia diz que o amaria do mesmo jeito e transporta a responsabilidade da infração às questões de conscientização do indivíduo. Ela imediatamente trabalha para reverter a possível concretude desse paradoxo, protegendo sua face e consequentemente a de João: “eu não acredito? que ele seja culpa:do. né? **porque...**” (linhas 194-5), e ao construir novas causalidades, retoma as mesmas estratégias discursivas de avaliá-lo positivamente, utilizadas em excertos anteriores.

Neste excerto, Sílvia narra três pequenas narrativas mínimas, ou seja, três momentos narrativos, que apresentam um ponto em comum na construção da inocência. A primeira vai da linha 197 a 203 e começa com a avaliação encaixada de Sílvia sobre elementos que envolvem a motivação da fé: **...muito linda, ...nada** fica **escondido** dos olhos de Deus, **...Tudo** é **revela:do...** (linhas 197-199). O par antitético avaliativo *tudo x nada* colabora na ênfase aos extremos promovidos pela fé e pela ação de Deus nas revelações do oculto. Desse modo, Sílvia fundamenta seu argumento inocentador com a ação divina.

A entrevistada resgata outra estratégia discursiva já utilizada anteriormente, a voz de autoridade de quem compartilha dessa mesma crença religiosa. A avaliação da fé sustenta a pequena narrativa que Sílvia conta logo a seguir: “todas assim **pessoas** que são **usadas por Deus** pessoas que:-de **espiritualidade** que vem falar comi:go fa:la **porque ele não É culpa:do ele NÃO fez isso entendeu?**” (linhas 200-202). Essa última frase “ele NÃO fez isso” representa a *coda avaliativa* que mais uma vez retoma o presente que pontua a inocência de João.

Percebe-se que ao fazer uma construção passiva “usadas por Deus”, ao *animar* o discurso das pessoas de seu convívio religioso, Sílvia constrói uma personificação divina nessas pessoas, como se elas fossem escolhidas por Deus para representar suas ações, estando, assim, aptas a transmitir mensagens verdadeiras. Essa construção do divino e do *espiritualizado* transporta ainda mais

validade às suas palavras e reforçam a autoridade das vozes dessas pessoas citadas.

Outra estratégia argumentativa que a narradora retoma é a de construir João positivamente através de avaliações encaixadas. Destaco a utilização de termos intensificadores que realçam esse tipo de avaliação: “ele é uma pessoa **muito verdadei:ra tudo** que ele **faz** ele **fa:la**” (linhas 195-6); “Dá pra ver? o **caráter** de:le, a **motivação** de:le que a mesma firmeza...” (linhas 205-206). Ao manter novamente João sob uma luz favorável, ela parece ter a necessidade de justificar essa avaliação construindo outra pequena narrativa vicária, iniciada na linha 206, “que a mesma firmeza...”.

Essa é a segunda pequena narrativa deste excerto, que vai da linha 206 a 210, e se enquadra mais nos moldes de um relato hipotético, característica típica de pequenas histórias, do que de uma narrativa propriamente dita. Essa análise foi proporcionada pelos seguintes termos destacados:

quando uma pessoa (personagem e tempo hipotéticos)

tem (verbo no presente) uma deformação de **cará:ter** de mentira essas **coi:sas**

que **fala** que não **fe:z** não **adian:ta** porque (verbos no presente)

a pesso:a (personagem hipotético) acaba **ch-acaba se entregan:do** né?

chega um momen:to (tempo hipotético) que **a pessoa** (personagem hipotético) não **consegue manter** (verbo no presente) aquilo até o final...”

Nota-se que ao usar um personagem para sua hipótese, Sílvia “impessoaliza” esse personagem, bem como suas ações verbais, fatores que caracterizam um relato hipotético. Essa suposição, entretanto, parece ser construída como uma máxima universal, formada por proposições que sustentam um raciocínio dedutivo, ou seja, generalizado (“quando uma pessoa...”). Além disso, funciona como uma parábola, uma vez que fornece um conteúdo moral do comportamento humano e que, analogamente, sustenta a pequena narrativa vicária sobre o comportamento íntegro de João narrado a seguir pela entrevistada: o terceiro e último momento narrativo, da linha 210 a 214.

Em “Ele continua a mesma coisa (analogia à parábola/máxima universal) tanto pra mim quanto pro advogado...”, Sílvia constrói uma avaliação ampla sobre o comportamento do marido que confirma a máxima defendida por ela, alinhando João às pessoas que não possuem desvio de caráter.

A entrevistada utiliza, novamente, a mesma estratégia utilizada em algumas linhas acima, animando outro testemunho de autoridade: “tanto o próprio advogado falou pra mim que **ac-acredita na inocência dele**” (linhas 204-5). Ao utilizar o “próprio advogado”, a narradora parece querer desvincular de seu papel de esposa a possível única fonte de defesa do marido, fornecendo credibilidade a seus argumentos ao reportar outra voz em seu discurso.

4.8.1

Sistema de Coerência: causalidades místicas

Neste excerto, podemos analisar como Sílvia mantém a estratégia discursiva de construir o marido positivamente, caracterizando-o como alguém que não mente e que possui um bom caráter, avaliações que não correspondem a um perfil de criminoso. Ressalta-se aqui novamente o alinhamento aos estudos de Linde (1993) sobre crenças de senso-comum, em que a autora considera que essas crenças são versões populares de certos sistemas de conhecimento social provenientes, por exemplo, da Psicanálise de Freud, do Marxismo e da religião.

É possível observar como a formação discursiva fundamentada basicamente em simplificações da psicologia pode estar influenciando o discurso de Sílvia na construção de uma verdade universal que abrange aspectos relativos à observação comportamental de João. Observa-se, também, como a religião comparece nos argumentos da entrevistada para a construção de causalidades que justificam a inocência do marido através, dessa vez, de avaliações muito específicas que envolvem questões de fé e do divino.

Essas formações discursivas operam a favor de um sistema de crenças de senso-comum de cunho religioso, ou seja, ele é inocente porque conseguiu se manter até hoje sob as condições carcerárias sem confessar o crime, e mesmo que não o fosse, Deus já teria revelado a verdade. Diante da análise deste último excerto, depreendemos, então, as duas últimas, a 7ª e 8ª relações silogísticas de causalidade:

*Tudo é revelado diante de Deus;
João ainda não foi revelado culpado;
logo, ele é inocente;*

e

*Quem tem deformação de caráter acaba se entregando;
João tem bom caráter e ainda não se entregou;
logo, ele é inocente.*

4.9

Conclusões do capítulo

Analisei neste capítulo, a partir das narrativas emergentes na entrevista com Sílvia, as principais características dos enunciados construídos por ela na interação e as estratégias discursivas formadoras de causalidades que sustentam seu discurso inocentador direcionado ao marido preso, quais foram, basicamente:

- A nulidade da agentividade do marido na construção passiva: “meu marido **foi acusado** de estupro”;
- A narração de pequenas histórias/relatos pessoais e vicários que funcionam como pontos argumentativos que justificam a inocência;
- O uso da proteção da “face mútua indireta”: recursos lexicais avaliativos que denotam traços característicos do marido, construindo-o sempre positivamente;
- A construção, a partir de avaliações, de um perfil de um estuprador, criando um embate entre o perfil de João;
- A culpabilização da vítima, construindo-a negativamente, também a partir de avaliações;
- Polarização de cunho avaliativo dessas imagens construídas dos “outros” que cria uma consequente reversão de papéis de vítima e acusado:

(estuprador)/	(suposta vítima)	(acusado)
(-)	_____	(+)

- A *animação* de vozes (diálogo construído/discurso reportado) de terceiros (testemunho de autoridade e relatos de testemunho) que, para ela, não só confirmam a inocência do marido, como também trazem autenticidade ao seu próprio discurso inocentador;
- A recapitulação de sua própria experiência de estupro como instanciamento de padrões de normalidade que trabalham na comparação de si mesma com a suposta vítima.

Chama atenção nesta análise a percepção de como Sílvia constrói, a partir de sua própria experiência, modelos prototípicos de estuprador e de vítima de um estupro, os quais ela usa na formação de um contraponto dos perfis de seu marido e da suposta vítima, revertendo os papéis ora exercidos e reenquadrando a situação: o acusado é a vítima e a vítima é culpada. Essa estratégia ampara todas as outras e se torna o “carro-chefe” do discurso que Sílvia articula na legitimação da inocência do marido.

Abaixo, seguem as tabelas contrastivas dos perfis que a narradora traça ao longo da entrevista:

Tabela 1: Construção de perfis - um embate identitário

Perfil do estuprador	Perfil do marido
Agressivo	Pacífico e bem quisto
Não age contra parentes consanguíneos	Tem uma enteada que não foi estuprada
Só “ataca” mulheres virgens	A filha já era sexualmente ativa antes de supostamente ser estuprada
Cobiça outras mulheres; não é digno de respeito	É querido pela família dela; respeitoso com as mulheres
Traumatiza e causa dor	Trouxe “vida” e luz à Sílvia

Tabela 2: Um espelhamento da própria experiência

Perfil de uma vítima de estupro (espelhada em si mesma)	Perfil da vítima/acusante (filha de João)
Se sente suja e desmotivada; tem dificuldades para se relacionar com homens	Tinha namorado; já mantinha relações com outros garotos
Precisa de acompanhamento psicológico	Não precisou de acompanhamento psicológico

Sílvia se utiliza de sua experiência pessoal para criar um modelo de normalidade que não comparece na acusação que envolve o marido. Reforço aqui a importância das narrativas na elaboração do ponto principal da entrevista. Algumas causalidades que a entrevistada forma para inocentar João partem de um raciocínio indutivo (do particular para o geral), baseado em uma observação

sumária de um caso só: a própria experiência dela. Esse tipo de raciocínio faz com que a entrevistada produza premissas que assumem valores universais, de natureza dedutiva. Através dessa atividade discursiva de inocentação, Sílvia constrói um “desenquadre” do paradoxo formado *a priori*: uma mulher estuprada defende um homem acusado de estupro.

Uma das causalidades mais marcantes nesta análise ficou por conta da banalização que a entrevistada cria a um estupro que não seja cometido com parentes consanguíneos. Esse e todos os tipos de causalidade emergentes no discurso de Sílvia nos leva a concluir como essas relações são frágeis e sempre apoiadas em/na:

- sistema de crenças de senso comum;
- crenças muito ingênuas em autoridades (como pessoas religiosas, advogado, policiais e o filho do acusado) ;
- construção de perfis muito maniqueístas (bom x mau).

Recapitulo aqui as oito relações silogísticas de causalidade formadas a partir desta análise:

1ª- Estuprador tem perfil agressivo; João não se alinha a esse perfil; logo, ele não é estuprador.

2ª- Estuprador causa dor; João trouxe “vida” e amor; logo, ele não é estuprador.

3ª- Sílvia foi vítima de estupro; ela jamais lutaria por alguém acusado de estupro; logo, ele não é estuprador.

4ª- Quem sofre um estupro precisa de acompanhamento psicológico; a filha dele não precisou; logo, ela não foi estuprada.

5ª- Estupradores não agem contra parentes consanguíneos se houver outra opção; João tinha uma enteada que não foi estuprada; logo, ele não estuprou a filha.

6ª- Estupradores só “atacam” mulheres virgens; a filha dele não era mais virgem; logo, ela não foi estuprada.

7ª- Tudo é revelado diante de Deus; João ainda não foi revelado culpado; logo, ele é inocente.

8ª- Quem tem deformação de caráter acaba se entregando; João tem bom caráter e ainda não se entregou; logo, ele é inocente.

Essas relações de causalidade são constituídas, repito, a partir de crenças de senso comum instanciadas pelo discurso de Sílvia. Para facilitar a percepção de quão fracos revelam-se esses argumentos, imaginemos que o advogado de defesa de João utilizasse-os em seu julgamento. Certamente nenhum juiz absolveria o réu. Talvez seja relevante pensarmos se esse sistema de coerência é compartilhado pela maioria das pessoas que não estão submetidas às mesmas condições de vida não só de Sílvia, mas de todas as mulheres frequentadoras do Sistema Prisional.

Isso nos leva a algumas implicações: como é grave e preocupante ter, hoje em dia, uma mulher que reproduz discursos do senso comum provenientes da cultura do machismo e do estupro. Esses discursos são tão presentes na sociedade que são reproduzidos até por mulheres que são vítimas deles e que as fazem pensar (ou pelo menos a reproduzir dessa forma) o estupro de forma achatada e prototípica. Sílvia, por exemplo, por considerar a imagem fantasiosa do “estranho mau”, parece não identificar como estupro as violências cotidianas que atravessam o âmbito familiar, sejam com parentes consanguíneos ou não. Esse pensamento e a construção negativa da vítima pela entrevistada representam a reprodução desses discursos do senso comum ao partir de uma mulher que foi vítima do mesmo crime e que alimenta um paradoxo maior: uma vítima de estupro que reforça a culpabilização de outra vítima, ou seja, uma mulher que culpabiliza a própria mulher em defesa do acusado, o que não possibilita a ela ser empática com as questões de gênero envolvidas na situação.

5

“Olha aí, é o meu guri”: a regra de três em um encontro misto com Neide, Glauce e Juliana

“O que que me revolta aí? O que me revolta aí é a demora de entrar, é as pessoas mal encaradas, te olham de rabo de olho e não te trata bem entendeu? Não trata a gente bem, pensam que a gente é mãe de bandido entendeu? Me revolta isso, trata a gente mal, revista as coisas da gente que nem bicho, joga o detector na bolsa da gente que nem bicho, a gente traz a comida bonitinha faz mó bagunça, isso aí me revolta...”

Trecho extraído da entrevista com Neide (adaptado sem recursos de transcrição)

“...você tem que abaixar a cabeça, tudo aqui você abaixa a cabeça (...) uma pessoa não ser tão humilhada que as mulheres não precisam ser humilhadas, as mães não precisam ser humilhadas aí dentro...”

Trecho extraído da entrevista com Glauce (adaptado sem recursos de transcrição)

“Muito sofrimento, muitas vezes, muita gente, somos tratadas que nem cachorro que nem lixão a verdade é essa...as visitas, passamos por um bom pedaço, mas é confiar em Deus, é Deus mesmo e que vai dar tudo certo e lutar”

Trecho extraído da entrevista com Juliana (adaptado sem recursos de transcrição)

Por ter sido a entrevista com Sílvia a mais significativa dos dados de análise e mais complexa de todas as entrevistas, o capítulo anterior foi destinado exclusivamente a ela. Este capítulo será elaborado de forma diferente. Abordarei aqui, a um só tempo, excertos correspondentes a três entrevistas que contêm estratégias discursivas recorrentes de inocentação, semelhantes às utilizadas por Sílvia. As exceções ficam por conta de algumas estratégias exclusivas da entrevista com Neide.

Além disso, outro fator sobre as entrevistadas me levou a essa divisão de capítulos: a afinidade entre as participantes da pesquisa e seus pares. Enquanto Sílvia é uma esposa que defende um marido encarcerado, duas das três mulheres cujas entrevistas foram utilizadas para análise neste capítulo são mães que defendem seus filhos presos, e a outra, um sobrinho. As três lançam mão de um padrão argumentativo básico em comum na defesa de seus pares: a falta de provas que os incrimine. Essa é a razão pela qual intitulo a expressão “regra de três” neste capítulo.

Conforme dito no capítulo de metodologia desta dissertação, Neide tem 57 anos, viúva, e visita seu filho acusado de roubo, de 30 anos, que será referenciado

aqui com o nome fictício de Joel, por ser sua análise a mais complexa das três. Na ocasião, já fichado na polícia, ele respondia pelo mesmo crime em regime de livramento condicional²³. As estratégias discursivas em que Neide se engaja, além da já citada, incluem o uso de pequenas histórias (pequenas subnarrativas), animação da voz do filho através do discurso reportado, relato de testemunho de autoridade e o uso de avaliações que polarizam a imagem do “outro”.

A segunda entrevista que comparece neste capítulo foi realizada com Glauce, uma viúva de 50 anos que visita seu filho mais velho, de 34 anos, que prestava serviços de mototáxi em uma comunidade quando foi preso com outros dezoito suspeitos de tráfico. Suas estratégias discursivas se mantêm na linearidade das de Neide, com presença de pequenas histórias, animação da voz do filho e relatos de testemunho.

A terceira, e última entrevista desta análise, é a de Juliana. Ela tem 36 anos e visita seu sobrinho, de 19 anos, que está sendo acusado pela companheira, menor de idade, de matar a paulada o filho deles de nove meses. As estratégias empregadas de Juliana são sucintas, porém recorrentes nos dados, como a animação da voz do sobrinho e relato de testemunho de autoridade.

A estrutura do capítulo difere um pouco do capítulo anterior. As categorias de análise aqui se misturam nas subseções para uma organização mais concentrada da análise dos excertos. As causalidades emergentes na formação dos discursos inocentadores mantêm a natureza peculiar da análise anterior, por isso, também se depreendem relações silogísticas de causalidade nos discursos dessas três entrevistadas que serão dispostas ao longo da análise.

5.1

Pequenas subnarrativas, polarização de imagens dos “outros”, testemunho de autoridade

No primeiro excerto analisado da entrevista com Neide, a entrevistada constrói narrativas que contam como e por que seu filho foi preso.

²³ Livramento condicional é a liberdade antecipada conferida ao condenado, concedida pelo juiz, mediante certas condições, como já ter cumprido uma parte da pena. Um dos requisitos também pode ser a exigência de o condenado apresentar uma aptidão profissional que o habilite a prover sua própria subsistência, desempenhando um ofício cuja natureza seja honesta, durante o cumprimento da pena em liberdade. Apesar de esse tipo de informação não comparecer na entrevista com Neide, isso pode explicar, talvez, a insistência e preocupação que a entrevistada manifestou em recapitular a trajetória e a busca de Joel por um emprego.

Excerto 1 – “Eu confirmo que ele não fez”

- 01 **Natália** E o que que aconteceu.
- 02 **Neide** Ele:: já tinha uma passa::gem e tava assinando tava
 03 na:: na::: (.) é:: prisão domiciliar em casa ele veio
 04 trazer um currículo (.) aqui em Eisa²⁴ que acho que é
 05 ach-que aqui na vinte e quatro ou trinta e quatro <se
 06 não me enga:no> aí ele veio trazer esse currículo
 07 então NISso que ele veio trazer esse currí:culo <que
 08 ele tava vendendo á:gua>porq-d-q-el-porq-ele fal-
 09 porque ele tava assinan:do tava difícil ele arranjar
 10 um empre:go e arrumou numa o::bra, acabou a o::bra,
 11 aí tava difícil aí eu comprei um isopor ele tava
 12 vendendo á::gua, guaravi:ta® mas ele falou: “mãe, eu
 13 vou levar um currículo na Eisa porque: é::: a Eisa tá
 14 dando emprego” aTÉ eu vou levar hoje pra-pra Ela <tá
 15 aqui> ((apontando para um envelope na bolsa))a Eisa
 16 tá dando emprego aí: eu falei: “tá bom!” ele saiu pra
 17 me levar esse currículo (.) >um garoto CISMOU que ele
 18 roubou ele< eu não sei da onde saiu esse infeliz: eu
 19 só sei diZER que a polícia rodoviária levou meu filho
 20 pra delegacia só porque meu filho tinha uma passa:gem
 21 porque ele VIU que o meu filho tava sem nada porque
 22 não tem roubo na mão do meu filho. não tem PROva o
 23 papel tá limpo meu filho não assinou NADA (.) quando
 24 eu cheguei na delegacia o PRÓprio inspetor falou:
 25 “seu filho não tinha NADA na mão (.) mas ele tá preso
 26 em flagrante” “preso em flagrante porque ele tinha
 27 uma passagem...é ISSO? Então tá vou resolver isso
 28 aGOra” aí não tenho dinheiro pra pagar advoga:da,
 29 botei uma defenso:ra, vai ter audiência agora dia
 30 no:ve, eu não sei o que que Deus vai fazer:, porque o
 31 menino falou que ele roubou e ele falou que ele não
 32 roubou porque da primeira vez >que ele fez::< ELE
 33 falou pra mim que fez:, >Ele fez< porque ele-é
 34 >usuário de droga< fez pra comprar droga não é pra
 35 maldade ele só faz mal a ele mes:mo (.) ele não faz
 36 mal a ninguém?
- 37 **Natália** A primeira vez foi:- pra usar
- 38 **Neide** PRA USAR então ele só faz mal a Ele ele não faz mal a
 39 ninguém e dessa vez ele tava tranquilo ele não tava
 40 usan:do por isso que eu confirmo que ele não fez
 41 porque eu conheço a peça que eu tenho ele não tava
 42 usan:do porque eu tava vigiando e:le tava levando ele
 43 numa casa evangélica lá em Sepeti:ba, o pastor tava
 44 acompanhando e:le, então eu SEI que ele não tava
 45 usan:do então por isso eu confirmo que ele não fez
 46 (...)

5.1.1

Formato de produção da interação

Neide *anima* uma narrativa a respeito de como sucedeu a segunda e atual prisão do filho. Mais uma vez observa-se a construção discursiva de alguém que fala em nome de um “nós” (Goffman, 1979 in Ribeiro & Garcez, 2013) e,

²⁴ Eisa é um nome fictício da empresa que Neide mencionou estar aceitando currículos.

analogamente à Sílvia, se ocupa de sua “qualificação social” (p.137) de mãe para validar a autoridade das suas palavras utilizadas como estratégias discursivas na inocentação de seu filho. O formato de produção, então, se mantém em relação ao previsto em narrativas vicárias de Norrick (2013); a animadora é *responsável* pelo o que está sendo dito, apesar de não ser a figura principal desses relatos, mas acentua essa *responsabilidade* ao se demonstrar extremamente comprometida com o que está sendo contado, representando além de uma “caixa sonora”. Além disso, ela não é a única *autora* das elocuções, já que a sequencialidade e as ações específicas contidas nas narrativas são provenientes de uma narrativa previamente contada por alguém (no caso, o filho), a qual ela não teria acesso por não ter presenciado os eventos narrados.

Esse mesmo formato de produção, conforme já dito, é também recorrente em todas as outras entrevistas, com as mesmas características, inclusive a de Glauce, utilizada aqui, que também fala em nome do filho. Entretanto, a entrevista com Neide se destaca pela quantidade abundante de elementos avaliativos e pela atuação performática da entrevistada ao narrar e avaliar os relatos sobre o filho, tornando as narrativas, além de mais envolventes para o ouvinte, talvez mais convincentes em relação à inocência dele, se não fossem tão frágeis os seus argumentos.

5.1.2 Aspectos narrativos e avaliativos

Elementos que caracterizam uma narrativa vicária comparecem e são recorrentes no discurso de Neide, como ações verbais no passado e em 3ª pessoa que referenciam o filho como o protagonista da história. Conforme já visto, esse tipo de narrativa é recorrente também em todas as entrevistas empreendidas no campo de pesquisa vinculado a este trabalho, inclusive as com Glauce e Juliana, contempladas neste capítulo.

Dentre todas as narrativas utilizadas para esta pesquisa, entretanto, considero as narrativas de Neide, especificamente neste excerto, as mais complexas para análise, pois, conforme já mencionado, a entrevistada é bastante prolixa e performática, características que fazem com que surjam subnarrativas vicárias entrecortadas e sobrepostas às narrativas principais, também vicárias, que são basicamente duas: a primeira, que se inicia na linha 03 e discorre sobre como

seu filho foi preso atualmente; e a segunda, que se inicia na linha 32, que recapitula a primeira prisão dele. Às duas destinam-se avaliações opostas: enquanto na segunda, relativa à primeira prisão, Neide reconhece e confirma a culpabilidade do filho, na primeira ela rejeita uma provável culpa e o defende veementemente.

Faz-se necessário esclarecer alguns aspectos para um entendimento mais claro das narrativas de Neide. O termo “assinar”, por exemplo, em “*ele tava assinando*”, nas linhas 02 e 09, é relativo ao compromisso mensal a que Joel estava submetido de comparecer ao Fórum da comarca de sua residência para assinar um papel que comprova seu cumprimento com as obrigações estipuladas pelo juiz, visto que respondia em livramento condicional. Desse modo, Joel cumpria a pena em domicílio na época em que saiu para levar o currículo e acabou sendo preso novamente.

Com base em nossos acordos culturais e sociais, sabe-se que uma pessoa que, porventura, já tenha passagem na polícia, ou, caso pior, esteja respondendo a um crime nas mesmas circunstâncias de Joel, ou parecidas, sofre sanções sociais e encontra muita dificuldade para conseguir emprego. Esse tipo de pessoa carrega um *estigma* (Goffman, 1981), uma marca social negativa que a deixa fora dos padrões de normalidade instituídos e que prejudica sua reinserção social. Joel é um exemplo que corresponde a uma pessoa estigmatizada, considerada por Goffman como aquela que não está habilitada para a “aceitação social plena” (ib.: 7).

É interessante observar como essas pequenas subnarrativas vicárias são criadas a partir de eventos temporais, não-sequenciados discursivamente, narrados para a criação de causalidades de um evento específico de uma narrativa vicária maior: a saída de Joel que culminou em sua prisão por ter sido acusado de roubo. A complexidade narrativa do discurso de Neide, representada por esses entrecortes narrativos, parece estar a serviço da construção de *orientações* e de causalidades para esse evento principal narrado. A natureza livre das orações que comportam *orientações* (Labov, 1972) é responsável por permitir tais entrecortes em uma narrativa maior.

A pequena subnarrativa da linha 09 a 12, por exemplo, “...tava difícil ele arranjar um empre:go e arrumou numa o::bra, acabou a o::bra, aí tava difícil aí eu comprei um isopor ele tava vendendo

á::gua...”, reforça e justifica a ação da narrativa principal, iniciada nas linhas 02 a 04: “Ele:: já tinha uma passa::gem e tava assinando tava na:: na::: (.) é:: prisão domiciliar em casa ele **veio trazer um currículo...**”. Esse reforço narrativo adotado pela entrevistada constrói não só uma *orientação* que fornece satisfações ao ouvinte sobre o porquê de Joel sair para entregar um currículo, como também constrói a dificuldade de reintegração social encontrada por alguém estigmatizado por já ter sido fichado na polícia, conforme mencionado anteriormente.

Além disso, narrar o esforço empreendido por ela e por seu filho na busca por um trabalho constrói, respectivamente, a imagem de Neide como uma mãe que apoia o filho e que cumpre seu papel materno e a imagem de um filho que se redimiou e que cumpre devidamente as sanções penais imputadas a ele. Desse modo, a entrevistada cria para o ouvinte um não-alinhamento do perfil de seu filho com o de alguém que supostamente sairia para roubar. Esse distanciamento de perfis ganha bastante importância em uma narrativa cujo protagonista precisa ser inocentado.

Essa maneira um pouco truncada com que Neide narra os eventos é bem peculiar e acaba operando a favor da tentativa de convencer o ouvinte da veracidade dos fatos narrados. As linhas 14 e 15, por exemplo, em: “aTÉ **eu** vou levar hoje pra-pra Ela ((Eisa)) <tá aqui> ((apontando para um envelope na bolsa))” comportam um relato pessoal da narradora (**eu**), no presente narrativo (Georgakopoulou, 1997) (vou levar **hoje/ tá aqui**), que parece sustentar o objetivo de comprovar a veracidade da informação de que existe um lugar que está aceitando currículos e oferecendo empregos. Essa interpretação se torna importante na análise da construção discursiva da inocência de Joel na medida em que contribui para a coerência do evento narrado.

A construção da inocência se apresenta de forma mais explícita na *ação complicadora* da narrativa principal nas linhas 17 a 19: “>um garoto CISMOU que ele roubou ele< eu não sei da onde saiu esse infeliz: eu só sei diZER que a polícia rodoviária levou meu filho pra delegacia...”. Os recursos avaliativos empregados por Neide ao narrar esse evento vicário é o que chama atenção em todo o trecho narrativo. O emprego do verbo *cismar*, por exemplo, que significa pensar alguma coisa de forma muito insistente, já constrói uma possível descredibilização da suposta vítima ao insistir

na acusação a seu filho. A avaliação que segue essa oração confirma essa interpretação, pois Neide avalia a vítima como “infeliz” e afirma não saber de onde ela surgiu, construindo negativamente o acusante e destituindo seu papel de vítima.

Na continuação desse trecho narrativo, outro recurso avaliativo específico comparece: “...eu só sei diZER que a polícia rodoviária levou meu filho pra delegacia **só porque** meu filho tinha uma passa:gem...” A avaliação encaixada “*só porque*” denota a formação de uma causalidade específica que justifica a prisão de Joel ao mesmo tempo em que desconstrói sua agência no suposto roubo narrado. Neide aponta o *estigma* que seu filho carrega por ser fichado na polícia como responsável pela perseguição dispensada a ele.

A oração encaixada de valor *explicativo* que vem a seguir, nas linhas 21 e 22, confirma essa interpretação: “...porque ele ((o policial)) VIU que o meu filho tava sem nada porque não tem roubo na mão do meu filho...”. Ou seja, não teria motivo para prendê-lo, se não fosse essa perseguição. Ao construir esse tipo de causalidade, a entrevistada avalia a atual prisão de Joel em dois sentidos: transforma em motivo torpe a causa de seu encarceramento ao banalizar seu fichamento na polícia; e constrói a vitimização do filho ao pontuar a perseguição que a polícia destina a ele por já ter uma passagem.

Podemos observar, ainda no campo das avaliações, que Neide lança mão de avaliações encaixadas, através de dispositivos sintáticos internos à oração (Labov, 1972), que marcam repetições e paralelismos de valores negativos:

...meu filho **tava sem nada**...
 ...**não** tem roubo na mão do meu filho...
 ...**não** tem PROva...o papel²⁵ tá limpo...
 ...meu filho **não** assinou **NADA**...

Fazendo uma referência ao que Georgakopoulou (1997) considera sobre avaliações, todos esses componentes avaliativos, presentes nesta e em outras entrevistas, colaboram no envolvimento que a narradora cria entre os eventos narrados e o ouvinte, especificamente na persuasão da inocência dos pares. Conforme já mencionado no início deste capítulo, o discurso da falta de provas

²⁵ O papel ao qual a entrevistada se refere é chamado *nota de culpa*, termo assinado pelo detento no ato da prisão.

que incrimine os parentes nas entrevistas utilizadas aqui é a chave argumentativa comum nos argumentos de todas.

Outra estratégia, também utilizada por Sílvia ao inocentar o marido, no capítulo anterior, recorrente no discurso de Neide, é o diálogo construído (Tannen, 1989 in Flannery, 2015). Em vários momentos deste excerto (e de outros), Neide dá vida a alguns personagens da narrativa, tornando-a mais envolvente e fazendo jus ao já mencionado princípio teórico sobre discurso reportado na narrativa. Nesse caso, Neide não só cria mais envolvimento para o ouvinte como também utiliza esse recurso para tentar comprovar discursivamente a inocência do filho.

O diálogo construído do inspetor, por exemplo, em: “o **PRÓprio** inspetor falou: seu filho não tinha NAda na mão...”, nas linhas 23 e 24, funciona como um testemunho de autoridade que confere autenticidade ao relato da falta de provas contra Joel. Ao animar a voz do inspetor, ela transporta a autoria do que está sendo dito também a esse personagem que é dotado legalmente de poder para isso. Flannery (2015) considera, ainda, o diálogo construído como uma forma de o falante *reforçar seus argumentos*, persuadindo o ouvinte.

A conjunção adversativa *mas* em “mas ele tá preso em flagrante”, linhas 25 e 26, ainda no discurso reportado do inspetor, marca a oposição necessária para a construção da arbitrariedade na prisão de Joel. Neide parece afrontar o policial ao afirmar que o motivo de seu filho ser preso seria por ele já ter uma passagem “preso em flagrante porque ele tinha uma passagem...é ISSO?”, nas linhas 26 e 27. A ênfase empregada em “é ISSO?” marca essa afronta, que ajuda a construir a injustiça da situação descrita no discurso da entrevistada.

Até aqui, Neide recapitulou a experiência passada vicária de seu filho, da qual ela participa em alguns momentos. Da linha 28 a 30, ela volta para o presente narrativo da interação e constrói uma pequena narrativa, agora de experiência própria, que funciona também como uma *coda resolutiva*: “...aí não **tenho** dinheiro... **botei** uma defenso:ra...vai ter audiência...não sei o que que Deus vai fazer...”. Nesse momento da coda, ao sugerir que o destino de seu filho depende de uma ação divina, Neide revela não só uma tendência religiosa em sua formação discursiva como enfatiza uma questão de classe e injustiça social ao “botar” uma defensora pública.

Veremos na próxima subseção como o discurso de Neide se articula para a construção das causalidades emergentes na inocentação do filho.

5.1.3

Aspectos interacionais, sistema de coerência e causalidades

Na continuação desse trecho da entrevista, escolhido para o excerto 1, da linha 30 até 36, Neide cria uma oposição de afirmações entre vítima e acusado, nas linhas 31 e 32, *o menino falou que foi roubado x o filho falou que não roubou*, justificando sua credibilidade na palavra do filho através da relação comparativa à narrativa vicária que conta a primeira vez que seu filho foi acusado de roubo: "...**porque** da primeira vez >que ele fez:: <ELE falou pra mim que fez::...". Neide, aqui, constrói uma relação de causalidade da inocência atual do filho ancorada em um sistema de crença que lida com a máxima popular de que filho não mente para mãe: se ele confessou que fez na primeira vez que foi preso, ele falaria agora se tivesse cometido o crime.

Baseada em uma crença de senso comum que mantém a palavra de um filho como verdade indiscutível e que, no caso específico de Neide, sustenta sua crença ingênua de que Joel assinaria o papel de responsabilidade pelo crime, se o tivesse cometido, é possível estabelecer, baseado nesse raciocínio analógico da entrevistada, uma relação silogística de causalidade:

*Joel confessou o crime à mãe na primeira vez em que foi preso;
na segunda, ele negou a agência;
logo, ele é inocente*

Assim como no capítulo anterior, a polarização avaliativa da construção da imagem do “outro” comparece na criação da causalidade da inocência no discurso de Neide. Ao creditar veracidade na palavra do filho, ela desconstrói a culpabilização empregada a ele e a transfere para o garoto acusante, promovendo, assim, a mudança de *footing* através da reversão dos papéis entre vítima e acusado.

Ao revelar a culpabilidade de Joel na primeira infração, Neide expõe a face do filho. Entretanto, ela parece tentar salvar a face dele ao construir a causa que o levou a roubar, nas linhas 33 a 34: “Ele fez< porque ele-é >usuário de droga< fez pra comprar droga...”. Ao ligar o crime com a dependência

química, Neide cria um assujeitamento de Joel à atividade infratora por forças passivas, alheias a uma conduta consciente. Ela enfatiza, então, a finalidade do roubo (para sustentar o vício), distanciando o perfil do filho dependente do perfil de um bandido ou de alguém que possua um inerente desvio de caráter.

Seguindo, ainda, os estudos interacionais de Goffman (1980) sobre face, Neide parece adotar uma *orientação protetora* em relação à face do filho, devido, talvez, a sua ligação emocional que mantém com ele. Nas linhas 34 a 36, em: "...não é pra maldade ele só faz mal a ele mes:mo (.) ele não faz mal a ninguém?", Neide avalia positivamente Joel e parece querer desvincular de seu filho o estigma do bandido mau, que rouba indiscriminadamente, esforçando-se para mantê-lo sob uma luz favorável, apesar de ter roubado. Afirmando que Joel não faz mal a ninguém, Neide banaliza o crime e desconsidera o roubo como um evento que afeta negativamente a respectiva vítima.

Além disso, baseado em certos conceitos sociais, construir uma ponte entre o vício e o roubo cria uma relação que, de certa forma, empresta um caráter involuntário à infração, criando, assim, uma *causalidade adequada*, nos termos de Linde (1993), ao trazer à tona um sistema de crença que se enquadra em certos parâmetros da aceitação social.

Outros conceitos de Linde (1993) são recorrentes aqui. O conceito, por exemplo, de "*character traits*" pode ser relacionado ao fato de Neide construir Joel positivamente ao descrevê-lo como alguém que não faz mal a outros (linha 36). Nesse tipo de estratégia, o narrador utiliza avaliações positivas relacionadas aos traços característicos de uma pessoa para justificar determinada atitude ou seu modo de ser. O conceito de *temporal depth*²⁶, ou seja, remeter uma situação do presente a uma atividade ou atitude do passado também comparece nos argumentos de Neide quando ela recapitula a experiência do primeiro roubo e da confissão espontânea do filho a fim de comparar e justificar sua não-autoria na mesma infração recente. Nas linhas 37 a 39, essas informações se repetem e se confirmam.

²⁶ Lembro que a estratégia discursiva de banalizar a infração cometida pelo parente e esses conceitos sobre a criação de causalidades, de Linde, também compareceram na entrevista do capítulo anterior, com Sílvia.

É interessante observar a inversão argumentativa que Neide cria a partir da linha 39: "...dessa vez ele tava tranquilo ele não tava usan:do...". A entrevistada utiliza a avaliação "tranquilo" para construir um comportamento de quem não se apresentava mais sobre efeitos de drogas. Se na primeira ocorrência ela atrelou a autoria do roubo à dependência química de Joel, agora ela produz um discurso contrário. Neide desvincula seu filho do vício, o que automaticamente, invalida sua agência no crime.

A entrevistada parece se empoderar de sua autoridade de mãe, que observa e conhece o comportamento de um filho, para confirmar a inocência de Joel: "...por isso que eu confirmo que ele não fez porque eu **conheço a peça** que eu tenho ele não tava usan:do..." (linhas 40-41). A conjunção **por isso** marca a causalidade entre essa observação do comportamento de Joel e a coerência que a entrevistada cria entre os eventos. Neide, então, nas linhas 42 a 45, constrói uma pequena narrativa que funciona como um ponto argumentativo que também justifica sua convicção de que ele não estava mais usando drogas:

"porque eu tava vigiando e:le tava levando ele numa casa evangélica lá em Sepeti:ba, o pastor tava acompanhando e:le, então eu SEI que ele não tava usan:do então por isso eu confirmo que ele não fez." Neide constrói paralelismos enfáticos que representam a sequencialidade do compromisso empregado na vigia a seu filho:

...tava vigiando ele...

...tava levando ele...

...o pastor tava acompanhando ele...

Esse paralelismo acentua um cuidado que Neide, como mãe, dispensou a um filho que apresentava um desvio de conduta. Esse discurso da proteção maternal é socialmente reconhecido e, ao fazer esse tipo de construção, a entrevistada acaba protegendo a própria face, projetando um *self* de uma mãe que cuida e que faz sua parte. Essa atitude parece ir além disso, pois ela aparenta não se contentar somente com a ação maternal investida, mas também busca desse investimento um resultado eficiente e positivo: a conversão do filho, que leva à construção positiva de ambos.

Cabe ressaltar também que Neide busca a religião como parte de um sistema de coerência, baseado em uma crença de senso comum (Linde, 1993), que credita

à fé a proteção implacável à adesão à criminalidade. A entrevistada reproduz, então, através da narrativa, a sucessão de ações que representam, para ela, causalidades de base religiosa para a inocência do filho: vigiava Joel; levava ele à casa evangélica; o pastor o acompanhava; e conclui com as respectivas sequencialidades, representadas sintaticamente por paralelismos:

“...**então** eu SEI que ele não tava usan:do ((drogas))
então por isso eu confirmo que ele não fez.”

Ressalto também mais uma vez, assim como na entrevista com Sílvia, a correlação da narrativa de Neide com as narrativas vicárias de família, dispostas nos estudos de Norrick (2013). A entrevistada reivindica para si uma autoridade pertinente sobre a história e seu direito de não só contá-la, mas sobretudo, de avaliá-la, em virtude de ser membro da família, especificamente mãe, cujo papel social estabelece laços fortes em relações extremamente incondicionais.

Nesse momento da análise, volto a atenção para o início do excerto, no qual eu pergunto a Neide o que aconteceu para seu filho estar preso (linha 01). Iniciar sua resposta já com a informação de que “ele já tinha uma passagem e tava assinando”, pode nos levar, talvez, a dois caminhos interpretativos. Antes de descrevê-los, entretanto, ressalto a observação de Georgakopoulou (1997) a respeito de narrativas em interação. A autora menciona que explorar diferentes formas de se contar uma história significa olhar para a narrativa como parte integrante da interação, que registra, muitas vezes, a intenção discursiva do falante. A escolha linguística de uma determinada informação, disposta logo no início de uma estrutura, pode significar a relevância que essa informação empresta ao que vai ser narrado, ou seja, pode ser “o ponto de partida da mensagem”, nos termos da Gramática Funcional de Halliday (1994).

Os dois caminhos interpretativos que proponho a partir da informação inicial de Neide, então, são: mencionar que seu filho tinha uma passagem antes de começar a narrativa de que ele fora levar um currículo pode servir como um “account” para a dificuldade dele em conseguir um emprego, não por ele ser desinteressado, mas sim por ser estigmatizado. As pequenas narrativas que ela apresenta funcionariam, então, para justificar e reverter essa impressão de inaptidão. Neide estaria, assim, protegendo a face do filho diante de tal possível julgamento.

O outro caminho interpretativo é o de Neide querer operar, já no início da narrativa, com o sistema de coerência do qual ela se apropria ao criar a causalidade da prisão de Joel: a perseguição policial a alguém que já é fichado como fator preponderante na vida de um infrator. Esses dois caminhos, entretanto, não são excludentes entre si.

A esse respeito da perseguição policial, destaca-se o estudo de Alice Goffman (2014), em sua polêmica e repercussiva obra “On the Run: Fugitive Life in an American City”. O estudo dialoga com o de Elijah Anderson, que fez uma etnografia clássica nos guetos da Filadélfia, documentando o dia-a-dia de jovens negros e pobres e seus contextos de violência, em meados dos anos 90. Alice Goffman também se engajou em uma pesquisa etnográfica por seis anos na comunidade “6th Street”, na Filadélfia, onde documentou os problemas com drogas e violência com armas, latentes nessa comunidade, considerada como “fugitiva”, visto que seus integrantes são alvos de policiais que, quando aparecem para “resolver” problemas, utilizam de meios autoritários como a intimidação e a prisão arbitrária aos que já possuem antecedentes criminais.

A. Goffman (2014) observou, ainda, que a perseguição policial se estende também a familiares, vizinhos e parceiros dos desviantes, o que dialoga com o estigma presente na vida das participantes desta pesquisa. A autora informa algumas categorizações sociais sobre os integrantes dessa comunidade, que baseiam o status legal de seus membros: *clean* e *dirty people*. As pessoas “limpas” são aquelas que não possuem antecedentes criminais e nenhuma pendência com a justiça. As pessoas “suja” são as procuradas, ou que já tiveram algum fichamento policial, ou ainda, que estão respondendo a algum processo judicial, e são, por isso, abordadas arbitrariamente por policiais.

Tomando emprestado da autora essas categorias, pode-se dizer que Joel é uma pessoa considerada “suja” (equivalente aos termos brasileiros de alguém que tenha “ficha suja”). Diante disso, surge outra relação silogística de causalidade da inocência de Joel construída pela entrevistada:

Quem tem passagem é perseguido pela polícia;

Joel já era fichado;

logo, ele foi perseguido.

5.2

Diálogo construído, reversão de papéis e reenquadre da situação

Durante a entrevista, no lapso entre o excerto 1 e 2, Neide recapitula mais uma vez a história que narra a acusação de roubo destinada a seu filho, dessa vez, reproduzindo o formato de produção genuíno de um registro de ocorrência policial²⁷. Durante a reprodução desse relato, Neide utiliza avaliações externas como “a história tá muito mal contada” e “tá tudo muito estranho”, que constroem a dúvida sobre a veracidade do relato e sustentam o empenho da entrevistada na inocentação discursiva do filho. Partindo dessa recapitulação, o excerto 2 se inicia pela *coda* “então não sei da onde surgiu esse meni::no”.

Excerto 2 – A inversão do jogo

- 47 **Neide** Entendeu então não sei da onde surgiu esse meni::no,
 48 eu-eu-eu perguntei a ele quinta-feira passa:da ele
 49 falou que não conhe:ce que ele não fe:z entendeu eu
 50 falei: “Joel, você é um cara que você só faz mal a
 51 você, você FEZ isso?” ele falou assim “NÃO não fiz::
 52 (.) não FIZ:, não FIZ:, não FIZ:, e não FIZ?:, e vou
 53 morrer dizendo que não fiz. ele pode me reconheCER
 54 que eu falei que não fiz única coisa que eu fiz na
 55 hora é falar ‘garoto eu tô com uma vontAde de te dar
 56 uma tapa na t-tua cara até te matar: d-de RAIva que
 57 eu tô de você porque eu não te roubei você tá dizendo
 58 que eu roubei’” (.) >EU tenho pra mim< no meu modo de
 59 pensAR, pela PEça que eu conhe:ço e o pastor lá de
 60 Sepetiba falou QUE ESSE garoto deve ser usuário de
 61 droga vendeu esse celular pros pais não arrebentar
 62 ele pegou meu filho de cobai:a e a polícia viu que
 63 ele tinha uma-uma-uma passa:gem não pensou duas vezes
 64 levou ele pra delegaci:a entendeu?
 65 **Natália** Mas a senhora acha que ele-esse menino nunca viu seu
 66 filho.
 67 **Neide** NÃO nunca viu ele falou que não coNHEce eu perguntei
 68 a ele quinta-feira ele não conhe:ce nunca viu esse
 69 tro:ço “eu não roubei esse menino”(...)são TÃO ruim
 70 que foram me avisar era MAIS de seis horas da noite
 71 quando ligaram pro meu celular pra avisar que o
 72 bichinho tava lá: ele chorando em prantos dizendo que
 73 não fez NA:da(...)

O recurso discursivo que se destaca neste excerto é o diálogo construído com Joel que a narradora “importa” à interação. Essa estratégia, presente também no excerto anterior, colabora mais uma vez para o envolvimento que a

²⁷ Essa escolha discursiva também compareceu nos dados de Sílvia, especificamente no excerto 7, no qual a narradora reproduz o depoimento de uma testemunha.

entrevistada provê à história e parece ter a função de tornar mais persuasivos seus argumentos inocentadores.

Neide reconstrói esse mesmo diálogo de duas formas. A primeira delas, através do discurso indireto, nas linhas 48-49: “eu perguntei a ele quinta-feira passa:da ele falou que não conhe:ce ((o acusante)) que ele não fe:z...” Na segunda forma, a narradora anima a voz do filho, utilizando os moldes previstos em um discurso direto, com verbos *dicendi* relacionados à pessoa que está sendo reportada, linhas 49 a 51: “eu **falei**: ‘Joel, você é um cara que você só faz mal a você, você FEZ isso?’ ele **falou** assim: ‘NÃO não fiz...’” O pronome anafórico “isso” representa o suposto roubo. Na continuação do diálogo construído de Joel, nas linhas 52 a 54, observa-se a presença de paralelismos enfáticos marcados pela repetição:

...**não fiz**...

...**não fiz**...

...**não fiz e**

não fiz...

e vou morrer dizendo **que não fiz**...

...eu falei **que não fiz**...

Essas repetições em paralelismos contidas em diálogos reportados são componentes avaliativos que também colaboram no envolvimento que o narrador cria entre a história e o ouvinte. Entretanto, o que está em jogo aqui nesta análise está além da criação de uma narrativa envolvente. Esses elementos são acima de tudo instrumentos de persuasão e convencimento imponderável que dialogam com a relação de causalidade do excerto anterior de que um filho não mentiria para a mãe.

Neide, através ainda da animação da voz do filho, apresenta uma característica inerente a narradores habilidosos. Nas linhas 54 a 58, ela constrói um diálogo reportado “interno”, ou seja, outro diálogo construído dentro do próprio diálogo reportado, retratando ao ouvinte a revolta que Joel demonstra diante da suposta falsa acusação contra ele: “...única coisa que eu fiz na hora é **falar**: ‘garoto eu tô com uma vontAde de te dar uma tapa na t-tua cara até te matar: d-de RAIva que eu tô de você porque eu não te roubei você tá dizendo que eu roubei’” ((diálogo reportado interno)). Essa estratégia nos possibilita observar o poder que um discurso

reportado mantém na recapitulação de uma determinada situação. Esse recurso discursivo nos coloca no tempo do evento narrado sem desconstruir sua intensidade.

Nas linhas 58 a 64, Neide suspende a ação de narrar para construir uma pequena narrativa que conta outra versão sobre a acusação à Joel. A construção “EU tenho pra mim no meu modo de pensar pela PEça que eu conheço e o pastor lá de Sepetiba falou...” (linhas 58-60) denuncia essa pequena história como uma atividade discursiva que projeta a opinião pessoal de Neide (linhas 59-64). Ela avalia seu filho como “peça”, avaliação típica de alguém que mantém laços muito estreitos com a pessoa referida e que, por isso, se investe de autoridade para falar sobre ela. É nesse arbítrio que ela embasa sua opinião.

Novamente ela menciona a figura do pastor, dessa vez construindo-o como um símbolo de autoridade que parece ter exercido influência em sua opinião, “o pastor lá de Sepetiba falou”, construída sob a forma indireta do relato de testemunho do pastor. Essa pequena história reúne duas funções inerentes às pequenas histórias previstas por Georgakopoulou e Bamberg (2008) e Bastos (2008): narra um evento hipotético, que comparece na opinião da narradora e na palavra do pastor; e serve como um ponto argumentativo que valida a inocência do filho ao construir um novo enquadre da acusação.

Ao avaliar o garoto acusante como um usuário de drogas, em sua ideia hipotética, Neide promove uma mudança de *footing* através da inversão dos papéis estabelecidos. A vítima acusadora passa a ser o viciado reprimido pelos pais, que vende os objetos pessoais, no caso, o celular, para sustentar o próprio vício. Diante da necessidade desse garoto de acusar alguém de tê-lo roubado para justificar o sumiço do telefone, Joel, então, é a vítima que estava na hora e lugar errados e, por já ter uma passagem, foi preso novamente.

Para que essa hipótese ganhe coerência, a acusação se torna ainda mais grave. Neide afirma que seu filho não viu e nem sabe de onde surgiu o acusante, o que nos infere que a acusação não foi feita a olhos vistos, isto é, no momento exato do evento. A fala “pegou meu filho de cobai:a” (linhas 61-62) confirma essa interpretação. Ela constrói a imagem negativa do acusante para focar a luz positiva em seu filho. Não à toa, “a inversão do jogo” foi o nome escolhido para este excerto. Essa polarização de imagens do outro e a reversão dos papéis, que constroem a culpabilização da vítima/acusante e a vitimização do

parente preso, é uma estratégia discursiva recorrente, presente também na entrevista com Sílvia.

O mais interessante, entretanto, é a hipocrisia que se estabelece no discurso defensor da entrevistada. Quando Neide assumiu a culpabilidade de Joel na primeira vez em que foi preso, no excerto 1 deste capítulo, ela construiu uma *causalidade adequada* aos aceites sociais ao vincular a infração cometida por ele a sua dependência química. Com isso, ela banalizou, indiretamente, a vítima do roubo ao traçar a característica positiva de Joel como alguém que não infringe a lei para prejudicar os outros: “não é pra maldade **ele** só faz mal a **ele** mes:mo” (linha 36 do 1º excerto).

Ao reverter os papéis, então, remetendo o vício e o roubo ao garoto acusante, a entrevistada parece considerar a possibilidade de um sujeito viciado agir pensadamente, não estando mais vinculado a forças alheias e passivas a ele, o que contraria suas próprias considerações ora estabelecidas sobre um usuário de drogas. Além disso, Joel, agora, se torna a vítima de um dependente químico, que dessa vez, é prejudicada pelo infrator.

A minha participação na interação, na linha 66, torna-se relevante para esta análise na medida em que retoma e acentua a já mencionada convicção de Neide na palavra do filho: “NÃO nunca viu ele falou que não conhece...nunca viu esse troço...” (linhas 67-9). As mesmas estratégias discursivas investidas anteriormente na inocentação de Joel comparecem, como o discurso reportado dele, “eu não roubei esse menino” (linha 69) e o uso de avaliações. Neide avalia negativamente não só a suposta vítima, através do termo pejorativo “troço” (linha 69), como também os policiais que tardaram a avisá-la da prisão do filho: “são **TÃO ruim** que foram me avisar era MAIS de seis horas da noite...” (linhas 69-70).

Em contrapartida, Neide avalia Joel de forma carinhosa e positiva através também de um mecanismo avaliativo interno à oração. Ela substitui a referência ao filho, até então utilizada por pronomes ou pelo nome próprio dele, pelo substantivo “bichinho”, que projeta uma carga semântica de alguém que é indefeso ou digno de pena: “...o **bichinho** tava lá: ele chorando em prantos dizendo que não fez NA:da” (linhas 71-3). Essa polarização avaliativa contida na narrativa de Neide constrói Joel como vítima de um complô conspirador para sua prisão.

O excerto 2, apesar de não contemplar novas causalidades para a construção da inocência de Joel, comporta estratégias discursivas recorrentes e bastante significativas que confirmam e acentuam as causalidades já emergentes. O diálogo construído do filho no discurso da entrevistada, por exemplo, retoma a relação de causalidade já vista anteriormente, baseada em uma crença de senso comum de que filhos não mentem para as mães.

Neide novamente faz alusão, nas linhas 62 a 64, à crença de senso comum de que quem tem passagem na polícia é perseguido, acentuada pela ação avaliativa destinada à decisão dos policiais em levar seu filho preso: “não pensou duas vezes” (linha 63), ou seja, os policiais não consideraram outros fatores a não ser o fichamento de Joel.

5.3

Culpabilização do Estado e autoavaliações

Este excerto revela uma causalidade única e diferente, inerente à entrevista com Neide, das que surgiram até então: a culpabilização do Estado na prisão de um par. Essa causalidade surgiu a partir de minha requisição sobre algumas orientações a respeito de Joel, como por exemplo, a idade dele.

Excerto 3 – A desconstrução do vício

- 74 **Natália** ele tem quantos a:nos. ((me referindo a Joel))
 75 **Neide** Tem trinta anos tem dois filhos pra criar isso não se
 76 faz com ninguém o Estado NÃO tem esse direito (...)
 77 eu peguei empréstimo pra pagar advogada outra vez pra
 78 e:le eu recebo uma mixaria e preciso de um emprego
 79 rá:pido isso o Estado não vê: mas quer botar filho
 80 dos outros aí dentro e fazer os outros gastar
 81 dinheiro sem ter.
 82 **Natália** Uhum
 83 **Neide** <Eu sou revoltAda-eu tô revoltAda> eu tô na Igre::ja,
 84 tô revolta::da, agora eu me revoltei mes:mo, se meu
 85 filho for condenado por uma coisa que ele não fez eu
 86 vou correr atrás >até o fim do mun::do<, nem que eu
 87 gire esse mundo nem que eu vá à Brasília nessa Dilma
 88 safada nesse Estado safado, vou:, vou correr atrás:
 89 porque EU conheço o filho que eu tenho e ele >NÃO
 90 estava usando mais a droga< eu tenho o pastor lá de
 91 Sepetiba de testemunha ele não tava[usando mais].
 92 **Natália** [já tava limpo.]
 93 **Neide** Ta:va mas da primeira ve:z ele falou “eu FIZ: (.) eu
 94 FI:Z porque eu tenho vício” ele fez sim então dessa
 95 vez quando ele sai:u: (...)eu fui-fazendo isso
 96 levando e:le lá: na-nas pales:tras e trazen:do
 97 levando e trazen:do entenDEU? Aí o pastor assistindo
 98 ele lá ele tava na Igre::ja, ele tava na igreja tem

99 um-uns pastores que gosta de::le-<quer dizer> isso aí
 100 foi uma injustiça que fizeram fizeram isso só porque
 101 ele tinha uma passa:gem (...)
 102 **Neide** Agora eu: quero ver o que que o Estado vai fazer com
 103 o meu filho (4) Tô revoltAda

O Estado ao qual a entrevistada se refere representa a instituição politicamente organizada para controlar e administrar um país. Ao estender a responsabilidade por essa prisão a essa instituição maior, responsável pela conduta de agentes públicos, Neide acrescenta o Estado na formação do complô conspirador contra seu filho. A construção da arbitrariedade na prisão de Joel destitui de fundamentação legal o encarceramento dele e é avaliada negativamente pela narradora: "...isso não se faz com ninguém o Estado NÃO tem esse direito..." (linhas 75-6).

Nas linhas 77 a 81, Neide narra uma pequena história que conta sua atual dificuldade financeira e constrói uma crítica à situação social que deveria ser vista e considerada pelo Estado. Essa pequena narrativa funciona como um ponto argumentativo que justifica sua denúncia contra o Estado construída nas linhas 79 a 81: "...isso o Estado não vê: mas quer botar filho dos outros aí dentro e fazer os outros gastar dinheiro sem ter." Essa denúncia faz alusão não só aos gastos diretamente envolvidos com a visitação, mas também à exploração que sofrem os visitantes com a inauguração da cantina interna (informação contida no capítulo de Metodologia) e novamente a entrevistada enfatiza questões de classe que justificam a transposição da culpa da prisão de seu filho.

Nessa vertente, Labov (1976 apud Linde, 1993) aponta que a crença de senso-comum pode ser usada por um falante de uma determinada comunidade para indicar sua habilidade em fazer julgamentos morais. Ao culpar o Estado pela prisão do filho, Neide parece se apropriar desse tipo de julgamento, que comparece na coda que acentua a agência do Estado: "**Agora** eu: quero ver o que que o **Estado vai fazer** com o meu filho..." (linhas 102-3).

A autoavaliação de Neide a um estado de revolta, "Eu sou revoltAda-eu tô revoltAda..." (linha 83 e 103, coopera no convencimento ao ouvinte de que a entrevistada vivencia uma situação de injustiça, o que justificaria seu empenho em defender o filho.

Ainda no campo dos estudos das pequenas histórias, a entrevistada constrói ações hipotéticas e futuras a respeito de sua atitude perante o Estado caso seu filho seja condenado, segundo a entrevistada, inocentemente. A conjunção “se” representa o valor hipotético e condicional da narrativa: “**se** meu filho for condenado por uma coisa que ele não fez eu vou correr atrás...” (linhas 84-6). A culpabilização do Estado não só se faz presente como é acentuada mesmo em se tratando de um evento hipotético. A citação e a avaliação negativa que ela faz de Brasília e Dilma (a então presidenta do país), elementos representantes do conjunto estatal, nas linhas 87 e 88, comprovam essa observação.

Percebe-se que a religião novamente comparece no discurso de Neide como fator que sustenta uma condição de verdade absoluta e de conversões de desvios. Ressalta-se, aqui, que a entrevistada constrói a cura do vício de Joel como representação de sua inocência ao desvincular a suposta motivação para a infração. Neide narra seu próprio empenho em levá-lo à igreja evangélica: “...eu fui-fazendo isso levando e:le lá: na-nas pales:tras e trazen:do levando e trazen:do...” (linhas 95-97). Ela credita nessa instituição esperança e eficiência na conversão do desvio, construindo, com isso, uma causalidade adequada para a cura da dependência química de seu filho: “ele >NÃO estava usando mais a droga< eu tenho o pastor lá de Sepetiba de testemunha” (linhas 89-91).

Além disso, Neide se apoia na figura do pastor como autoridade munida de competência para avaliar o comportamento e o caráter de Joel: “...**tem um-uns pastores que gosta de::le** quer dizer isso aí foi uma injustiça...” (linhas 98-100). O termo “quer dizer” assinala a autoridade religiosa como verdade indiscutível. O sistema de coerência com o qual a entrevistada opera nos diz que se os pastores não gostassem de Joel, é porque ele ainda se manteria desviante, visto que pastores não se afeiçoam àqueles que apresentam algum desvio de conduta.

O modo como Neide constrói discursivamente a atividade religiosa empreendida ao filho é reproduzido através de paralelismos e repetições, formando um padrão enumerativo das ações narrativas que enfatizam o esforço da entrevistada nessa empreitada de recuperação do filho. Esse mesmo formato comparece no excerto 1, entre as linhas 42 a 45:

...**tava vigiando** ele...

...tava levando ele...

...o pastor tava acompanhando ele...

E neste excerto:

...o pastor assistindo ele...

...ele tava na Igreja

Ele tava na igreja...

...tem uns pastores que gosta dele...

As causalidades da inocência de Joel, neste excerto, são construídas com base em uma sentença básica: ele não ser mais usuário de drogas. Nesse sentido, a atividade religiosa, incluindo a palavra do pastor, e a própria palavra de Joel comparecem para cumprir o papel de comprovar esse fato, o que constitui uma adequada relação de causalidade: ele se curou do vício; não precisava roubar; ele é inocente. Neide se baseia nesses argumentos e constrói relações entre esses eventos que se interligam e formam uma cadeia sequencial de causalidades.

Retomo o raciocínio da relação silogística de causalidade, baseada na palavra do filho de Neide na experiência passada, apresentada no excerto 1 desta análise: *Joel confessou o crime à mãe na primeira vez em que foi preso; na segunda, ele negou a agência; logo, ele é inocente.* Essa relação silogística principal promove subcausalidades subordinadas a ela. Essas subcausalidades, também silogísticas, são criadas com argumentos que comprovam as premissas formuladas nas relações principais às quais estão submetidas. O esquema abaixo ilustra essas relações:

Relação silogística principal:

Joel confessou o crime à mãe na primeira vez em que foi preso; na segunda, ele negou a agência; logo, ele é inocente.

Subcausalidade 1:

Joel roubou porque era usuário de drogas; atualmente, não mantinha mais o vício; logo, não havia razão para roubar dessa vez.

Subcausalidade 2:

Joel frequentava a igreja, vigiado pela mãe; os pastores da igreja gostavam dele; logo, ele não mantinha mais o vício.

Destacando-se as conclusões de cada relação silogística (em negrito), na ordem disposta das relações de baixo para cima (a partir da subcausalidade 2), confirmaremos a interligação que esses argumentos mantêm na criação de causalidades para a inocência de Joel: ***ele não mantinha mais o vício – não havia razão para roubar dessa vez – logo, ele é inocente.***

Ao sustentar argumentos arraigados à religião como condição comprobatória da conversão do desvio, Neide exerce um papel social de mãe que cumpriu seu dever de cuidar e resgatar um filho. Entretanto, ela parece não admitir falhas nessa empreitada, uma vez que representaria o fracasso nesse investimento afetivo. Isso poderia deixá-la em uma *face errada*, ou seja, a imagem do *self* construído de uma boa mãe se tornaria ameaçada. A falha em resgatar Joel pode representar também o fracasso e a incompetência da igreja evangélica, bem como a invalidação da palavra do pastor. A um só tempo, Neide também pode estar protegendo a face dos pastores, mantendo sob uma luz favorável sua religião e tudo aquilo que envolve essa instituição.

Goffman (1980) aponta que estudar “o modo como as pessoas salvam faces é estudar as regras de trânsito da interação social” (p.82). Essa consideração inclui a observação de que um falante que se engaja em salvar sua face ou a do outro, necessita da cooperação de seu interactante para que essa empreitada seja bem sucedida. Se houver afronta, a ameaça à face do falante estará novamente instaurada na interação e a atividade de salvar a face será fracassada. Nesse sentido, na linha 92, diante da afirmação de Neide de que o filho não estava usando mais droga, eu mantenho o fluxo da interação, fazendo uma observação que confirma o que a entrevistada está narrando: “já tava limpo”. “Estar limpo” é um termo utilizado para se referir às pessoas que conseguem se libertar de um vício. Eu contribuo, então, com a atividade discursiva que Neide se engaja de salvar a face do filho e, indiretamente, a dela também.

5.4

Outras entrevistas

Até aqui, vimos os excertos relativos à entrevista com Neide. Algumas estratégias discursivas utilizadas por ela também comparecem na entrevista com outras mulheres. Para demonstrar as recorrências, recortarei os trechos mais significativos das entrevistas com Glauce e Juliana. Entretanto, os aspectos

interacionais envolvidos nessas entrevistas ficarão excluídos da análise, que ganhará uma estrutura mais comparativa do que minuciosamente analítica.

5.4.1

Glauce: diálogo construído e causalidades específicas

Começarei, então, por Glauce. Como já se disse, seu filho mais velho trabalhava como mototáxi em uma favela do Rio de Janeiro quando foi preso junto com um grupo de dezoito pessoas que moram no local, acusados de tráfico de drogas. Esse grupo já vinha sendo observado por policiais através de grampos, filmagens clandestinas e infiltrações nessa comunidade. Entretanto, essas provas não foram suficientes para incriminar seu filho.

Excerto 1 – “Só porque ele trabalhava ali”

- 01 **Glauce** Ele t-trabalha como motoboy, mototáxi né e:
 02 trabalhava na favela X, aí teve uma: *tsc* como é que
 03 é grampearam os celulares não sei o que do pessoal
 04 e meu filho não tem na-a voz dele celular dele não
 05 aparece nada é:: não tem fotos, filmagem, tem Nada,
 06 mas foram presos dezoito (...) a promotora que vai
 07 ter que provar agora porque não tem prova nenhuma
 08 aí a advogada fez a p-petição não sei o que
 09 separando né as audiência dos outros presos que ele
 10 não tem NADA o-o-os presos eles não reconhecem ele
 11 ele <NÃO trabalha> com eles os policiais que
 12 fizeram as gravações as filmagens NÃO reconheceram
 13 meu filho. Aí a juí-a advogada fez o negócio e
 14 mandou pro juiz um documento pra ele...é: saIR né
 15 ser solto porque não tem nada contra ele
 16 **Natália** E ele anda:va com essas pessoas que foram presas?
 17 **Glauce** Nã:o NÃO nenhum conhece ele nem ele conhece esse
 18 pessoal nem nunca apanharam a moto dele
 19 **Natália** Mas eles são da::[do mesmo local.]
 20 **Glauce** [da comu-da comunidade X] é o
 21 traficante da comunidade X mas meu filho não tem
 22 nada com isso? Agora trabalhava ali
 23 **Natália** só porque ele morava ali::[-trabalhava]
 24 **Glauce** [não, TRABALHAVA] (...)

Estamos diante de mais uma narrativa vicária que explica o porquê de um filho estar preso. As linhas 01 e 02 funcionam como *orientação* “Ele t-trabalha como mototáxi...”. Elementos básicos narrativos compõem e marcam a característica vicária da história, como os verbos no passado e em 3ª pessoa e a referência a 3ª pessoa: aí **teve...meu filho** não tem...**grampearam** os celulares...**foram** presos... (linhas 03 -06). Essa forma narrativa se enquadra nos moldes das pequenas histórias ao contar um evento que ocorreu recentemente,

com a presença mista de verbos no passado e no presente: "...celular dele não **aparece** nada é:: não **tem** fotos, filmagem, **tem** Nada..." (linha 05).

A partir da linha 06, Glauce, então, retorna ao tempo do presente narrativo da interação para contar que a condenação do filho agora depende da ação da promotora em apresentar provas concretas contra ele: "a promotora que vai ter que provar agora **porque não tem prova nenhuma**". A sentença destacada representa uma causalidade para isso, através de uma oração avaliativa encaixada explicativa (Labov, 1972). Foi a respeito desse tipo de causalidade que me referi no início desta subseção. As três entrevistadas se agarram no argumento da inexistência de provas contra seus pares. Glauce faz, ainda, paralelismos enfáticos e repetições negativas que corroboram essa análise, nas linhas 09 a 15:

não tem **NADA**...

os presos...**não** reconhecem ele

ele <**NÃO** trabalha> com eles

os policiais ...**NÃO** reconheceram meu filho...

não tem **nada** contra ele.

Vimos na entrevista com Neide uma construção discursiva semelhante nas linhas 21 a 23 do excerto 1: "meu filho tava **sem nada** porque **não tem roubo** na mão do meu filho. **não tem PROva** o papel tá limpo meu filho **não** assinou **NADA**". As semelhanças não param por aqui. Nessa entrevista, com Glauce, na linha 16, ao perguntar-lhe se seu filho andava com os homens que foram presos junto com ele, a entrevistada me responde novamente com repetições negativas: "**Nã:o NÃO nenhum** conhece ele **nem** ele conhece **nem nunca** apanharam a moto dele". A informação de que seu filho nunca forneceu serviços de mototáxi a esses homens presos desvincula totalmente qualquer possibilidade de contato que porventura ele pudesse ter mantido com esse grupo antes de sua prisão.

Analogamente, ao perguntar a Neide se Joel não conhecia o garoto que o acusou, no excerto 2 de sua entrevista, ela respondeu de forma bem parecida com Glauce, com a diferença de incluir em seus argumentos uma avaliação negativa sobre a suposta vítima, nas linhas 67 a 69: "**NÃO nunca viu** ele falou que **não** conhece...ele **não** conhe:ce **nunca** viu esse tro:ço".

Outro argumento bastante semelhante ao de Neide é a causalidade construída na crença de que o filho foi preso por uma implicância ou perseguição policial. Enquanto Neide usa a passagem pela polícia como fator determinante

dessa perseguição, Glauce se apropria do fato de seu filho trabalhar na mesma comunidade na qual o traficante era procurado, através de avaliações encaixadas: “é o traficante da comunidade X mas **meu filho não tem nada com isso? Agora trabalhava ali**” (linhas 21-22). Essa afirmação “agora trabalhava ali” é equivalente à sentença “a não ser por trabalhar ali”, o que me levou a tal interpretação. Curiosamente, quem apresenta um argumento parecido com o de Neide sou eu: “**só porque** ele trabalhava ali”, que faz alusão a “**só porque** ele tinha uma passagem”.

Novamente ressalto a pesquisa de Alice Goffman, mencionada anteriormente, que contribui para associar esse sistema de coerência que comparece nessas duas entrevistas e que comporta a perseguição policial a homens pobres, moradores e/ou trabalhadores das periferias como causalidades determinantes para a prisão dos filhos. O conceito de pessoas “suja” aplica-se ao filho de Glauce também. Além disso, A. Goffman (2014) destaca outra categoria existente entre os integrantes da comunidade da pesquisa da autora que também comparecem no contexto da história de vida dessa entrevistada. A autora aponta o conceito *hot*, atribuído não só a pessoas em que a polícia esteja interessada, como também a lugares cujas atividades policiais investigativas são constantes.

Analogamente ao caso de Glauce, seu filho frequenta, mesmo que a trabalho, uma comunidade comandada pelo movimento do tráfico, ou seja, lugar considerado *hot* por conter integrantes “suja” e, por isso, atrai constantemente a atenção de policiais. Nesse caso, mesmo que o filho de Glauce seja “limpo”, a perseguição, conforme já mencionado, é estendida às pessoas que mantenham qualquer tipo de ligação com as pessoas procuradas.

Excerto 2 – Ele se diz inocente!

- 25 **Natália** Então ele se diz inocente.
 26 **Glauce** Ele se diz! É uma coisa que se-sempre falei p-pra ele
 27 “não precisa mentir pra MIM não pode mentir pra quem
 28 quiser menos pra mim.” E quando ele f-foi preso eu fui
 29 na Polinter não vou falar mal fui MUITO bem tratada
 30 lá: o policial me deixou tirou ele da cela pra falar
 31 comigo eu olhei e falei assim: “Alex, Fala comigo” ele
 32 olhou nos meus olhos: “eu não fiz NADA mãe eu sou
 33 inocente” e isso aí foi o que a advogada falou “Glauce
 34 ele é inocente e >caiu de TROUxa< ele não fez Nada”

Outra estratégia discursiva recorrente nas entrevistas também comparece na entrevista com Glauce: o diálogo construído dos pares. Na linha 25, eu estimo a entrevistada a afirmar a inocência do filho, “Então ele se diz inocente”. A entrevistada confirma e logo cria uma causalidade para isso baseada também no conceito de *temporal depth*, de Linde (1993). Ela menciona um passado, no caso, habitual, “sempre falei pra ele” (linha 26) para justificar que sempre educou o filho de maneira que ele não mentisse para ela.

A entrevistada retorna, então, ao tempo da pequena narrativa que conta como ela conseguiu ter contato com o filho logo depois que foi preso (linhas 28 a 33). Glauce utiliza o recurso do diálogo construído que ela manteve com o filho nesse momento narrativo, dando ênfase à disciplina dispensada a ele: “não precisa mentir pra MIM não pode mentir pra quem quiser menos pra mim” (linhas 27-8). Essa justificativa valida a palavra do filho como verdade “eu não fiz NADA mãe eu sou inocente” (linhas 32-33). Em outro momento da entrevista, não selecionado aqui, ela constrói ainda outra fala: “mãe eu não fiz nada não tem nada contra mim”.

O sistema de coerência emergente no discurso de Neide baseado na crença de senso comum de que filho não mente para mãe comparece também no discurso de Glauce, que justifica, na doutrinação dispensada a seu filho, a crença de sua inocência. O envolvimento criado pelo diálogo construído é ainda mais sustentado pela ação narrativa “ele olhou nos meus olhos” (linhas 31-32), que promove ao ouvinte o sentido de verdade sincera.

O diálogo construído na narrativa de Glauce continua, ainda, sob a forma de relato de testemunho de autoridade, estratégia também recorrente no discurso das outras entrevistadas. Ela traz para a interação a voz da advogada que cuida do caso através de uma *coda resolutiva* “e **isso aí foi** o que a advogada falou: ‘Glauce ele é inocente e >caiu de TROUxa< ele não fez Nada’” (linhas 33-4), na qual a resolução é a inocência do filho. A avaliação interna “trouxa” no diálogo da advogada confirma uma possível associação ao sistema de coerência citado anteriormente, baseado na pesquisa de A. Goffman (2014), de que o filho de Glauce foi preso somente por trabalhar em um local “hot” que contém pessoas “suja”. Partindo dessa analogia, podemos depreender uma relação silogística que cumpre essa ideia:

*Quem frequenta lugares “hot” pode ser abordado interpostamente;
o filho de Glauce trabalhava em uma comunidade;
logo, ele foi preso indevidamente.*

Glauce também utiliza muito como causalidade da inocência do filho, o diálogo construído dele, o que possibilita depreendermos também outra relação silogística, que contempla o mesmo sistema de coerência: a palavra do filho como verdade absoluta.

*Filho não mente para mãe;
meu filho disse que é inocente;
logo, ele o é.*

5.4.2

Juliana: testemunho de autoridade e construção negativa do outro

A terceira e última entrevista desta análise é com Juliana. Conforme já dito, ela visita seu sobrinho preso, de dezenove anos, acusado de homicídio. Sua companheira, que é menor de idade, acusou-o de matar o filho deles, de nove meses, a paulada. Segundo o laudo médico, entretanto, a causa *mortis* foi queda.

Excerto 1 – A queda “das crianças”

- 01 **Juliana** A situação dele é que ele morava com uma meni:na?
02 essa menina é até de meno:r e essa menina deixou
03 uma:: criança de NOve meses cair no chão. Essa
04 criança caIU, bateu com a cabe:ça[no chão]
05 **Natália** [ele moRAva] com essa menina.
06 **Juliana** Ele morava com essa meni:na <ele saiu tava
07 desempregado foi f-fazer> um bisca:te hh e
08 aconteceu <que essa menina só foi levar> essa
09 criança pro médico depois de três dias (...)
10 Entrou em CO:ma essa criança veio a falece:r nós
11 tamos com um ano e pouc-o tempo que ele tem preso
12 é o tempo que essa criança-um ano e me-um ano e
13 três meses já “essa criança” faleCE:U e ele está
14 aqui não >está nada consta:ndo< -aí a menina falou
15 que ele tinha dado paulada e ((initeligível)) o
16 médico já temos: ... duas audiências em julho vai
17 ter júri popular não tem nada que comprova que foi
18 e:le na:da e com isso ele está preso.

Juliana constrói uma narrativa vicária que conta a história de seu sobrinho. É interessante observar como algumas construções, como “essa menina” e “essa

criança veio a falecer”, aludem a um formato genuíno de um depoimento, que compareceu também no discurso de Sílvia, quando ela reproduziu o depoimento do filho de João sobre a vítima: “**essa menina** ficou dois dias sumida (...) e **que essa menina** foi encontrada...” (p.110, excerto 7).

Ela interrompe, então, essa narrativa para fazer uma avaliação externa sobre a menina que morava com ele: “essa menina é **até** de meno:r” (linha 02). Essa sentença poderia ser interpretada somente como uma *orientação*, porém, o termo “*até*” pode funcionar como uma avaliação que trabalha a favor da criação de uma *causalidade adequada* que justificaria uma imperícia ou irresponsabilidade, nos termos mais informais, inerentes a uma menina menor de idade ao cuidar de uma criança. O modo como a *ação complicadora* é narrada colabora para essa interpretação: “**essa menina deixou** uma:: criança de NOve meses cair no chão...” (linhas 02-04).

Juliana constrói uma *orientação* a respeito de onde estava o sobrinho no momento em que aconteceu a queda, nas linhas 06 e 07: “<ele **saiu** tava desempregado **foi f-fazer**> um bisca:te”. Essa orientação a respeito de sua ausência no momento do evento parece atender a um objetivo específico que converge na atividade de inocentação do sobrinho: criar um álibi que o isenta da agentividade de deixar a criança cair; ao mesmo tempo em que o respalda, por supostamente não ter sabido do ocorrido, da responsabilidade de socorrer a criança.

A ação narrativa e avaliativa a seguir corrobora essa análise, nas linhas 08 e 09: “essa menina **só foi levar**> essa criança pro médico depois de três dias (...)”. Além disso, o termo “só” carrega uma avaliação interna que critica a demora da menina em levar a criança ao hospital.

Seguindo esse momento avaliativo, Juliana continua a *ação complicadora* “**Entrou** em CO:ma essa criança **veio a falece:r**”, linha 09, e interpõe uma ação de caráter avaliativo “e ele está aqui não >está nada consta:ndo<...” (linhas 13-4). Essa ação dialoga com os argumentos em comum nessas três entrevistas deste capítulo de que não há provas contra os pares. Esse argumento comparece novamente na linha 17, com o uso enfático de mecanismos linguísticos de valores negativos: “**não** tem **nada** que comprova que foi e:Le **na:da**”.

Excerto 2 – “Não tenho por que desconfiar dele”

- 19 **Natália** Mas isso foi o que ele contou pra você::?
- 20 **Juliana** Não isso ele relatou no po-ele morava no bairro Verde
- 21 eu moro em Santa Teresa isso ele relatou pra mim,
- 22 isso foi a:: o que ele falou lá na delegaci:a hh
- 23 entendeu? <e não foi> NAda é::... constatado
- 24 realmente <porque a menina falou que foi> paulAda mas
- 25 só que o médico ele conhece o médico falou: “não É
- 26 paulada isso aqui foi QUEda”. (...)
- 27 **Natália** E o que que VOCÊ como pessoa acha que aconteceu.
- 28 **Juliana** EU como pessoa acho que aconteceu porque assim não é
- 29 por ele ser meu sobrinho acho que não teria nem: é::
- 30 como assim:: hm...dizer-eu pra MIM ele está dizendo a
- 31 verdade entendeu até mesmo pelo laudo que-e: nos dias
- 32 das audiências que eu con:-hh eu em todas as
- 33 audiências eu vou teve duas audiências então estou
- 34 sempre lá nas audiências pelo o que FOI fala:do pelo
- 35 que o médico: assim falou que ela falou que tinha-sa-
- 36 tinha sido paula:da essas coisas o médico falou que
- 37 não tinha sido então eu não tenho >porque desconfiar
- 38 dele<

A minha pergunta na linha 19 talvez represente a dúvida de que o fato narrado por Juliana seja a versão que consta nos autos ou se é a reprodução dos relatos que o sobrinho narrou pessoalmente a ela. Diante dessa interpretação, essa pergunta poderia ter ameaçado a face de Juliana, uma vez que poria em cheque a credibilidade dos eventos narrados. A entrevistada mantém o fluxo da interação ao confirmar que essa narrativa foi contada pelo sobrinho aos policiais: “isso foi a:: o que ele falou lá na delegaci:a...” (linha 22). Juliana torna a usar os argumentos defensivos relacionados à falta de comprovação da acusação “<e não foi> NAda é::...constatado realmente” (linhas 22-24).

Nas linhas 25 e 26, mais uma vez comparece uma estratégia discursiva bastante recorrente nas outras entrevistas. Juliana reporta o discurso direto do médico que socorreu a menina e que distingue a queda de uma paulada: “não É paulada isso aqui foi QUEda”. Essa distinção na causa *mortis* da criança torna-se fundamental na inocência do sobrinho de Juliana perante a acusação do homicídio, pois o diálogo construído do médico, figura dotada de poder para tal distinção, funciona como um testemunho de autoridade legítimo que refuta a acusação da menina.

Desse modo, Juliana constrói a acusante negativamente, através de avaliações e relatos de testemunho que invalidam a acusação ao sobrinho e transfere a essa menina a autoria do crime. A mudança de *footing* promovida pela

inversão dos papéis de vítima/acusado comparece mais uma vez na análise discursiva desta pesquisa.

O trecho suprimido neste excerto retrata outros tópicos de conversa que mantive com a entrevistada, como a prisão “relâmpago” da menina acusante, que durou apenas dois meses; a construção positiva do sobrinho em relação ao seu não-envolvimento com drogas; e um tópico que considero relevante, por revelar durante a entrevista o porquê de a menina ter sido solta e o sobrinho de Juliana ainda ser mantido no cárcere. Ele assinou a nota de culpa, ou seja, um papel no qual se assume a responsabilidade pelo crime, sob a alegação de ter feito isso motivado por amor. Através do discurso reportado direto do sobrinho, Juliana anima a voz dele: “TIA eu assinei esse papel por amar muito ela”. Narrar esse evento também funciona como um *account* que a entrevistada cria para a prisão de seu parente.

O amor é um sentimento bastante recorrente na causalidade da submissão de mulheres ao contexto prisional. Entretanto, o contrário é muito raro. Por ter ciência dessa particularidade social, minha estranheza diante desse evento narrado me levou a perguntar a Juliana sua opinião sobre a história. Essa minha pergunta talvez funcione como um desafio à face da entrevistada. Entretanto, Juliana protege a face do sobrinho, salvando a sua inclusive, ao confirmar que acredita no que foi narrado.

Para validar ainda mais seus argumentos defensivos, a entrevistada utiliza, nas linhas 27 e 28, a estratégia discursiva de desvincular seu laço familiar que mantém como tia “não é por ele ser meu sobrinho”. Ao destituir esse laço, Juliana passa a não ser mais apenas uma tia que defende o sobrinho, e com isso seus argumentos ganham mais força: “pra MIM ele está dizendo a verdade” (linhas 30-31) e “então eu não tenho >por que desconfiar dele<” (linhas 37-38). O fato de Juliana relatar que acompanha as audiências de seu sobrinho fornece credibilidade aos eventos que invalidam a acusação contra ele, como o laudo de queda atestado pelo médico.

Baseada no argumento de testemunho de autoridade do médico e na crença de senso comum em que Juliana parece se apoiar de que menores de idade não são providos de responsabilidade em cuidar de uma criança, depreendo a relação silogística de causalidade relativa a sua entrevista, utilizando como conclusão a própria constatação da entrevistada:

*O laudo médico atestou queda como causa mortis da criança;
a mãe era menor de idade e demorou a socorrê-la ;
logo, Juliana não tem por que desconfiar de seu sobrinho.*

5.5

Conclusões do capítulo

Analisei neste capítulo, a partir das narrativas emergentes na entrevista com Neide, Glauce e Juliana, o formato de produção dos enunciados utilizados por elas na interação (abordado somente na subseção da entrevista com Neide) e as estratégias discursivas formadoras de causalidades que sustentam seus discursos inocentadores direcionados aos pares, que, basicamente, foram:

- A narração de pequenas histórias/relatos pessoais e vicários que funcionam como pontos argumentativos ou hipóteses que justificam a inocência dos pares;
- A culpabilização da vítima, construindo-a negativamente, também a partir de avaliações;
- Polarização de cunho avaliativo dessas imagens construídas dos “outros” que cria uma consequente reversão de papéis de vítima/acusante e acusado:

(vítima/acusante)		(acusado)
(-)	_____	(+)

- O diálogo construído (discurso reportado) de terceiros (voz do parente preso e relatos de testemunho) que trazem autenticidade ao discurso inocentador e representam crenças muito ingênuas em autoridades (advogados, policiais, pessoas religiosas);
- A voz do filho (acusado) como verdade absoluta, nos casos de Neide e Glauce;
- Fatores extra-situacionais, como fichamento na polícia e frequência a lugares “hot”, vigiados por policiais, como condições determinantes na prisão do acusado;
- Culpabilização do Estado na prisão do filho; e a religião como crença indiscutível na recuperação de um desvio de conduta, causalidades exclusivas à entrevista com Neide.

Como não poderia deixar de mencionar, embasada na particularidade teórica que esta pesquisa apresenta sobre os estudos de face, a *orientação protetora* que as entrevistadas empreendem a seus pares ao inocentá-los, protegendo a face deles, vai ao encontro do que Labov (1972) considera sobre a representatividade do *self* em narrativas pessoais, que visa ao autoengrandecimento do narrador. Em todas as entrevistas utilizadas nesta pesquisa, a proteção da face investida pelas narradoras é “vicária”, ou seja, aplicada a um terceiro elemento que não está presente nas interações, fazendo jus ao conceito aqui proposto de “face mútua indireta”. Nesse sentido, o engrandecimento passa a ser direcionado primariamente sobre o outro, sobre quem se fala, construindo-o sob uma luz positiva e, indiretamente, construindo a si mesmas também positivamente. É como se fosse uma proteção de face “por tabela”.

Conforme visto ao longo deste capítulo, o argumento da falta de provas foi recorrente e comum no discurso das três entrevistadas, como podemos recapitular no quadro-esquema abaixo:

Neide	meu filho tava sem nada porque não tem roubo na mão do meu filho. não tem PROva o papel tá <u>limpo</u> meu filho não assinou NADA
Glauce	não tem NADA... não reconhecem ele... ele < NÃO trabalha> com eles... os policiais NÃO reconheceram meu filho... não tem nada contra ele
Juliana	não >está nada consta:ndo não tem nada que comprova que foi e:Le na:da então eu não tenho >por <u>que</u> <u>desconfiar dele</u> <

Assim como na entrevista com Sílvia, as causalidades emergentes nas entrevistas aqui empreendidas também foram baseadas em um sistema de coerência que tende para as crenças de senso comum. São crenças ingênuas que depositam na palavra do outro ou em instituições religiosas a confiança e certeza necessárias e convenientes para a criação da inocência de seus pares. A atividade defensiva é tão intensamente presente nos discursos dessas mulheres, que fazem com que elas não levem em consideração, ao menos na interação, outros aspectos relacionados à problemática do desvio.

Além disso, as entrevistadas reproduzem os discursos reportados dos pares que validam a inocência deles, bem como utilizam o senso comum como base fundamentadora de julgamentos morais sobre tudo que envolve a acusação a eles. É curioso observar a ingenuidade de mães que creditam plena confiança nos filhos, ou de uma tia, no caso de Juliana, que credita sua confiança no sobrinho. Não adentro aqui às questões de verdade, mas disponho um olhar mais atento à fragilidade argumentativa que está sendo criada através das narrativas dessas mulheres no aqui e agora da interação.

Recapitulo, então, as relações silogísticas de causalidades emergentes nesta análise, que, diferentemente das de Sílvia, não são construídas a partir de um raciocínio indutivo.

Entrevista com Neide:

1ª - Quem tem passagem é perseguido pela polícia; Joel já era fichado; logo, ele foi perseguido.

2ª - Joel confessou o crime à mãe na primeira vez em que foi preso; na segunda, ele negou a agência; logo, ele é inocente.

Com as subcausalidades:

➤ *3ª - Joel roubou porque era usuário de drogas; atualmente, não mantinha mais o vício; logo, não havia razão para roubar dessa vez.*

➤ *4ª - Joel frequentava a igreja, vigiado pela mãe; os pastores da igreja gostavam dele; logo, ele não mantinha mais o vício.*

Entrevista com Glauce:

5ª - Quem frequenta lugares “hot” pode ser abordado interpostamente; o filho de Glauce trabalhava em uma comunidade; logo, ele foi preso indevidamente.

6ª - Filho não mente para mãe; meu filho disse que é inocente; logo, ele o é.

Entrevista com Juliana:

7ª - O laudo médico atestou queda como causa mortis da criança; a mãe era menor de idade e demorou a socorrê-la; logo, Juliana não tem por que desconfiar do sobrinho.

Chamo atenção, mais uma vez, à fragilidade dos argumentos utilizados nas relações que constroem as causalidades para a inocentação dos pares. Conforme mencionado no capítulo anterior, corrobora-se a importância de se pensar se é um sistema de coerência compartilhado pela maioria das pessoas que não estão submetidas às mesmas condições de vida dessas mulheres, principalmente ao que se refere à perseguição policial àqueles que já possuem um fichamento ou àqueles que são vítimas dessa perseguição apenas por serem moradores ou frequentadores da periferia pobre do Estado do Rio de Janeiro.

Crenças ingênuas e construções hipócritas no empreendimento discursivo da inocentação, por exemplo, no caso de Neide, ao insinuar que o acusante seria usuário de drogas e intencionou prejudicar seu filho (p.136), suscitam algumas implicações a respeito do sistema de crenças com o qual lida a entrevistada. Borba (2011) menciona que lugares ocupados por falantes em uma interação são determinados pelos discursos aos quais esses falantes têm acesso. Partindo desse entendimento do autor e fazendo uma analogia ao estudo de Lurie (1999 in Lewis, 2016) sobre performances emancipatórias, no qual a autora aponta que “essas performances frequentemente são mais acessíveis para sujeitos privilegiados” (Lewis, 2016: 264), é relevante pensarmos se Neide (e estendo essa observação às outras entrevistadas também) lança mão desse tipo de discurso em vez de outros discursos de convencimento menos hipócritas e ingênuos, por ocupar um lugar social de alguém menos privilegiado.

Além disso, a culpabilização do Estado é um argumento aparentemente utilizado para a transportação da agência do acusado, mas não destituído, de todo, de um embasamento. Esse sistema de crença acaba dialogando com uma denúncia grave, uma vez que as mulheres que frequentam o presídio envolvido nesta pesquisa queixam-se dos abusos financeiros aos quais são subjugadas, o que pode levá-las a pensar que o Estado, de certa forma, mantenha certo interesse em “arrecadar” e manter mais presidiários.

Após essa imersão analítica, empreenderei, no próximo capítulo, as considerações finais sobre esta pesquisa.

6

Considerações Finais

“A única coisa que eu tenho é fé”

“Só Deus mesmo pra nos dar força, só Deus, aqui a gente tem que confiar em Deus”

“Vou correr atrás – tô na mão de Deus – tô revoltada”

“Então a gente passa por isso né mas tô aí pedindo a Deus”

“A esperança e a fé em Deus é maior”

“A gente só pode pedir a ajuda de Deus. Mais ninguém, né? Só Ele pra nos ajudar. É confiar em Deus, Deus mesmo e...que vai dar tudo certo, e lutar...”

(Trechos extraídos de algumas entrevistas)

Esta dissertação lançou um olhar para as narrativas de histórias de vida emergentes de entrevistas de pesquisa com mulheres que frequentam o hostil ambiente prisional, na condição de parentes/visitantes de homens presos, em uma cadeia pública masculina do estado do Rio de Janeiro. Desse modo, a análise aqui empreendida se ateve em um objeto de pesquisa inédito no campo dos estudos discursivos: narrativas vicárias que constroem a inocência do “outro”. Para dar conta dessa proposta investigativa, alguns caminhos teórico-analíticos foram trilhados e serão recapitulados aqui. Além disso, algumas considerações, questionamentos e limitações se fazem necessários a respeito desta pesquisa e estarão dispostos ao longo deste capítulo.

O capítulo 2 desenvolveu os aspectos metodológicos envolvidos nesta pesquisa. As descrições nele contidas foram necessárias à devida contextualização sobre o ambiente e a rotina de visitação e à consequente compreensão da análise dos dados, sendo essas descrições o ponto-chave para se depreender a relevância desta pesquisa. Afinal, “é um clima misto de sofrimento, esperança e cansaço” (p.24). A epígrafe que abre este capítulo reproduz o discurso da fé em que se amparam algumas mulheres, o qual mobiliza a persistência de que necessitam para honrar esse compromisso penoso e estigmatizante.

O capítulo 3 se encarregou de apresentar o aporte teórico que sustenta a pesquisa, e costurou entrelaçamentos com as práticas de análises, as quais, a

propósito, ficaram ao encargo do capítulo 5, exclusivamente dedicado à entrevista com Sílvia, e do capítulo 6, com o compacto das entrevistas com Neide, Glauce e Juliana. Alguns resultados das análises cabem ser recapitulados aqui a fim de responder, mesmo que parcialmente, as perguntas de pesquisa formuladas neste trabalho.

A estrutura das entrevistas selecionadas para os excertos das análises foi constituída, basicamente, de dois movimentos retóricos: minha busca pela causalidade de os parentes das entrevistadas estarem encarcerados; e as consequentes narrativas vicárias contadas por elas. O que se destacou para fins de análise é que essas mulheres já narram os eventos inocentando seus afins, seja de forma direta ou indireta, como no caso de Sílvia, que se utilizou de voz passiva e uma virada lexical ao sumarizar a história que justifica a prisão de seu marido: “meu marido *foi acusado de estupro*”.

Aos elementos que formaram discursivamente a inocência dos visitados, chamei de *estratégias discursivas*. As mais recorrentes nos discursos das entrevistadas, foram, basicamente: o uso de avaliações na polarização de imagens do “outro” (construções positivas do acusado e negativas da vítima/acusante), que promoveu a reversão de papéis e mudança de *footing*; o relato de pequenas narrativas pessoais e vicárias como ponto argumentativo; o discurso reportado na representação de crenças muito ingênuas em autoridades (como pessoas religiosas, advogado, policiais) e na crença da voz dos parentes presos como verdade absoluta; a construção de perfis muito maniqueístas (bom x mau) para os personagens das histórias; o uso de uma racionalização argumentativa baseada em sistemas de crenças de senso comum e em sistemas de coerência fundamentados basicamente em simplificações da psicologia e na religião.

Desses sistemas de crenças adotados pelas entrevistadas, depreenderam-se causalidades para justificar a inocentação direcionada aos aprisionados, representadas estruturalmente por relações argumentativas baseadas em Silogismos Lógicos, as quais chamei de *relações silogísticas de causalidade*. Nessas relações, as premissas iniciais se articularam para uma conclusão única e comum: a inocência dos pares. Essas conclusões se apresentaram como falaciosas, na medida em que foram produzidas para sustentar valores de verdade baseados em generalizações ingênuas ou, ao contrário, em raciocínio indutivo baseado na

observação sumária da própria experiência, o que incorre em uma *enumeração incompleta* (a exemplo de Sílvia).

Esses silogismos falaciosos, fundamentados, repito, em crenças de senso comum, constroem argumentos frágeis que pouco contribuem, ao meu ver, ao propósito discursivo de inocentação. Somente por serem tão sofismáticas e, por isso, peculiares, dou-me a liberdade de enumerar aqui, as 15 relações silogísticas de causalidade emergentes nos dados:

Sílvia

- 1ª- *Estuprador tem perfil agressivo; João não se alinha a esse perfil; logo, ele não é estuprador.*
- 2ª- *Estuprador causa dor; João trouxe “vida” e amor; logo, ele não é estuprador.*
- 3ª- *Sílvia foi vítima de estupro; ela jamais lutaria por alguém acusado de estupro; logo, ele não é estuprador.*
- 4ª- *Quem sofre um estupro precisa de acompanhamento psicológico; a filha dele não precisou; logo, ela não foi estuprada.*
- 5ª- *Estupradores não agem contra parentes consanguíneos se houver outra opção; João tinha uma enteada que não foi estuprada; logo, ele não estuprou a filha.*
- 6ª- *Estupradores só “atacam” mulheres virgens; a filha dele não era mais virgem; logo, ela não foi estuprada.*
- 7ª- *Tudo é revelado diante de Deus; João ainda não foi revelado culpado; logo, ele é inocente.*
- 8ª- *Quem tem deformação de caráter acaba se entregando; João tem bom caráter e ainda não se entregou; logo, ele é inocente.*

Neide

- 9ª - *Quem tem passagem é perseguido pela polícia; Joel já era fichado; logo, ele foi perseguido.*
- 10ª - *Joel confessou o crime à mãe na primeira vez em que foi preso; na segunda, ele negou a agência; logo, ele é inocente.*

Com as subcausalidades:

- 11ª - *Joel roubou porque era usuário de drogas; atualmente, não mantinha mais o vício; logo, não havia razão para roubar dessa vez.*
- 12ª - *Joel frequentava a igreja, vigiado pela mãe; os pastores da igreja gostavam dele; logo, ele não mantinha mais o vício.*

Glauce

- 13ª - *Quem frequenta lugares “hot” pode ser abordado interpostamente; o filho de Glauce trabalhava em uma comunidade; logo, ele foi preso indevidamente.*
- 14ª - *Filho não mente para mãe; meu filho disse que é inocente; logo, ele o é.*

Juliana

- 15ª - *O laudo médico atestou queda como causa mortis da criança; a mãe era menor de idade e demorou a socorrê-la; logo, Juliana não tem por que desconfiar do sobrinho.*

Outra descoberta analítica desta pesquisa se deu em relação a certos aspectos do formato de produção das elocuições nas interações. As entrevistadas se apresentaram como *animadoras* de narrativas vicárias de inocência e, apesar de não serem as únicas *autoras* da história, reivindicaram “qualificações sociais” para a validação da inocência dos pares, sendo, assim, *responsáveis* por essas narrativas por falarem em nome de um “nós”. Desse modo, na empreitada discursiva da inocentação, as mulheres construíram seus pares positivamente, protegendo a face deles e, indiretamente, a delas também. Isso leva a algumas implicações sociais, que serão discutidas mais adiante. Essa proteção da face de alguém não presente na interação (proteção da face “vicária”) foi proposta aqui como uma extensão teórica do conceito de “face mútua”, de Goffman (1980), referenciada neste trabalho por “face mútua indireta”.

O último apontamento sobre as análises, que recapitulo aqui, é o argumento da falta de provas contra os acusados, que se revelou também uma estratégia recorrente e comum nos discursos das quatro entrevistadas. Retomo e ilustro essa observação no quadro abaixo, através dos recortes discursivos das entrevistas:

Sílvia	[inocentou]((o juiz)) porque não tem provas concretas contra ele né
Neide	meu filho tava sem nada porque não tem roubo na mão do meu filho. não tem PROva o papel tá <u>limpo</u> meu filho não assinou NADA
Glauce	não tem NADA... não reconhecem ele... ele < NÃO trabalha> com eles... os policiais NÃO reconheceram meu filho... não tem nada contra ele
Juliana	não >está nada consta:ndo não tem nada que comprova que foi e:Le na:da

6.1

Questionamentos, implicações e limitações da pesquisa

Conforme já se disse, esta pesquisa suscita alguns questionamentos importantes a respeito da natureza do discurso de inocentação presente na fala dessas mulheres. É importante ressaltar que não intenciono, e nem poderia ser o

objetivo deste trabalho, indagar o valor de verdade dos argumentos construídos pelas participantes, ou avaliar sua eficácia. Entretanto, gostaria de mais uma vez chamar atenção para certos efeitos discursivos decorrentes da fragilidade argumentativa e da construção de causalidades narrativas fundamentadas no senso comum e em silogismos falaciosos. Nota-se que os discursos aqui descritos, pelas razões acima mencionadas, se distanciam do discurso normativo do Direito, ou de outros sistemas de coerência que poderiam conferir maior credibilidade aos relatos.

A questão que proponho levantar é: a construção de argumentos dessa natureza se daria por ingenuidade, por falta de letramento dessas mulheres na área da argumentação? Ou se trataria de uma estratégia discursiva eficiente, em certos contextos, para inocentação de seus pares? Arrisco apostar aqui na primeira hipótese, baseando-me na opinião de que a adesão a discursos vinculados ao senso comum, que confere fragilidade nas relações de causa e consequência apresentadas pelas entrevistadas, seja proveniente do acesso a esses discursos em detrimento de outros mais convincentes por pertencerem a uma classe social menos privilegiada. Um narrador que, porventura, ocupe uma posição social de um sujeito mais privilegiado e, por isso, tenha acesso a outros sistemas de coerência, manteria alguma habilidade argumentativa/narrativa e possivelmente basearia seus argumentos em sistemas de crenças mais consistentes.

Partindo para as implicações sociológicas que esta pesquisa desencadeia e me aproximando dos estudos da Psicologia sobre o tema (Silva e Souza, s.d.), destaco a importância que a presença das mulheres visitantes tem na reinserção social dos familiares presos, já que representam a única fonte de amparo e de cuidado dispensados a esses homens encarcerados. Esse papel importante na socialização da população carcerária abre caminhos para pensarmos no que significa, para elas, (re)construir a inocentação de seus pares. Estabelecer uma ponte com a vida social fora da cadeia pode ser o que justifica a necessidade de se alinharem aos parentes presos, construindo, para isso, a crença e a discursivização da inocência deles.

Além disso, a construção positiva dos pares feita por essas mulheres, protegendo a face deles e, indiretamente, a delas também, poderia, como já se disse, representar uma estratégia de enfrentamento e nulidade do estigma de “mulher/parente” de bandido que elas carregam “por tabela”. Nesse sentido, a

inocentação serve de *account* que justifica o motivo de tolerarem o ambiente e a rotina prisionais; e que repele possíveis sanções sociais de natureza discriminatória atribuídas a elas. Delimito essas reflexões a mulheres, por ser notoriamente observada e documentada (inclusive por mim no campo de pesquisa) a representação majoritariamente feminina (se não totalitariamente) na constituição dos grupos visitantes dos presídios, sobretudo nos masculinos.

Uma das sanções sociais de que essas mulheres podem ser vítimas é a da imagem de mães “desnaturadas”, que não cumpriram com seu papel de educadora, ou de mães que não cuidam de seus filhos, caso negligenciassem as visitas, por exemplo. Desse modo, o discurso do mito do amor materno pode estar embutido, especificamente, na formação discursiva de mães visitantes que inocentam seus filhos, justificando esse tipo de proteção (Neide e Glauce, a exemplo dos dados). Badinter (1985), por exemplo, aponta que o amor materno foi construído socialmente, fruto de interesses políticos e econômicos, e que incutiu nas mulheres a obrigação de “boa mãe” como o modelo de mulher a ser seguido. O peso de sacrifício, portanto, não é um elemento de socialização dos homens, cabendo às mulheres enfrentar as dificuldades sozinhas.

Ainda no campo de uma discussão de gênero, outra questão que levanto aqui, sem generalizar, mas chamando a atenção para possíveis recorrências, é como mulheres visitantes podem estar submetidas ao discurso do patriarcado. Sílvia, por exemplo, banalizou uma acusação de estupro ao consentir em seu discurso que parentes por afinidade podem ser vítimas de estupradores em detrimento dos consanguíneos. A entrevistada, conforme vimos nos dados, se apresentou como uma vítima de estupro que reforça a culpabilização de outra vítima, ou seja, culpabiliza a própria mulher em defesa do marido acusado, negligenciando as questões de gênero envolvidas na situação.

Essa autossubmissão e o modo como essas mulheres podem aderir a discursos machistas como o apresentado acima, talvez provenientes do acesso limitado a discursos mais hegemônicos, são uma das contribuições deste trabalho a futuros estudos sobre essa temática e/ou sobre esse grupo social. As entrevistas com as mulheres que não inocentaram seus pares durante nossa interação, isto é, que reconheceram a autoria dos crimes de seus parentes, também podem servir como escopo de pesquisas futuras que se debrucem sobre não só o mito do amor

materno, mas também sobre o amor conjugal como manifestação de discursos patriarcais.

Essas questões, que possivelmente abrem portas para outros estudos, se fazem importantes na medida em que algumas limitações desta pesquisa são reconhecidas aqui. Devido a pouca abordagem sobre essa temática no universo acadêmico, especialmente no campo dos estudos discursivos, reconheço a relevância de uma inserção etnográfica maior, por tempo no contexto de estudo. Por se tratar de uma fila de visitantes que aguardam ansiosamente o horário de entrada ao presídio, as entrevistas foram relativamente curtas e corridas, devido ao meu receio de atrasá-las nesse compromisso. Esse mesmo motivo proporcionou um número limitado de entrevistas, o que pode suscitar dúvidas quanto às recorrências aqui apontadas. Outras considerações que limitaram esta pesquisa ficaram por conta de: a falta de um lugar adequado para entrevistar as mulheres; as relações de poder a que muitas estão submetidas e que as impedem de conceder entrevistas a estranhos; e a acessibilidade ao presídio, por ser distante da pesquisadora.

De qualquer forma, acredito que este trabalho enriqueça o debate sobre uma classe normalmente “esquecida”, na medida em que se pretendeu aqui ouvir essas histórias de vida, conforme contadas por essas próprias mulheres, que, na condição de parentes/visitantes de presos, mantêm muitas vezes omitidas suas identidades individuais.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAMBERG, M. e GEORGAKOPOULOU, A. **Small stories as a new perspective in narrative and identity analysis**. In: SARANGI, S. (ed.) *Text & Talk: an interdisciplinary journal of language, discourse & communication studies*. Vol. 28, nº 3. Mouton de Gruyter – Berlin – New York, 2008.

BARCINSKI, Mariana. **Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas**. *Ciência e saúde coletiva* [online]. Vol. 14, nº 5, pp.1843-1853, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000500026>>.

BASSANI, Fernanda. **Amor bandido: Cartografia da mulher no universo prisional masculino**. *DILEMAS - Revista de estudos de conflito e controle social*. Vol. 4, nº 2, p.261-280, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7225>>.

BASTOS, L. C. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa. **Calidoscópio**. Vol. 3, nº 2, pp. 74-87, 2005.

BASTOS, L. C. Diante do sofrimento do outro – narrativas de profissionais de saúde em reuniões de trabalho. *Calidoscópio*. Vol. 6, nº 2, pp. 76-85, 2008.

BASTOS, L. C.; SANTOS, W. S. Dos. **Entrevista, Narrativa e Pesquisa**. In: BASTOS, L. C.; SANTOS, W. S. Dos (orgs.). *A entrevista na pesquisa qualitativa – Perspectivas em análise da narrativa e da interação*. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2013.

BASTOS, L. C.; OLIVEIRA, L. M. de. **Uma história de AVC: a construção do sofrimento por uma pessoa com afasia**. *Veredas*. Vol. 15, nº1, pp. 120-135, 2011.

BIAR, L. **Realmente as autoridades veio a me transformar nisso: narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio**. Rio de Janeiro, 2012.

Tese de doutorado. 246 p. Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BIAR, L. **Desvio e estigma: caminhos para uma análise discursiva.** Calidoscópio. Vol. 13, nº 1, pp. 113-121, 2015.

BIAR, L. & BASTOS, L. C. **Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social.** DELTA – Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada. Vol. 31, nº 4, pp.97-126, 2015.

BORBA, Rodrigo. “**Narrativas orais e (trans)masculinidade: (re)construções da travestilidade (algumas reflexões iniciais)**”. Bagoas. Vol. 5, nº 6, p. 181-210, 2011.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>.

BRASIL. SEAP (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária). **Resolução normativa nº 584, de 23 de outubro de 2015.** Regulamenta a visitação aos presos custodiados nos estabelecimentos prisionais e hospitalares da SEAP. Disponível em <<http://www.rj.gov.br/web/seap/principal>>.

BUARQUE, Chico. **O meu guri.** In: Almanaque, 1981. Disponível em: <http://www.chicobuarque.com.br/letras/omeuguri_81.htm>.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens.** 2ª ed. Porto Alegre, Artmed Bookman, 2006.

DUARTE, Thais Lemos. **Amor, fidelidade e compaixão: "sucata" para os presos.** Sociol. Antropol. Revista do PPGSA. Vol. 3, nº 6. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752013v3612>>.

FLANNERY, M. R. S. **Uma introdução à análise linguística da narrativa oral: abordagens e modelos.** Coleção: Novas Perspectivas em Linguística Aplicada. Vol. 42. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

FRIAS, M. V. “**E aí, presidente, esse cafezinho vai sair?**”: entrevista na mídia analisada como performance. In: BASTOS, L.C.; SANTOS, W. S. dos. A entrevista na pesquisa qualitativa – Perspectivas em análise da narrativa e da interação. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2013.

GARCEZ, P. **Deixa eu te contar uma coisa: o trabalho sociológico do narrar na conversa cotidiana.** In: Ribeiro, Lima e Lopes Dantas (orgs.). Narrativa, identidade e clínica. Rio de Janeiro: Ipub, 2001.

GARCIA, Othon M. **COM. – Eficácia e falácias da comunicação.** In: Comunicação em prosa moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1967. 522 p.

GEORGAKOPOULOU, A. **Narrative**. In: Handbook of pragmatics. VERSCHUEREN, Jef. et al (eds). Amsterdam/Philadelphia: Johns Benjamins, 1997.

GOFFMAN, Alice. **On the Run**: fugitive life in an american city. Chicago: University of Chicago Press, 2014. 304p.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 15ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1959.

_____. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 1974. 720 p.

_____. **Footing**. Trad. Beatriz Fontana. In: RIBEIRO, B.T.; GARCEZ, P.M. (orgs). Sociolinguística Interacional. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, [1979] 2002.

_____. **A Elaboração da Face** - Uma análise dos elementos rituais da interação social. In: FIGUEIRA, S. (Org.). Psicanálise e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 76-114.

_____. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1988.

GUIMARÃES, Cristian Fabiano et al. **Homens apenados e mulheres presas: estudo sobre mulheres de presos**. *Psicol. Soc.* [online]. Vol. 18, nº 3, pp.48-54, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000300007>>.

GUMPERZ, J. **Convenções de contextualização**. In RIBEIRO, Branca Telles e P. GARCEZ (orgs). Sociolinguística Interacional. São Paulo, Edições Loyola, 2002 [1982].

HALLIDAY, M. A. K. **Clause as message**. In: An introduction to functional grammar. 2ª ed. London: Edward Arnold, [1989] 1994.

LABOV, W. **The transformation of experience in narrative syntax**. In: Language in the inner city. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.

LEWIS, Elizabeth Sara. **“Acho que isso foi bastante macho pra ela”**: Reforço e subversão de ideologias heteronormativas em performances narrativas digitais de praticantes de “pegging”. Rio de Janeiro, 2016. 333p. Tese de doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

LINDE, C. 1993. **Life Stories**: the creation of coherence. 1ª ed. New York, Oxford University Press, 242 p.

MOITA LOPES, L.P. **Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais**: uma abordagem socioconstrucionista. In: RIBEIRO, LIMA E LOPES DANTAS (orgs.). Narrativa, Identidade e Clínica. Rio de Janeiro: IPUB, 2001.

NORRICK, Neal R.; **Narratives of vicarious experience in conversation**. Language in Society. Cambridge University Press. Vol. 42, nº4, pp.385-406, 2013.

PEREIRA, M. das Graças Dias. **Introdução**. In: Palavra. Vol. 8. p. 7-25, 2002.

PIFFER, L. C.; BEZERRA, P. R. M. **Paixão bandida**: mulheres que amam demais. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXI, 2016, Salto – SP. **Anais**. São Paulo: INTERCOM, 2016.

RIBEIRO, B.T.; GARCEZ, P.M. (orgs). **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SILVA, L. F. da; SOUZA, A. P. de M. J. **A espera do encarcerado**: caracterização dos visitantes de um presídio do interior de goiás. (s.n.t). Disponível em: http://www.fimes.edu.br/admin/siterapido/uploads/semana/ix_semana/artigos/ciencias_humanas_e_sociais/A%20ESPERA%20DO%20ENCARCERADO%20CARACTERIZACAO%20DOS%20VISITANTES%20DE%20UM%20PRESIDIO%20DO%20INTERIOR%20DE%20GOIAS.pdf>

TANNEN, D; WALLAT, C. **Enquadres interpretativos e esquemas de conhecimento em interação**. In RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. (orgs.) Sociolinguística Interacional. São Paulo: Editora Loyola, 2ª Edição revista e ampliada, [1964, 1989] 2002 .

VELHO, G. **Observando o familiar**. In: Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade. Complexa. 8ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1981.